



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

Agrimaria Nascimento Matos

**TRABALHO, IDENTIDADE E PROCESSOS DE MUDANÇA:
ETNOGRAFIA DE UMA COMUNIDADE DO RECÔNCAVO BAIANO**

Salvador
2011

Agrimaria Nascimento Matos

**Trabalho, Identidade e Processos de Mudança: Etnografia de
uma Comunidade do Recôncavo Baiano**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Antropologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (FFCH-UFBA), como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Antropologia.

Orientador: Prof. Dr. Livio Sansone

Salvador
2011

Agrimaria Nascimento Matos

**Trabalho, Identidade e Processos de Mudança: Etnografia de
uma Comunidade do Recôncavo Baiano**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Antropologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (FFCH-UFBA), como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Antropologia.

Aprovada em 30 de julho de 2011

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Livio Sansone (Orientador)

Prof. Dra. Cíntia Beatriz Müller

Prof. Dra. Myrian Sepulveda dos Santos

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, pelo exemplo de luta e dedicação. À minha mãe, pelo apoio, compreensão, confiança e amor incondicional. Ao meu pai, pelo interesse em saber como tudo se encaminhava ao longo do trabalho e pela presença mesmo na distância. A ambos agradeço por entender minhas escolhas, pois sei que enquanto estiverem comigo, nunca estarei só.

À minha querida irmã Cassiana, pelo companheirismo e por ter proporcionado a alegria de trazer ao mundo Yasmin, sobrinha amada.

Aos demais familiares que, mesmo longe, acompanharam e torceram pelo meu sucesso sempre.

Aos amigos que auxiliaram e contribuíram diretamente para o desenvolvimento e conclusão deste trabalho: Edivânia, pelo cuidado em ler os textos, desde o projeto, dando sugestões valiosas, além de companhia agradável nas situações cotidianas; Igor José, amigo e confidente de todas as horas; Julianin, amiga de infância, pelo auxílio no banco de dados e incentivo nos momentos de fraqueza; Thaísa, pelas correções dos textos, descontração nas horas difíceis e, especialmente, pelas alegrias e risadas nos momentos de lazer e diversão; Lorena e Rosana, pelas dicas e conversas acadêmicas sempre enriquecedoras. A todos os demais amigos e amigas que, indiretamente, estiveram participando comigo desta jornada, meus sinceros agradecimentos. Sem vocês, não tenho dúvida, o caminho teria sido muito mais árduo.

Ao meu orientador Livio Sansone, que acompanha minha trajetória há longa data e com quem muito aprendi sobre antropologia. Sempre fértil de idéias e *insights* interessantes, proporcionou-me, além de tudo, oportunidades de interações acadêmica que enriqueceram, significativamente, minha formação.

À professora Cíntia Beatriz, que participou do exame de qualificação e, generosamente, aceitou ser minha co-orientadora. Sua leitura acurada, sem dúvida, me fez repensar muitas questões em relação à etnografia.

Ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia, seus professores e funcionários.

À FAPESB, que possibilitou, financeiramente, a realização desta pesquisa através da concessão de bolsa de mestrado.

Aos Professores da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, pela competência, vigor e sabedoria com que ministram suas aulas.

Agradeço especialmente aos professores: Maria do Rosário, Jéferson Bacellar, Cláudio Pereira, Osmundo Pinho e Miryan Santos que auxiliaram, em algum momento, na confecção do projeto, no trabalho de campo ou no desenvolvimento e elaboração da dissertação.

À comunidade do Paty, onde fui acolhida com carinho, atenção e simpatia, especialmente aos moradores que me hospedaram em suas casas e que me concederam depoimentos, sem os quais esta pesquisa não teria sido possível.

A tod@s muitíssimo obrigada!

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma etnografia da Ilha do Paty, comunidade localizada na Região do Recôncavo Baiano. Procuramos analisar a organização social interna e os processos de mudanças ocorridos na comunidade a partir dos anos 50, no intuito de compreender como os agentes sociais engendram novos tipos de relações com o meio social, geográfico e as práticas culturais. Dentro deste universo atentamos, em especial, para o mundo do trabalho, e como ele se relaciona com os impactos sócio-econômicos e culturais ocorridos a partir da instalação da Petrobrás na região do Recôncavo e no município de São Francisco do Conde, onde a Ilha do Paty está localizada. As relações de parentesco foram consideradas no sentido de compreender como os moradores acionam as redes locais e extra-locais de parentes na dinâmica das relações sociais. Por fim, investigamos alguns aspectos relacionados às manifestações culturais, de modo a pensar as transformações e continuidades nas tradições desta localidade.

Palavras-chave: Recôncavo Baiano, trabalho, comunidade, mudanças, tradição.

ABSTRACT

This work is an ethnographic study of the Paty Island, located in the Recôncavo Baiano. The main purpose of this study was to analyze local community social organization and the recent processes of change, in order to understand how social agents engender new kinds of relations with social and geographical environment, and cultural practice. In this framework I address the relationship between the labor world and socio-economic and cultural changes, occurred since the 50s in the region of Recôncavo and Municipality of Sao Francisco do Conde where Paty Island is located. Kinship relations were considered to understand how the inhabitants enable local and extra-local kinship networks in their social relations. Finally I investigate some aspects of cultural events focusing on phenomena of continuity and transformation in local traditions.

Keywords: Recôncavo Baiano, labor, community, changes, tradition.

LISTA DE FIGURAS, FOTOS, QUADROS E TABELAS

FIGURAS

Figura I – Mapa do Recôncavo	10
Figura II – Croqui da Ilha do Paty	20
Figura III – Mapa da freguesia Nossa Senhora do Socorro do Recôncavo em São Francisco do Conde, 1858.....	31
Figura IV – Mapa de localização da ilha do Paty na Bahia de Todos os Santos	109
Figura V – Recorte do mapa de localização da ilha do Paty na Bahia de Todos os Santos	110

FOTOS

Foto 1 – Vista da entrada do Paty	19
Foto 2 – Vista da entrada da Rua Nova	21
Foto 3 – Vista da Rua Pedro Queiroz	21
Foto 4 – Vista da Rua do Brejo	22
Foto 5 – Cercado para colocar gado	44
Foto 6 – Vendas localizadas na praça	55
Foto 7 – Gaiolas para captura de siri	65
Foto 8 – Morador realizando reparos na rede de pescar	66
Foto 9 – Moradora carregando água	72
Foto 10 – Igreja de São Roque	80
Foto 11 – Procissão de São Roque	81
Foto 12 – Grupo <i>As Paparutas</i> – mulheres dançando na roda	91
Foto 13 – Grupo <i>As Paparutas</i> – mulheres dançando na roda e a “dona da cozinha” no centro	92

QUADROS

Quadro I – Ocupação principal dos moradores	42
Quadro II – Relação de entrevistados	108

TABELAS

Tabela I – Distribuição da população por faixa etária	23
Tabela II – Quantidade de bens de consumo para o total de residências pesquisadas	111

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	i
RESUMO	iii
ABSTRACT	iv
LISTA DE FIGURAS, FOTOS, QUADROS E TABELAS	v
INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO I - Da Região do Recôncavo à comunidade de Ilha do Paty	09
1.1. O Recôncavo e o município de São Francisco do Conde	09
1.2. A Ilha do Paty: População, território e propriedade	18
1.3. A Ilha do Paty enquanto comunidade	34
CAPÍTULO II - “Aqui, quem não tem emprego é pescador” – Mudanças e dinâmicas no mundo do trabalho	42
2.1. O trabalho na roça	43
2.2. Trabalhadores da indústria – processos de transição	45
2.3. Trabalho assalariado no serviço público municipal	50
2.4. Ocupações diversas	54
2.5. A pesca e a mariscagem	57
CAPÍTULO III - Relações de parentesco e redes de sociabilidade	70
3.1. Festividades e religiosidade	78
CAPÍTULO IV - Das comédias às Paparutas: tradição e reinvenção	84
4.1. A formação das <i>Paparutas</i> e sua configuração atual	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
REFERÊNCIAS	103
ANEXOS	108

INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta uma etnografia da Ilha do Paty, comunidade localizada na Região do Recôncavo Baiano. Procuramos analisar a organização social interna e os processos de mudanças ocorridos na comunidade no intuito de compreender como os agentes sociais engendram novos tipos de relações com o meio social, geográfico e as práticas culturais. Dentro deste universo atentamos, em especial, para o mundo do trabalho, e como ele se relaciona com os impactos sócio-econômicos e culturais ocorridos na região do Recôncavo e no município de São Francisco do Conde, onde a Ilha do Paty está localizada. As relações de parentesco foram consideradas no sentido de compreender como os moradores acionam as redes locais e extra-locais de parentesco na dinâmica das relações sociais locais. Por fim, investigamos alguns aspectos relacionados às manifestações culturais, de modo a pensar os fenômenos de transformações e continuidades nas tradições desta localidade.

O Recôncavo Baiano foi palco dos primeiros processos de colonização no Brasil, região onde por quase quatro séculos predominou a economia do açúcar. No início dos anos 50 ocorreu a implantação da indústria do petróleo, instalada em território do supracitado município, engendrando uma série de novas relações econômicas. A questão que tem orientado nossa pesquisa é compreender em que medida estas mudanças significaram transformações ou reestruturações nos modos de vida de uma comunidade de pequena extensão, com aproximadamente 140 moradores, população predominantemente negra.

Trata-se de um estudo de comunidade, que embora tenha se concentrado no estudo intensivo de uma unidade sócio-geográfica definida, buscou conectar a realidade do cotidiano local às relações com o entorno, que não se limita às fronteiras existentes, sejam elas físicas ou culturais.

Esta perspectiva se apresentou logo que estabelecemos contato com a comunidade, quando foi possível observar uma localidade dinâmica que manteve e mantém conexões comerciais e de interação com seu entorno e a capital. Nosso interesse é orientado pelas questões referentes aos aspectos da mudança que se refletem na organização social da

comunidade. Atentamos para os processos identitários na medida em que eles revelam os elementos materiais, simbólicos e raciais de pertencimento. Assim, tanto a esfera individual - que remete às experiências particulares do sujeito – como a esfera coletiva foram consideradas, na medida que o sujeito se insere em instâncias da sociedade que atendam seus interesses e do seu grupo, especialmente a rede familiar, que nas pequenas localidades interioranas, mais que em outras coletividades, posiciona o sujeito na estrutura social.

Metodologicamente o texto de Joan Vincent (1987) contribuiu sobremaneira para pensar formas de abordagem e de análise em contextos não urbanos delimitados por fronteiras – quase sempre arbitrárias - em pequenos territórios. Segundo ela, “os limites da observação não se confundem, de forma alguma, com os limites da investigação, pois ambos podem ser estabelecidos arbitrariamente (...)”. Complementa que “os limites só adquirem relevância se estiverem inter cruzados (...)”, o que culmina com uma proposta de investigação da “sociedade agrária como fluxo organizado”, ou seja, uma “perspectiva que vê o indivíduo em movimento (...)”. (Vincent, 1987, p. 377 e 380).

Os estudos antropológicos e sociológicos há muito investigam a organização das comunidades rurais, que têm sido abordadas sob diferentes perspectivas. Em Eric Wolf (1976) encontramos uma vertente que aborda a relação destas com a sociedade mais ampla e o Estado. O autor reformulou a idéia de “sociedades camponesas” propondo a de “campesinato”, abrindo espaço para a análise das relações de poder e dependência destes setores rurais frente ao modelo capitalista no qual estão inseridos, ao produzirem excedentes que são apropriados pelos grupos dominantes ao qual estão subordinados. Sua abordagem se opõe àquelas que tomavam os grupos camponeses enquanto organizações integradas internamente como um sistema auto-centrado e auto-suficiente, como pode ser observado em Chayanov, que concebia a unidade econômica campesina baseada no balanço trabalho e consumo interno.

Em relação à perspectiva de abordagem dos “estudos de comunidade”, ela se propagou no Brasil especialmente nas décadas de 40 e 50, período em que a maior parte da população brasileira ainda vivia nas zonas rurais. Esses estudos foram inspirados em trabalhos realizados por norte-americanos, alguns dos quais realizaram pesquisas no Brasil, inclusive na Bahia. Seguiam uma metodologia específica, na qual predominavam estudos em contextos rurais ou lugarejos definidos pela pequena escala, e que buscava-se

contemplar o maior número de aspectos ligados às diversas esferas da vida social: economia, política, parentesco, religião, lazer, entre outros, objetivando dar conta da totalidade.¹ Outro objetivo considerado importante nestes estudos consistia em avaliar o grau de isolamento em que se encontrava a comunidade e seus habitantes². Neste debate está em jogo a própria noção de comunidade³, amplamente utilizada na antropologia, aí entendida a partir de uma série de elementos definidores, hoje utilizada com outras acepções, conceito que precisa ser contextualizado em virtude de suas variadas caracterizações.

Posteriormente os “estudos de comunidade” foram criticados, por se apresentarem demasiado centrados no local como definidor de fronteiras e costumes, tomando as comunidades como microcosmos, fechadas em si mesmas e não relacionando-nas à sociedade mais ampla. A comunidade era determinada *a priori* por suas características definidoras, pautadas na oposição rural *versus* urbano ou atraso *versus* desenvolvimento e com pouca densidade teórica. Não obstante as limitações do tipo de monografia ensejado, muitas foram as contribuições destes estudos para demonstrar a organização interna dessas pequenas populações e os processos pelos quais se davam a reprodução dos modos de vida em comunidades espalhadas pelo território brasileiro. Entretanto, atentou-se para o fato de que alguns destes estudos apontaram, em maior ou menor grau, relações do grupo local com seu entorno além de outras problemáticas pertinentes à sociedade brasileira de um modo geral. Estes estudos caíram em descrédito, mas como assinala Vincent “a força do método reside no fato de os cientistas sociais, após perceberem a inutilidade prática de delinearem perfis de totalidades homogêneas e atemporais denominadas ‘culturas’ e ‘sociedades’, terem passado a valorizar o estudo de pequenas unidades espaciais observáveis, que pudessem lhes dar condições para analisar variações ecológicas e mudanças através do tempo.” (Vincent, 1987, p. 377)

Num artigo direcionado às contribuições de Antônio Candido, Luiz Carlos Jackson (2001) afirma que “Os parceiros do Rio bonito não é apenas uma monografia antropológica

¹ Entre os estudiosos que realizaram pesquisas no Brasil dentro desta linha, destacam-se HARRIS, Marvin. *Town and country in Brazil*; WAGLEY, Charles. *Uma pesquisa sobre a vida social no Estado da Bahia*; WILLEMS, Emilio. *Cunha: tradição e transição em uma cultura rural do Brasil*; PIERSON, Donald. *O homem no Vale do São Francisco*. Ver também CÂNDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito*.

² Ver, entre outros, RODFIED, Robert.

³ Pode-se usar este conceito ao se referir à grupos com características específicas mas que não estão necessariamente sobre um mesmo território.

(ou um estudo de comunidade), mas uma interpretação abrangente de nossa formação social.” Assim, podemos recuperar estes estudos, hoje com outro olhar, considerando as limitações daquele modelo, no sentido de melhor compreender essas populações brasileiras em suas diversas categorias (trabalhadores rurais, camponeses, etc) no que elas têm de peculiar e de similar entre si.

Nos interessa compreender como a comunidade tem se reconfigurado internamente em torno do trabalho, das relações de parentesco e das práticas culturais, esta última pensada como esfera particular na qual se reproduzem as tradições populares, tradições que se reinventam e que, juntamente com outros circuitos de interação, projeta a comunidade para além de suas fronteiras, reelaborando com isso elementos de pertencimento.

Nosso trabalho é uma tentativa de produção etnográfica que conjuga a escrita, a abordagem e a pesquisa de campo. A etnografia, mais recentemente, considera fundamental a relação pesquisador e pesquisados ao levar em conta o contexto em que são elaboradas as narrativas e discursos das pessoas que selecionamos para serem nossos interlocutores. Além disso, nos debatemos com a relação entre teoria e prática, entre discursos acadêmicos e discursos nativos, em que a etnografia se apresenta, para além do método, uma forma particular de abordagem e análise de pesquisa. Mariza Peirano chama atenção do pesquisador quando ressalta que:

(...) os dados de pesquisa não são apenas "observados". Eles oferecem a possibilidade de que se possa revelar, não ao pesquisador, mas no pesquisador, aquele "resíduo" incompreensível, mas potencialmente significativo, entre as categorias nativas apresentadas pelos informantes e a observação do etnógrafo, inexperiente na cultura estudada e apenas familiarizado com a literatura teórico-etnográfica da disciplina.

Assim, o etnógrafo, imbuído de algumas hipóteses e idéias teóricas, é confrontado com uma realidade particular que gera impressões, inquietações e *insight*, que são interpretados à luz da sua experiência de campo e do aparato conceitual que lhe foi disponibilizado, num processo de confronto entre teoria e prática face ao objeto de pesquisa.

O nosso contato com a comunidade se deu de forma gradual. Antes de realizar o trabalho de campo propriamente dito, já vinha há três anos visitando esporadicamente o lugarejo para visitas técnicas quando realizei um trabalho de iniciação científica, no âmbito do projeto desenvolvido pelo Professor Livio Sansone, intitulado, “Contraponto baiano do açúcar e do petróleo: desigualdades, modernidade, globalização e relações raciais no Recôncavo Baiano”, que proporcionou o primeiro contato com a Ilha do Paty, culminando na pesquisa atual. Outras visitas foram realizadas apenas para estar mais em contato com a comunidade e as pessoas do lugar.

Muito embora Ilha do Paty esteja geográfica e culturalmente próxima do universo do pesquisador, não se pode negar o estranhamento que nos causou ao conviver, ainda que brevemente, na comunidade, compartilhando do cotidiano dos moradores e refletindo sobre suas visões de mundo, estranhamento que se fez de mão dupla, já que também eles se questionavam sobre nossa presença ali. O nosso desconforto sem dúvida fora amenizado pela disponibilidade, afeto e amizade dispensados por muitos dos moradores com os quais mantivemos contato durante a pesquisa de campo.

Utilizamos como principal fonte de dados o trabalho de campo, que foi realizado mais intensamente em janeiro, fevereiro e abril de 2010. Dados referentes aos aspectos mais gerais, que compõem o perfil da população, foram obtidos por meio do questionário quantitativo aplicado na localidade nos primeiros dias de estadia em campo, em todos os 57 grupos domésticos existentes na comunidade. Os diários de campo foram fontes importantes de registro e reflexão das observações feitas dia a dia. Acompanhamos durante as visitas no Paty e a pesquisa de campo os festejos católicos em homenagem a São Roque, na comunidade; a festa católica em homenagem a Conceição da Praia, na localidade vizinha de Engenho de Baixo; apresentações do grupo de samba de roda *Paparutas*, dentro e fora da comunidade; uma reunião na ASSEBA⁴, na cidade de Santo Amaro da Purificação com sambadores e sambadeiras do Recôncavo; e reuniões da associação de moradores. Com as entrevistas semi-estruturadas⁵ buscamos aprofundar as questões levantadas no projeto e obter informações de interlocutores-chave que possuíam

⁴ ASSEBA – Associação de Sambadores e Sambadeiras do Estado da Bahia, localizada na cidade de Santo Amaro-Ba.

⁵ Ver quadro de entrevistados em anexo.

conhecimento sobre determinados aspectos da realidade da comunidade. Nelas os entrevistados narraram eventos da comunidade, de sua trajetória pessoal e familiar, além de expressarem suas opiniões e questionamentos. Optamos colocar nomes fictícios para preservar o anonimato dos moradores, que seriam facilmente identificados pelos nomes verdadeiros. As entrevistas semi-estruturadas forneceram as narrativas orais, fontes privilegiadas na para a reconstrução de experiências coletivas, desde o ponto de vista dos agentes sociais. Nelas encontramos discursos convergentes e divergentes, que se relacionam com posicionamentos e histórias de vida diferenciadas, ainda que compartilhadas em lugares comuns. Na memória fica o que significa, como afirma Bosi, e cada depoimento e história de vida é importante na maneira como cada um reconstrói sua trajetória e quer que ela seja compreendida. (Bosi, 1994).

A dissertação está dividida em quatro capítulos. O primeiro analisa aspectos do contexto onde a pesquisa foi realizada e o *locus* mais específico da investigação etnográfica. Entendemos que para compreender os processos de mudança na comunidade, especialmente aqueles que têm relação com o mundo do trabalho e a organização social, é necessário recorrer ao passado, de modo a conectá-lo com o presente. Para isso revisamos os trabalhos mais significativos a respeito desta região, além de estudos com enfoque em contextos rurais e comunidades negras.

O espaço e o passado não devem ser vistos como elementos acessórios, mas fundamentais num estudo etnográfico desta natureza. Corroboramos mais uma vez com a afirmativa de Vincent de que “a configuração de qualquer população é uma amálgama de ações intencionais passadas e presentes em conjunto com suas consequências não previstas, e um modelo voltado para a explicação da condição humana presente precisa também olhar para o passado” (Vincent, 1987, p. 390). Nesse sentido, as leituras da história social proporcionam a abertura para a preocupação com as condições históricas de uma população/grupo, em especial para aqueles aspectos pouco mencionados ou desconsiderados na escrita da história oficial e sua vertente tradicional. Assim, a experiência do cotidiano constitui espaço privilegiado neste processo de construção de uma escrita etnográfica que objetiva abordar processos de mudanças e continuidades, no qual posturas, opiniões e comportamentos se confrontam.

A realização da história local, por meio da memória dos moradores mais antigos, foi empreendida como parte do objetivo de compreender a realidade atual. Ao longo da pesquisa encontramos dificuldade para encontrar informações documentais e fontes escritas sobre a realidade sócio-histórica desta localidade, dificuldade comum às pesquisas realizadas em pequenas comunidades rurais de um modo geral. Na localidade não encontramos moradores em posse arquivos particulares, mas coletamos algumas fotos antigas, recibos e cartas que ajudaram a delinear aspectos do passado. Em São Francisco do Conde visitamos o arquivo da Igreja, entretanto, os documentos do Arquivo Público Municipal haviam sido danificados e os que restaram enviados para o Arquivo Público de Bahia, em Salvador, onde também não encontramos dados referentes a esta comunidade.

O segundo capítulo fornece um panorama do mundo do trabalho em Ilha do Paty. Nele buscamos compreender os processos que envolvem a reestruturação de atividades tradicionalmente realizadas pelos moradores com as práticas e expectativas geradas a partir da conjuntura atual.

O terceiro capítulo aborda as formas de sociabilidade estabelecidas através das redes locais e extra-locais de relações entre amigos, parentes, compadres e vizinhos. Assim, atentamos de um modo geral, para as sociabilidades que se articulam entre as pessoas e as instituições locais, em espaços e tempos marcadores da dinâmica local, principalmente aquelas relacionadas ao parentesco.

No quarto e último capítulo analisamos como mudanças ocorridas nas últimas décadas na região, no município e na comunidade repercutem também nos modos de fazer as tradições locais, abordagem feita a partir da investigação de um grupo de samba de roda existente na comunidade, *As Paparutas*. Neste capítulo buscamos entender como a comunidade vive um novo momento em que as tradições são inseridas em redes extra-locais, se reinventando para adaptar a um contexto de circulação, industrialização e estetização das “culturas populares” e “culturas negras”.

Com isso, a presente etnografia busca contribuir com as pesquisas em pequena escala, realizadas em contextos não urbanos de população negra no estado da Bahia, no sentido de entender a organização social e os costumes presentes em uma realidade, na qual

tanto o isolamento, dado em função das fronteiras geográficas, quanto os fluxos, vivenciado através do constante deslocamento físico e de idéias, perfaz o cotidiano da comunidade em destaque.

CAPÍTULO 1 – DA REGIÃO DO RECÔNCAVO À COMUNIDADE DE ILHA DO PATY

1.1. O Recôncavo e o município de São Francisco do Conde

O Recôncavo Baiano é a região que circunda a Bahia de Todos os Santos, caracterizada por especificidades históricas, geográficas e culturais, território dos primeiros processos de colonização do Brasil. Para compreender a organização social da comunidade estudada é importante pontuar aspectos históricos que estão relacionados à especificidade desta região, e que, direta ou indiretamente, lança luz sobre a realidade do município de São Francisco do Conde, onde Ilha do Paty se localiza.

A definição das fronteiras que delimitam a região apresenta modificações ao longo do tempo, incluindo e excluindo localidades a depender dos aspectos considerados, sejam eles econômicos, geográficos ou de identidade sócio-cultural. Algumas localidades historicamente pertencentes a esta região, a exemplo de São Francisco do Conde, podem ser atualmente localizadas, em mapas da Bahia, como parte da Região Metropolitana de Salvador, devido inclusive à proximidade com a capital.

Figura I – Mapa do Recôncavo



Fonte: SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia⁶

Por mais de 400 anos esta região teve como principais atividades econômicas o cultivo da cana de açúcar, do fumo e da mandioca, além da produção de uma série de gêneros alimentícios para subsistência. O açúcar se destaca pela intensidade da produção e a riqueza que proporcionou, no âmbito de uma economia global, como produção monocultora voltada principalmente para exportação, tendo utilizado a mão de obra escrava em grande escala. (Barickman, 2003).

Os engenhos e, posteriormente, as usinas de açúcar, predominaram nos solos de massapé⁷, em especial, na área onde hoje se localizam os municípios de São Francisco do

⁶Disponível em http://www.sei.ba.gov.br/site/geoambientais/mapas/pdf/mapa_terrident2007.pdf. Acesso em junho de 2011.

⁷ Solo de textura argilosa formado pela decomposição de rochas, muito presente na região litorânea do nordeste. É um solo fértil muito utilizada para a plantação da cana-de-açúcar.

Conde, Santo Amaro, Saubara, São Sebastião do Passé o distrito de Santiago do Iguape e o subúrbio da capital baiana. O fumo se concentrou nos solos mais arenosos localizados em Cachoeira e, ao sul da região, a produção de gêneros voltados para a subsistência (Schwartz, 1988, p. 83). De acordo com o historiador Bert Barickman, durante o século XIX, o Recôncavo foi “a região mais densamente povoada da província e a mais importante do ponto de vista de econômico.” (Barickman, 2003, p. 38).

Percorrendo a região ainda podemos vislumbrar na arquitetura os antigos casarões, casas-grandes e engenhos, muitos deles em ruínas, marcas da opulência de um passado colonial calcado na exploração efetiva de uma massa de trabalhadores escravizados. Para além da paisagem, esta realidade histórica e social produziu particularidades nos modos de vida e na cultura das populações locais. O sistema econômico implantado nessa região fomentou a formação de uma sociedade de aspecto senhorial e aristocratizante, possibilitada pela massa trabalhadora escrava e livre, destacando-se na região o número da população de pretos e pardos, predominante sobre as demais. Costa Pinto já destacava que esta população há muito convive com a relação entre o tradicional e o moderno; relações sociais que foram assentadas na convivência com um modelo peculiar de empresa capitalista – o engenho e sua economia de exportação – e as formas mais rústicas de organização social tendo como base o pequeno roceiro e pescador típico do recôncavo. Destacamos ademais os costumes e as tradições “populares”, que ainda hoje são parte da cultura local, até mesmo nos núcleos urbanos que, embora afetados pelas mudanças, não se desenvolveram comercialmente e industrialmente na região.

Tanto Barickman como o historiador Stuart Schwartz (1998) atentaram para as relações econômicas de troca entre o Recôncavo e Salvador, que se caracterizavam pelo contato constante e próximo que as mantinham interligadas, aquela fornecendo matéria prima e produtos de primeira necessidade para esta. Nos portos da capital, mas também naqueles localizados nas vilas de entrepostos da região, eram adquiridas as mercadorias que seriam consumidas pela população da região, e as distâncias relativamente pequenas entre ambas tornavam favoráveis estes trânsitos comerciais. Salvador era o ponto de escoamento da produção de exportação vinda do Recôncavo, basicamente o açúcar e o fumo.

De acordo com Costa Pinto, o Recôncavo teve seu “(...) conjunto de instituições e de valores sociais engendrados pelo seu próprio funcionamento histórico, instituições e valores em que se traduzem no estilo de vida e na psicologia social de sua gente” (Costa Pinto, 1997). Neste sentido, o autor delinea a formação histórica de um “padrão social”⁸ de comportamento e modo de vida influenciado pela organização econômica predominante no Recôncavo daquele período. Embora essa colocação dê a idéia de uma unidade válida para toda a região, o próprio autor problematiza esta noção, ao definir um sistema de inter-relações, destrinchado através da distinção das diferentes zonas econômicas existentes: da pesca, açúcar, fumo, agricultura de subsistência, petróleo e urbana, algumas delas geograficamente delimitadas, outras coexistindo entre si, nas quais se revelam processos dinâmicos em que se imbricam o tradicional e o moderno.

A partir de meados do século XX, a região sofreu impacto com o início da exploração petrolífera. O petróleo encontrado nas áreas onde se localizavam as usinas de açúcar tornou o recôncavo uma das regiões mais importantes para o desenvolvimento econômico do Estado. Estudos como o do geógrafo Cristóvão Brito (2004), no entanto, consideram que, em termos regionais, o modelo de produção não proporcionou um desenvolvimento urbano no Recôncavo e não houve investimentos na criação de indústrias que viessem a impulsionar sua industrialização, concentrando-se mais em atividades primárias exportadoras:

Apesar da volumosa soma de recursos financeiros aplicados diretamente no Recôncavo baiano ao longo de cinco anos, tais recursos não se traduziam em investimentos propiciadores de um futuro desenvolvimento econômico regional baseado em atividades industriais. (Brito, 2004, p. 107)

Tal situação ainda prevalece em grande parte do Recôncavo, principalmente em localidades que não desenvolveram um setor industrial e de serviços, permanecendo uma economia pautada no setor primário.

Preocupado com as transformações que as atividades petrolíferas estavam causando na ordem social desta região, Thales de Azevedo escreve o *Advento da Petrobrás*

⁸ A noção de padrão à qual o autor se refere não se prende a um modelo único e uniforme de vida e comportamento, mas uma unidade social característica do Recôncavo e de sua gente.

no *Recôncavo*, em 1959/60, no qual expõe os principais impactos sociais observados a partir da intensificação da exploração do petróleo. Segundo ele, pela intensidade e natureza, esta atividade econômica afetaria diversos aspectos da sociedade e da cultura local, numa região que a partir da metade do século XIX havia entrado em decadência e estagnação. A área de exploração corresponderia àquelas de *plantation* açucareiro, que gerou incremento imenso nas arrecadações municipais⁹, novos tipos de mão de obra e relações de trabalho, alterações nos usos do solo e das propriedades rurais, nos padrões de consumo e status e a intensificação da urbanização e aumento dos núcleos populacionais.

No que se refere aos impactos na zona rural, Thales de Azevedo identificava a diminuição da produção de gêneros alimentícios e da quantidade de terrenos disponíveis para o plantio bem como o êxodo rural, especialmente da população masculina em idade ativa, para o exercício de atividades pouco ou semi-especializadas nos mais diversos postos de trabalhos gerados – construção e abertura de estrada e de poços, derrubada de matas, direção de veículos etc. O estudo de Fernando Cardoso Pedrão identifica uma nova fase de decadência no *Recôncavo* pós Petrobrás, em que prevalece a falta de um dinamismo capaz de superar os diversos aspectos da pobreza. (Pedrão, 1998, p.220). O autor sintetiza o quadro geral encontrado nos anos noventa, quando foi realizada sua pesquisa:

A renovação chegou ao *Recôncavo* pela entrada de alguns investimentos e, principalmente, pelo aprofundamento da inserção no mercado de trabalho de Salvador. Mas a estagnação se recompõe pela repetição das estratégias de sobrevivência dos velhos interesses privados na região, que encontram meios de se manterem sobre a perpetuação da estrutura fundiária. Em franco contraste com o movimento que atraiu recursos para a localização de indústrias em Aratu, Feira de Santana e Camaçari, o *Recôncavo*, de São Francisco do Conde a Amargosa, dos baixios do Iguape a Belém, configurou-se como o negativo de retrato do progresso da área metropolitana de Salvador. (Pedrão, 1998, p.233)

Algumas cidades se desenvolveram a partir da industrialização nos anos 70, com a instalação de diversos empreendimentos industriais, outras, a exemplo de São Francisco do Conde, apresentam um comércio local muito fraco, dependendo comercialmente de outras

⁹ Em 1957 a cidade de São Francisco do Conde teve um aumento da renda na ordem de 241%, de acordo Thales de Azevedo.

idades e da capital, além de haver a emigração constante de recursos humanos para outras localidades, características identificadas ainda hoje.

O município de São Francisco do Conde foi um dos primeiros núcleos de povoamento da Bahia, elevado ao status de Vila em 1697¹⁰ e seu território já englobou os atuais municípios de Santo Amaro, São Sebastião do Passé, Catú e Madre de Deus¹¹. Assim, como informa Schwartz:

Na década de 1620 os franciscanos erigiram uma capela e um convento em uma colina na orla da baía, e o local tornou-se núcleo de um pequeno povoado, o qual lentamente começou a adquirir função de cunho militar, comercial e administrativo. Em 1698, com o crescimento da população, e da economia açucareira, a vila de São Francisco foi criada para atender as necessidades de ambas. (Schwartz, 1998, p. 89).

Desse modo, a cidade “desenvolveu-se como entreposto e centro administrativo para os engenhos das imediações” (Schwartz, 1998, p. 90). Em 1870 esta localidade ainda contava com 121 engenhos, situação que veio a se modificar com a decadência das usinas de açúcar desde finais do século XIX. Entre os fatores que contribuíram para a decadência da economia das usinas destacam-se: as condições adversas do mercado internacional, a proibição do tráfico de escravos e a implantação dos engenhos centrais – estruturas que vieram a culminar nas usinas de açúcar.¹²

Os estudos realizados na área do Recôncavo onde este município está localizado destacaram a importância da cana-de-açúcar como atividade principal e quase exclusiva, frente à sua predominância em quase todo seu território. Em estudo de caso realizado na localidade, que objetivava compreender as relações de trabalho no meio rural, Célia Maria Braga reafirma este fato, “que a cultura da cana-de-açúcar dominou quase que totalmente a

¹⁰ “Autorizado o Governador-Geral do Brasil pela Carta régia de D. Pedro II, “O Piedoso”, de 27 de dezembro de 1693, a criar vilas, Na Bahia, nos lugares onde fosse conveniente, o Governador Dom João de Lencastro, e dando execução à referida Carta, realizou uma excursão pelo seu recôncavo, da qual resultou ser, pela portaria de 27 de novembro de 1697 elevada à categoria de vila a povoação de São Francisco do Sítio com o nome de São Francisco do Sergi do Conde por estar situada na foz do rio Sergi do Conde, assim chamada por passar nas terras de Conde de Linhares”. In: IBGE. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, V. XXI, Rio de Janeiro, 1958.

¹¹ Informações contidas na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, organizada pelo IBGE em 1958.

¹² Ver, entre outros, BARICKMAN, B. J. “Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo Baiano (1850-1881)”, *Afro-Ásia*, n. 21-22, 1998-1999, p. 177-238.

área, exceção apenas das pequenas faixas de terra reservadas à agricultura de subsistência ou daquelas faixas onde foi conservada a vegetação nativa” (Braga, 1970, p. 71).

As áreas dedicadas à pequena plantação eram descontínuas e espalhadas pelo território do Recôncavo. Assim, a estrutura da propriedade veio a se desenvolver “pela presença de extremos, isto é, grande número de estabelecimentos agrícolas com áreas excessivamente reduzidas e um pequeno número de propriedades de grandes dimensões”. (Schwartz, 1998, p.77). O sistema de sesmarias e o direito à posse, que caracterizou o processo de formação da propriedade privada no Brasil, foram em grande parte responsáveis por esse tipo estrutura fundiária. No período colonial, no Recôncavo e na Bahia de um modo geral, a terra “nunca se tornara um recurso tão precioso que sua mera posse garantisse automaticamente poder social e econômico”¹³. Havia muita terra ociosa que era apossada, visto que até meados do século XIX não havia uma lei específica que controlasse e regularizasse a estrutura fundiária no Brasil, cabendo a mesma mais um valor de uso que de troca. Ainda que a agricultura canavieira cultivada em grandes extensões de terra predominasse nos solos de massapé, não se criou, contudo, “uma estrutura fundiária única e uniforme em todas as partes do Recôncavo.” (Ibid., p. 182).

Nos anos de 1969 e 1970, Célia Braga identifica os seguintes tipos de propriedades encontradas na área rural do município, correspondentes às diferentes formas de exploração da terra: a usina, “propriedade essencialmente destinada à lavoura e industrialização da cana-de-açúcar”; a fazenda de cana; a fazenda de cacau; a fazenda de pecuária; a fazenda onde se cultiva a banana e as pequenas propriedades destinadas à lavoura de subsistência. Ressalva que não fossem estas atividades agro-pecuárias sub-aproveitadas a região “poderia permitir a absorção e fixação de uma população rural maior do que a existente”. (Idem, p. 93).

Quase duas décadas antes, em 1952, foi também realizado um estudo nesta localidade, de maior cunho etnográfico, no âmbito das pesquisas patrocinadas pela UNESCO em convênio com a Columbia University, que, juntamente com outros estudos de comunidade, buscavam observar o modo de vida e a situação de (sub)desenvolvimento das comunidades rurais pesquisadas em diferentes regiões do Brasil, com interesse especial em

¹³ Ibid.

averiguar o modo como se processavam as relações raciais no Brasil. Harris Hutchinson (1952), através de pesquisa qualitativa e quantitativa, identifica alguns aspectos a respeito da composição da população de São Francisco do Conde, das relações de classe e status¹⁴. Constata para aquele período um local em estado de estagnação:

Vila Recôncavo¹⁵ is the country seat, local government is the only important function which it fulfils for the surrounding área. It is not used as a shipping point, either for receiving supplies from the outside or for sending sugar to the outside. (...) Commerce in Vila Recôncavo is almost entirely limited to supplying the 1,462 inhabitants of the town and of some small island (...). It is not major supply source even for these groups which live near enough to another and far larger commercial centre where they prefer to do their marketing. (Hutchinson, 1953, p. 22).

Estando a região do Recôncavo localizada ao longo do litoral e entrecortada por rios navegáveis, as conexões com a capital e outras cidades eram facilitadas; além do mais, em muitas plantações e usinas havia núcleos populacionais que formavam pequenas vilas, ficando a área urbana limitada em sua funcionalidade, utilizada apenas para realização de poucos serviços.

A partir do ano de 1950, a cidade de São Francisco do Conde foi diretamente afetada pelos impactos da instalação da indústria petrolífera, o que gerou uma mudança em sua estrutura econômica, com significativo incremento na renda municipal, além do estabelecimento de novos tipos e relações de trabalho. Neste contexto, a cidade aparece como uma das mais importantes da região, tanto economicamente, quanto pelas mudanças nos padrões de relações sociais – em especial das relações de trabalho - anteriormente estabelecidas, com a formação de uma nova classe de operários que também se constituía como grupos de status locais. Houve, nas décadas de 50 e 60, relativo incremento da população, na ordem de 78,1%¹⁶ em especial na área urbana, conseqüência da instalação da

¹⁴ O interesse principal de Hutchinson foi estudar as relações raciais nesta localidade, atentado para as categorias raciais ali existentes e sua relação com posições sociais, econômicas e de status.

¹⁵ Nome fictício criado pelo autor para se referir ao município pesquisado.

¹⁶ AZEVEDO, Thales de. O advento da Petrobrás no Recôncavo. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (org.). *Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1998.

indústria que atraiu novos trabalhadores da zona rural e da capital para a região, crescimento que não se manteve após aquele período inicial. Atualmente, a mão de obra local empregada pela Petrobrás ocorre por meio de contratos de trabalho com empresas e firmas terceirizadas, o que muda o perfil dos contratos de trabalho, em que os trabalhadores não possuem a mesma estabilidade empregatícia. Normalmente os trabalhadores são contratados por tempo determinado para a execução de determinado serviço prestado à Petrobrás. Além do mais, são relativamente poucos aqueles que participam diretamente dos postos de trabalho gerados pela indústria do petróleo na região e a cidade apresenta pouca oferta de trabalho, o que leva muitos trabalhadores a emigrarem para cidades próximas e a capital. Sendo assim, a cidade apresenta elevados índices de desemprego.¹⁷

São Francisco do Conde arrecada uma das maiores rendas *per capita* dos municípios brasileiros, de acordo com dados do IBGE¹⁸, obtida através do imposto arrecadado com o refino do petróleo. Se comparado com as demais localidades próximas, o município possui recursos financeiros excepcionais, em especial, pelo tamanho da sua população, cerca de 33.183 habitantes¹⁹, relativamente pequena, quando comparada com os índices de crescimento populacional de outras cidades próximas como Candeias e Camaçari, que receberam os impactos da industrialização de forma mais direta. Não houve um crescimento populacional significativo, a exemplo destas últimas, que em função de sua distância em relação à Refinaria Landolfo Alves em Mataripe não se tornou um apoio habitacional aos operários. Em termos do consumo, de infra-estrutura e do oferecimento de serviços, também a cidade de Candeias foi aquela recorrida como apoio urbano. No ano de 1978 consta no relatório da CONDER sobre São Francisco do Conde o seguinte texto: “Do ponto de vista sócio-econômico, o principal problema do Município concentra-se no fato de que, malgrado o aumento da arrecadação municipal, os benefícios sociais advindos da

¹⁷ Esta questão está sendo analisada pelo antropólogo Livio Sansone no desenvolvimento da pesquisa “Contraponto baiano do açúcar e do petróleo: desigualdades, modernidade, globalização e relações raciais no Recôncavo – o caso de São Francisco do Conde”, em andamento no Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia.

¹⁸ Os dados sobre o PIB dos municípios brasileiros, coletados entre os anos de 1999 a 2002, pelo IBGE, apontaram a cidade de São Francisco do Conde como a detentora do maior PIB *per capita* dos municípios brasileiros nesse período. Para 2007 o PIB correspondente foi de 7.144.211 mil reais e o *per capita* 239.506 reais. Fonte: IBGE.

¹⁹ Fonte: IBGE, censo de 2010. Em 1950 a população era de 11.077 habitantes. Fonte: IBGE

industrialização parece ter se refletido muito pouco sobre a população local.” (CONDER, 1978, p. 19)²⁰.

O que se conclui é que a riqueza do município não significou, para a maior parte da população, uma melhoria das condições de vida. Ao contrário, a cidade conta com baixos indicadores sociais e diversos problemas decorrentes da falta de investimentos em projetos de infra-estrutura e sociais, como a falta de saneamento básico, problemas habitacionais, baixa renda, poluição com conseqüente diminuição dos pescados entre outros.

A prefeitura é instituição presente na vida dos moradores e perpassa diversas instâncias da vida social e cultural do município. Se empregar na prefeitura é uma das maiores expectativas de inserção do mercado de trabalho, diante as limitadas opções em outros tipos de postos de trabalho.

Nas últimas décadas, o poder público municipal tem se colocado como grande incentivador da cultura popular local, criando slogans como “São Francisco do Conde, capital da cultura”²¹. O Recôncavo, que é reconhecido, entre outros aspectos, pela capacidade que teve de manter tradições seculares, especialmente aquelas praticadas pela população negra, descendente de escravos que ali se estabeleceu ao longo dos séculos. Em São Francisco do Conde, investimentos no campo da cultura repercutiram na recriação de grupos culturais que passam, atualmente, a manter parcerias com a prefeitura, secretarias municipais e estaduais, discussão que retomaremos no último capítulo.

1.2. A Ilha do Paty: População, território e propriedade

A comunidade do Paty é uma pequena ilha rodeada por manguezais ao redor de todo o seu perímetro. O acesso ao local foi facilitado com a abertura de uma estrada de acesso, asfaltada há cerca de três anos, que termina no porto do Engenho De Santo Estevão²², como é chamado o local onde as pessoas atravessam de canoa ou barco até a comunidade, trajeto de 10 a 15 minutos numa canoa a remo, principal embarcação utilizada

²⁰ BAHIA. CONDER. Termos de referência para elaboração do plano diretor de São Francisco do Conde, Salvador, 1978.

²¹ Slogan criado na gestão municipal de 2001.

²² Engenho de Santo Estevão é o nome de uma fazenda que fica nas proximidades da Paty.

pela grande maioria dos moradores. Entre eles somente três são proprietários de barco ou canoa motorizada, um deles prestando serviço para a prefeitura no transporte de alunos e funcionários da mesma que trabalham na localidade.

Foto 1 – Vista da entrada do Paty



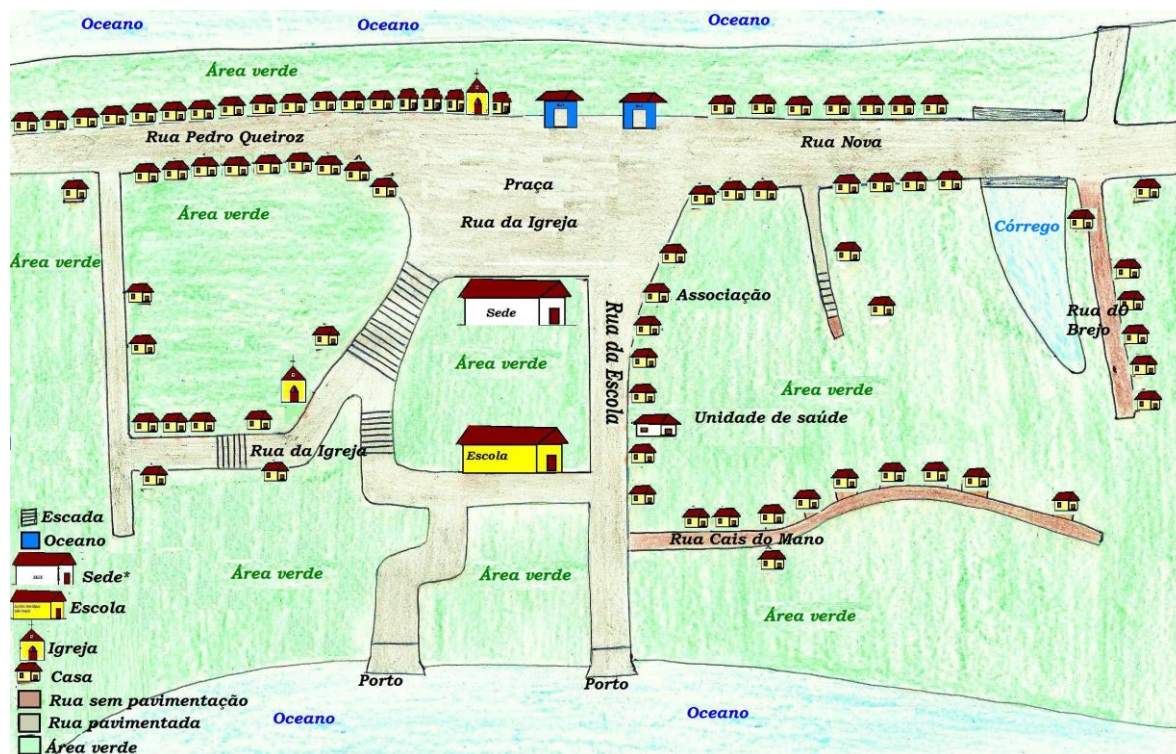
Fonte: Arquivo fotográfico da autora – nov. 2009

Esta comunidade, não obstante suas fronteiras geográficas bem delimitadas e sua localização de acesso relativamente difícil, historicamente manteve relações tanto com a sede quanto com os municípios próximos de Candeias e Madre de Deus e a capital Salvador. As duas primeiras cidades são freqüentadas regularmente pelos moradores, onde realizam as compras de alimentos, mercadorias e demais produtos. O deslocamento até estas cidades é realizado por meio de transporte coletivo, sendo que para Madre de Deus o mais comum é o uso de barco ou canoa. Na comunidade não tem armazém, o que existe são duas pequenas vendas que dispõe de alguns poucos produtos de primeira necessidade como óleo, farinha, biscoitos, pães etc. Como mencionado anteriormente, a cidade de São

Francisco do Conde não oferece atrativos em termos de comércio para o consumo dessas populações, de modo que o município é freqüentado, basicamente, para a utilização de serviços burocráticos, atendimento a saúde, para continuidade dos estudos e alguns eventos e festas. Ao redor da ilha localizam-se os povoados de Santo Estevão, Engenho de Baixo, Ilha de Bimarras e Ilha das Fontes.

Em ilha do Paty há aproximadamente 160 moradores fixos, distribuídos em 57 residências²³, além de 12 casas onde seus moradores passam finais de semana, utilizam para veraneio ou desocupadas. Atualmente, a maioria das casas fica concentrada numa área central, vizinhas umas das outras, distribuídas ao longo de pequenas ruas.

Figura II - Croqui da Ilha do Paty



Fonte: Elaborado pela autora e por Élder Ramos

²³ Censo realizado pela autora durante o trabalho de campo.

Foto 2 – Vista da entrada da Rua Nova



Fonte: Arquivo da autora – nov. 2009

Foto 3 – Vista da Rua Pedro Queiroz



Fonte: Arquivo da autora – nov. 2009

Foto 4 – Vista da Rua do Brejo



Fonte: Arquivo da autora

Na comunidade tem uma escola primária que atende os alunos da alfabetização ao 5º ano. Há também uma pequena Unidade de Saúde da Família, com atendimento médico um dia na semana, funcionando regularmente para vacinação, procedimentos simples como curativos e primeiros socorros. Na praça ficam a Associação de Moradores, que funciona num casebre onde são feitas as reuniões mensais com os moradores sócios e a Sede, espaço coletivo usado para realização de eventos como aniversários, serestas, festas de batizado e outras comemorações.

Objetivando a obtenção de algumas informações acerca das características da população, foi realizado um pequeno questionário com um dos membros de cada núcleo residencial²⁴. A distribuição por faixa etária pode ser observada na tabela abaixo:

²⁴ A grande maioria dos questionários foi realizado com o(a) chefe do domicílio.

Tabela I – Distribuição da população por faixa etária

IDADE	FREQUENCIA	PORCENTAGEM (%)
0-10	19	12,17
11-15	21	13,46
16-21	18	11,53
22-30	26	16,66
31-40	22	14,10
41-50	19	12,17
51-60	10	6,41
ACIMA DE 60	21	13,46
TOTAL	156	100,00

Podemos avaliar que se trata de uma população relativamente bem distribuída ao longo das faixas etárias, sendo, aproximadamente, 12% da população crianças com até 10 anos de idade, 25% adolescentes e jovens de 11 a 21 anos, 30% adultos entre 22 e 40 anos e 32% adultos acima de 40 anos e idosos. Foi possível observar que houve uma diminuição da taxa de natalidade se comparada com as gerações anteriores. As mulheres e homens com mais de cinco filhos ficaram concentrados na faixa etária acima de 50 anos.

Dos 57 domicílios existentes, 43 são habitados por até três pessoas, enquanto 14 possuem de 4 a 6 moradores. Deste total, 14 domicílios são formados por famílias monoparentais, onde residem apenas mãe e filhos, mulheres chefes de família na condição de viúvas, solteiras ou separadas. Outros 24 são formados de famílias nucleares, dos quais 65 % são compostos de casais em união estável e os demais através de casamentos, religioso, civil ou ambos. É significativo o número de lares em que reside apenas um morador, um total de 16 domicílios.

A população é composta por cerca de 46% homens e 54% mulheres, população predominantemente negra. A predominância de pretos e pardos é também característica da população de São Francisco do Conde.

Encontramos no texto de um projeto desenvolvido pela prefeitura municipal em 2001, que teve por objetivo fazer um levantamento das manifestações culturais existentes

no município, uma frase que fazia a seguinte referência à Ilha do Paty: “A ilha do Paty, pelas características dos seus habitantes certamente fora um quilombo.”²⁵ Supondo tratar-se ali de uma comunidade quilombola, o termo quilombo aparece como definição exógena visto que na comunidade, até o momento em que tivemos contato com a mesma, os moradores não se auto identificaram como remanescentes de quilombos, nem mesmo quando suscitada em alguma conversa informal ou entrevista.

Os estudos de comunidades rurais negras, cujos enfoques principais recaem sobre a problemática da identidade étnica, têm desvendado a realidade e cotidiano de populações ribeirinhas, sertanejas, caipiras, entre outras, seus sistemas de uso da terra, reprodução social bem como a dimensão cultural. Neusa Gusmão (1995) assegura que as possíveis origens das *terras de preto*,

envolvem terras conquistadas, os quilombos, terras doadas ou obtidas em pagamento por prestações de serviços ao Estado como também resultam de compra ou simples ocupação de áreas devolutas em diferentes momentos da história nacional. No entanto, qualquer que seja a origem dessas terras e a diversidade de seu conjunto, nada anula o fato de terem todas elas uma mesma natureza histórica: a sociedade inclusiva. (Gusmão, 1995, p. 11)

Essa definição de “terras de preto” engloba diversas formas de uso e posse das terras, historicamente ocupadas pela população negra no meio rural ou mesmo urbano, para além de uma definição clássica de quilombo. A presença do conteúdo étnico e racial engendraria peculiaridades nas relações sociais dos segmentos rurais negros.

Alfredo Wagner de Almeida (2008) se refere ainda, em relação às terras de preto, a uma outra situação, que, como veremos adiante, se assemelha ao que encontramos em Ilha do Paty:

Abrangidas também pela denominação encontram-se algumas situações peculiares em que se detecta a presença de descendentes diretos de grandes proprietários, sem grande poder de coerção, adotando o aforamento, ou seja, mantendo famílias de ex-escravos e seus

²⁵ Projeto Revitalização Cultural da Secretaria de Cultura e Turismo do Município de São Francisco do Conde, 2000.

descendentes numa condição designada como de *foreiros*, sem quaisquer obrigações maiores, possibilitando, inclusive, uma coexistência de formas de uso comum com a cobrança simbólica de foro incidindo sobre parcelas por famílias visando não deixar dúvidas sobre seu caráter privado. Os valores estipulados para pagamento são geralmente tidos como irrisórios e os próprios camponeses terminam por defini-los como “simples agrado”. Observa-se ainda que nestas regiões as agriculturas comerciais (cacau, café, algodão, cana-de-açúcar) não foram desenvolvidas. (Almeida, 2008, p. 147, [grifos do autor])

No Paty, o uso de muitos recursos naturais é comum, embora o controle da terra não, sendo exercido por um grupo doméstico, que se legitima como donos pela hereditariedade, aliado a representação social de um direito legal. Ao questionar sobre a situação da posse e propriedade das terras, fui informada que, “legalmente”, as mesmas pertenceriam a uma família local adquirida por herança de seus antepassados. É comum aos moradores, em suas falas, se referirem a família reconhecida proprietária como “os donos da terra”. Atualmente somente dois filhos deste antigo proprietário residem no Paty.

A forma de apropriação dos sítios – categoria utilizada localmente - pelas famílias locais, para construção das casas e roças, era feita através de pedido ao proprietário das terras, adquiridos através do pagamento de uma taxa anual²⁶, valor esse, segundo os relatos, que não chegava a ser oneroso. O proprietário e posteriormente seus descendentes concediam pequenas áreas para que fosse construída a casa, fabricada de taipa. Os relatos indicam que não era de agrado do proprietário construções de tijolo, tipo de moradia que poderia configurar ocupação permanente, o que também não era empreendido pelas condições precárias dos moradores, que viviam da produção de subsistência, especialmente a mandioca, e da venda de alguns poucos produtos derivados dela, como a farinha e o beiju²⁷, além da pesca artesanal e mariscagem²⁸.

Embora os moradores façam referência a uma “propriedade legal”, os mesmos se consideram em posse das terras adquiridas, que embora não documentadas, entendem como

²⁶ Esta taxa não é mais cobrada atualmente.

²⁷ Barickman (1993) atentou para a importância da mandioca tanto na dieta alimentar da população baiana como lavoura de subsistência e na economia dos pequenos produtores rurais do Recôncavo.

²⁸ Essas atividades envolvem diversas técnicas para se retirar do mangue, da maré e do mar os diferentes tipos de produtos deles provenientes. No Paty os instrumentos mais utilizados são a gaiola, a forquilha, a linha e a rede de abalo.

de “usu-capião”. Alguns trechos de entrevistas realizadas com moradores relatam o exposto acima:

A família Brandão ela detinha o poder sobre a terra aqui... Hoje ainda diz que é deles, documentalmente, só que na realidade cada um já possui seu pedaço de terra, mas na minha infância ele tinha o poder, era ele quem mandava.²⁹

Era assim, pedia um sítio a ele, escolhia e ele dava... Aí fazia a casa e plantava a roça³⁰

Pagava uma taxazinha por ano, mas depois que o dono morreu ficou tudo à toa, os filhos não se incomodou, não pagou mais a gente tinha que pedir ao dono da terra, ia pedir um terreninho pra construir a casa aí a gente ia escolher onde a gente queria, ainda hoje se quiser tem que pedir o filho dele aí.³¹

Cada um tinha sua roça, todos os moradores tinha um trecho de roça e a vida era mais na base da roça e da pesca, do marisco, antigamente era marisco, naquele tempo não tinha carne, o pessoal era paupérrimo, não tinha condições pra comprar, e não tinha nada aqui por perto não.³²

A gente sempre fez casa aqui, mas em princípio o velho Joaquim não queria que fizesse casa de construção aqui (...) O velho tinha aquele carrancismo né, e se fizesse ele mandava desmanchar.³³

Havia, portanto, uma espécie de arrendamento da terra, pelo qual cada área adquirida - o sítio - era utilizada para construção da casa e cultivo da roça. Em geral, as roças situavam-se mais afastadas dos núcleos habitacionais e estes distribuídos de modo disperso no território, configuração que foi se modificando ao longo do tempo.

Emília Pietrafesa de Godoi (1998), ao discutir a questão do território e dos direitos de posse em uma comunidade de camponeses no sertão do Piauí exemplifica, com base em categorias locais, a relação entre posse e propriedade. Gostaria de retomar tal discussão no intuito de traçar comparação entre seu estudo e a presente etnografia que muito contribui para o entendimento destes processos em diferentes contextos. Entre os camponeses do

²⁹ Entrevista realizada no Paty em janeiro de 2010 com Sr. Josivaldo de Almeida, 55 anos, conselheiro municipal de saúde.

³⁰ Entrevista realizada no Paty em janeiro de 2010 com D. Mariana Assunção, 56 anos, marisqueira.

³¹ Entrevista realizada no Paty em abril de 2010 com Sr Armínio Assunção, 73 anos, aposentado.

³² Entrevista realizada no Paty em março de 2010 com Firmino de Almeida, 72 anos, aposentado.

³³ Entrevista realizada no Paty em abril de 2010 com Seu Manuel Araújo, 72 anos, vigia.

sertão analisados por ela, o sistema de uso das terras é comunal, e o direito adquirido sobre ela se legitima pela descendência aliada à residência: “o princípio da ascendência comum converge com o princípio dos direitos sobre a terra” (Pietrafesa, 1998, p. 111), uma terra “comum” “sem que isso implicasse, entretanto, na ausência de direitos precisos e definidos do indivíduo sobre o solo, combinando domínios de usufruto comum e regras de apropriação individual” conciliando os interesses do grupo e do indivíduo com prioridade do primeiro sobre o segundo (Ibid.). Neste caso, parte-se do princípio que todos são donos da terra porque fazem parte de um tronco de parentesco comum, terra que é apropriada de forma individual através das unidades familiares, pelo trabalho dessa unidade familiar ou indivíduo sobre ela. Parte desse sistema foi modificando o processo de demarcação do território, mantendo, entretanto, formas comunais de uso da terra reproduzidas com base no modelo anteriormente vigente.

Cada família trabalhava para seu próprio sustento, seja na roça, na pesca e mariscagem ou mesmo realizando trabalhos fora da comunidade como empregados temporários, diaristas, empreiteiros etc. De acordo com os moradores, não se processavam relações de trabalho entre os proprietários e os demais moradores, cada família utilizava apenas seus membros para o cultivo das pequenas plantações e fabricação de farinha e derivados, assemelhando-se a uma organização de características camponesa. A família constituía a unidade de trabalho e a unidade de consumo, característica que autores clássicos do campesinato concebiam como próprias deste tipo de organização rural³⁴.

Para Maria de Nazareth Wanderley, o campesinato se configura como um tipo de agricultura familiar - categoria mais ampla – “que se constitui como um modo específico de produzir e de viver em sociedade” (Wanderley, 1996, p.2) que no Brasil difere do modelo clássico em função das particularidades relacionadas à colonização e ao tipo de capitalismo aqui instaurado. A agricultura camponesa estaria assentada no tripé propriedade – trabalho – família, podendo conciliar a pluriatividade e o trabalho externo, desde que a base das relações e organização social continuasse a ser reproduzidas. (Wanderley, 1996).

³⁴ Entre outros, CHAYANOV, A. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Editora Nueva Vision, 1974. WOLF, Eric. *As sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1976.

Os estudos sobre campesinato diferem de acordo à perspectiva e enfoque adotados. Segundo Maria Isaura de Queiroz, os estudos modernos sobre camponeses definem o “ser camponês” sob duas perspectivas: uma histórica “em que a definição tem lugar a partir da gênese deles” e outra sócio-antropológica “em que se procura definir tais conjuntos dentro do contexto sócio-econômico e antropológico atual, relacionando-se com diferentes tipos sociais” (Queiroz, 1976, p. 14). Ao retomar alguns estudos sobre o meio rural brasileiro, esta autora atenta para a existência do “sitiente”, tipo intermediário entre fazendeiro e trabalhador sem terra: “os sitiantes são responsáveis pelas plantações que cultivam; trabalham direta e pessoalmente a terra com o auxílio de sua família e, ocasionalmente, com um ou dois assalariados”, que exprime a relação do “trabalho do homem sobre a terra (...) podendo ele ser proprietário ou não, desde que seja o responsável pelo cultivo” (Idem, p. 12). Visto ser a prática do trabalho voltada para a subsistência, podendo haver a comercialização de excedente, as técnicas e instrumentos utilizados são aqueles mais rudimentares. Além desses aspectos, o campesinato se definiria pelos aspectos culturais e visão de mundo das pessoas que vivem neste tipo de contexto rural. Os estudos mais recentes levam em conta as características da sociedade moderna e do capitalismo industrial, que modificam e transformam, em especial, as relações de trabalho no campo. Maria Isaura destaca que, do ponto de vista sociológico:

o campesinato constitui sempre uma camada subordinada dentro de uma sociedade global – subordinação econômica, política e social. A camada superior tanto pode ser constituída por uma camada senhorial, quanto por camadas urbanas. Mesmo que os camponeses, à testa de pequenas autarquias de produção, sejam economicamente autônomos (...) ainda assim são sempre subordinados do ponto de vista social e político a outras camadas, ou a outros grupos sócio-econômicos. (Queiroz, 1976, p. 30)

Daí muitos autores atentarem para o fato de que não existiriam sociedades camponesas, sendo mais apropriado falar em campesinato, ou conjuntos de camponeses.³⁵

Otávio Velho (1979), ao discutir o campesinato, o enquadra como uma forma de produção atrelada ao capitalismo, reproduzindo-se justamente porque é subordinado a ele.

³⁵ Ver, entre outros, Eric Wolf, Maria Isaura de Queiroz, Neusa Gusmão.

De acordo o autor, no contexto brasileiro, após a decadência da *plantation* no nordeste - que ainda continuou persistindo por meio de uma transformação capitalista – desencadeou-se o aparecimento e expansão tanto de um proletariado rural quanto de um campesinato. Uma categoria típica da *plantation*, denominada “morador”,³⁶ não era considerada enquanto camponeses, embora praticassem agricultura de subsistência; seriam essencialmente força de trabalho utilizada a serviço da exploração monocultora que aos poucos foi sendo desagregada em função das transformações na economia local. Nas palavras de Otávio Velho,

Essa decadência secular, no entanto, estimulou a formação de uma população que embora ainda vinculada ao sistema dominante da *plantation*, fisicamente colocava-se mais para o interior: seja em atividades de pequena agricultura, seja na criação de gado. Essas atividades em muitos casos, através de migrações sazonais, serviam como uma espécie de depósito de mão de obra para a *plantation*. (...) Essa criação de subsistemas ligados à *plantation* já indicava de certa forma os limites da própria *plantation* no que diz respeito à absorção da população, aos poucos vindo a surgir o que poderia ser considerado(a) uma “população excedente” em relação à qual a possibilidade e a necessidade de manter alguma forma de imobilização tornava-se cada vez menor. (Velho, 1979, p. 175)

Desse modo, embora a *plantation* apareça como sistema dominante nesta região, não apenas economicamente como também a determinação que exercia sobre o formato da sociedade e que a moldava em diversos aspectos, havia o que ele denomina de subsistemas, que embora subordinados à dinâmica do modelo dominante, coexistiam como uma adaptação aos limites de inserção da força de trabalho excedente. Destacamos, no entanto, que essas populações vivendo até certo ponto de modo autônomo, possuíam sua própria lógica de trabalho e organização social que não seguia, necessariamente, aqueles contornos definidos em função da monocultura existente. Estavam, de todo modo, inseridos no sistema – embora não totalmente dependentes dele. Muitos trabalhadores vivendo nestas

³⁶ O morador, de acordo Otávio Velho (1979), era o trabalhador da *plantation* “que possuía o seu próprio lote de subsistência para onde se retirava sempre que não fosse necessitado nas principais atividades da *plantation*, seja em vista de suas depressões cíclicas ou simplesmente em face do ciclo agrícola anual” (p. 175), trabalhador que poderia ou não ser escravo. Acrescenta que “tratava-se ainda de uma força de trabalho reprimida, imobilizada, e a ênfase nas relações hierárquicas diretas dentro da *plantation* agia como um detergente contra coalizões horizontais do tipo camponês.”

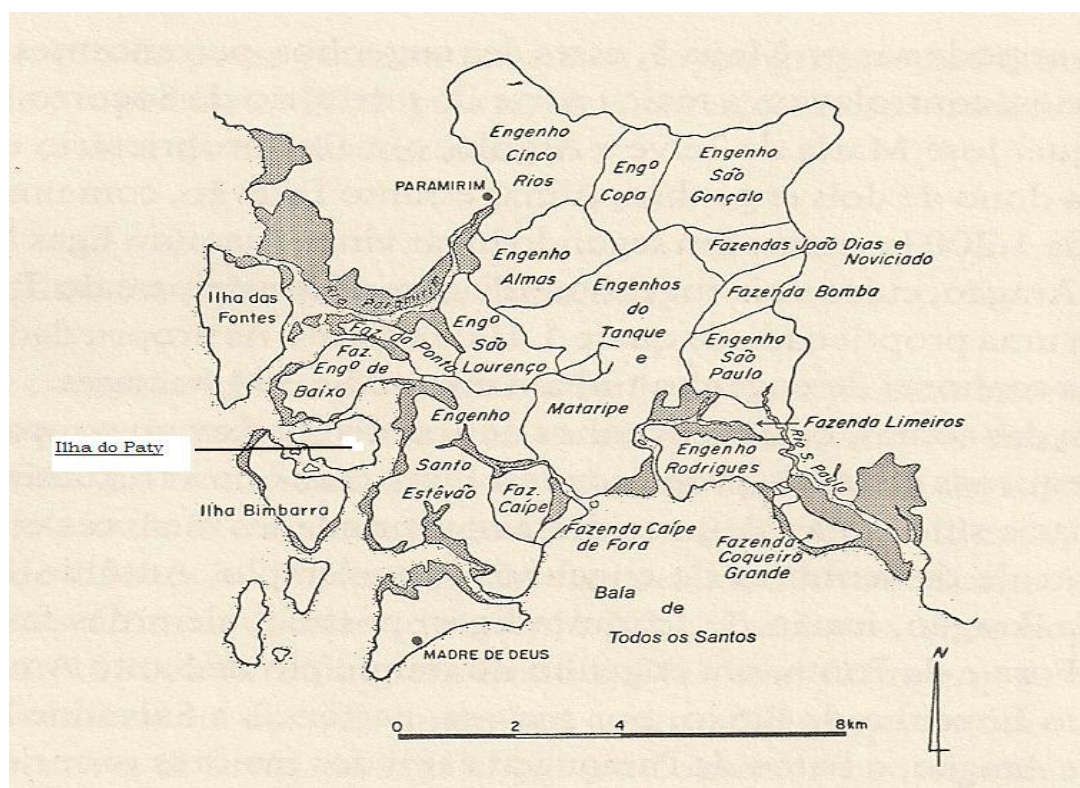
condições ofertavam sua força de trabalho nas usinas em períodos sazonais, trabalhando como diaristas ou empreiteiros.

Nos relatos sobre trajetórias de trabalho pudemos identificar a existência de trabalhadores desse tipo em Ilha do Paty. Cabe salientar que as terras do Paty, delimitadas por fronteiras de manguezais, não foram utilizadas para plantação de cana-de-açúcar. No mapa abaixo, reproduzido do livro de Barickman (2003, p. 192), que destaca as propriedades rurais na freguesia de Nossa Senhora do Socorro do Recôncavo em 1858³⁷, é possível visualizar a área e proximidades da Ilha do Paty, bem como a predominância dos engenhos de açúcar em seu entorno³⁸.

³⁷ O autor dedica algumas páginas para tratar dessa freguesia açucareira tradicional, que bem demonstra a “distribuição extremamente concentrada da propriedade da terra”. Nesta freguesia “dez engenhos, pertencentes a oito proprietários, controlavam a maior parte do território de Socorro.” Além do mais, muitas fazendas e sítios, propriedades menores, estavam sob o controle de senhores de engenho. Ver Barickman, B. J. *Um contraponto Baiano: fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 190, 191).

³⁸ Inserimos e destacamos a indicação de localização da Ilha do Paty, visto que o nome da “maioria das propriedades menores não é mostrado” no mapa original, como observa Barickman. O autor observa ainda que “a maior parte das ilhas mostradas não pertenciam à freguesia de Nossa Senhora do Socorro”. (Idem, p. 192)

Figura III – Mapa da freguesia Nossa Senhora do Socorro do Recôncavo em São Francisco do Conde, 1858.



Fonte: Registros Eclesiásticos de Terras, Arquivo Público da Bahia, Seção Histórica, 4815. In: Barickman, 2003, p. 192.

Em relação aos modelos de análise acerca do mundo rural e, mais especificamente, das formas de campesinato, o foco recai ou sobre “a economia camponesa funcionando por lógica própria, nos parâmetros de um equilíbrio entre trabalho e consumo familiares, e autônoma com relação ao capital” (Paoliello, 1998, p. 201) ou uma vertente de cunho marxista, que tende a vê-los “como expressões residuais de um modo de produção anterior ao capitalismo, assim tendentes a ser por ele absorvidas” (Idid.)³⁹. Segundo Paoliello,

³⁹ Segue um dos trechos referente a este posicionamento, encontrado na obra de Marx. “A sociedade burguesa é a organização histórica mais desenvolvida, mais diferenciada da produção. As categorias que exprimem suas relações, a compreensão de sua própria articulação, permitem penetrar na articulação e nas relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, sobre cujas ruínas e elementos se acha edificada, e cujos vestígios, não ultrapassados ainda, leva de arrastão desenvolvendo tudo que fora antes apenas indicado que toma assim toda a sua significação etc. (...) Como, além disso, a própria sociedade burguesa é apenas uma forma opositiva de desenvolvimento, certas relações pertencentes a formas anteriores nela só poderão ser novamente encontradas quando completamente atrofiadas, ou mesmo disfarçadas; por exemplo a propriedade

ambas abordagens “limitam a análise das relações entre formas de existência no campo e os processos gerais do mundo envolvente aos seus aspectos econômicos.” (Ibid.). A autora pontua que o estudo do mundo rural brasileiro, constituído por diversas formas de organização, requer novas formas interpretativas que busquem dar conta dos aspectos locais e globais relacionados às diversas esferas da vida social.

No estudo de caso feito por Paoliello, a comunidade dispõe de um sistema de posse da terra que é “representado, do ponto de vista de seus agentes, como um direito de propriedade individualizado, praticado como estratégia de apropriação” que se legitima por um direito à terra adquirido pelo grupo. O grupo é entendido como conjunto de famílias estabelecidas historicamente no território ligadas por relações de parentesco e a posse concretizada através da apropriação da terra por cada unidade familiar, ou seja, compartilham um patrimônio de domínio comum indefinido, apropriado individualmente por meio de regras constituídas pelos seus membros.

Os exemplos citados apresentam algumas das diversas situações de apropriação e uso da terra por pequenos lavradores encontradas em zonas rurais do território brasileiro. A condição dos moradores da ilha do Paty se configurava também como de pequenos lavradores posseiros. Cada família possuía o seu “sítio”, usado para moradia e cultivo da roça. A diferença essencial em relação às situações discutidas até agora é a de que o domínio do patrimônio territorial estaria em mãos de uma unidade familiar, não se tratando de um sistema de terras comunais, no sentido que tem sido elaborado nos estudos de comunidades rurais no Brasil. Contudo, havia a utilização de recursos naturais e algumas áreas de forma coletiva, além das atividades realizadas através de ajuda mútua, que seguiam a lógica da reciprocidade, a exemplo do processamento da mandioca, quando uma ou mais famílias auxiliavam a outra – trabalho realizado geralmente pelas mulheres - e os mutirões para as construções de casas, tendo em garantia a retribuição do trabalho em ocasião de necessidade.

Para as pequenas comunidades rurais e/ou pesqueiras, as configurações locais determinam em grande parte as relações identitárias e sociais entre os seus membros, que muito frequentemente envolvem as relações familiares e de parentesco. Ellen Woortmann

comunal. (Marx, 1982, p. 17)” In: Marx, K. *Para a crítica da economia política*: salário, preço e lucro; o rendimento e suas fontes. São Paulo: Abril cultural, 1982. Os economistas.

(1995), ao estudar comunidades camponesas, afirma que entre “as formações camponesas ocidentais a reciprocidade entre famílias é um componente central dos valores culturais e expressa sempre relações de parentesco.” (Woortmann, 1995: 40). Também pontua que em contextos rurais onde a troca de trabalho é um dos componentes centrais do padrão de reciprocidade, estes se estabelecem por meio das relações de parentesco e vizinhança, sendo fator fundamental para a compreensão da organização social interna da mesma. (Idib.).

Entretanto, quem hoje visita o Paty logo pode identificar que o trabalho na roça não é mais praticado com a importância que outrora tivera. Pudemos averiguar que em relação à agricultura houve uma diminuição radical. Foi possível constatar que apenas cinco pessoas ainda cultivam roça, não sendo esta atividade, no entanto, aquela que a família dedica sua força de trabalho e da qual obtém sua maior renda. A fabricação manual de farinha, atividade que fora comum na comunidade, não é mais praticada por nenhum morador. Podemos com isso considerar que houve uma mudança na estrutura econômica e nas relações de trabalho, que vem caracterizando as metamorfoses do mundo rural, marcado pela pluriatividade, já presente em sociedades rurais, mas intensificadas na contemporaneidade.

Juntamente com estas atividades produtivas tradicionais, há diversas outras em que os moradores buscam se inserir, principalmente empregos disponibilizados pela prefeitura (ver quadro de ocupações) ou em firmas da região, além do exercício de algumas atividades temporárias seja para suprir as necessidades materiais como às novas expectativas geradas em torno do trabalho. Os rendimentos obtidos através de aposentadorias e de programas assistenciais, em especial o PAS (Programa Acolhimento Social de Complementação de Renda), recentemente implantado na gestão da prefeitura municipal, também representam parcela considerável na renda familiar mensal da população.⁴⁰ Os aspectos relacionados ao mundo do trabalho e sua configuração atual serão tratados no capítulo posterior.

⁴⁰ Programa criado na gestão da atual prefeita de São Francisco do Conde. O benefício do PAS - Programa Acolhimento Social - destinado à complementação mensal dos rendimentos das famílias, consiste no valor equivalente à multiplicação do número de membros da família por ½ (meio) salário mínimo descontado a renda familiar, limitado ao valor entre 50% até 80% do Salário Mínimo.

1.3. A Ilha do Paty enquanto comunidade

Segundo pudemos observar até o presente, a memória de um passado mais remoto, que traria na lembrança a história dos antepassados e, com ela, a história da origem do lugar, é contada por poucos moradores. Entretanto, aqueles que relatam fazem-na por meio de uma trajetória que se originaria com a presença escrava, não associada a uma linha de descendência contínua com os moradores e ascendentes das famílias locais, de forma direta – embora deixando margem para esta suposição. Reproduzimos abaixo trechos de uma entrevista, realizada com Seu Manuel, morador antigo da ilha, conformando este julgamento.

O velho, o pai de Eufrásio era daquele pessoal... o avô dele tinha escravo e ele ainda alcançou esses escravos (...)

(...) Constâncio foi o dono daqui dessa ilha, mas quando ele foi dono no tempo dos escravos não tinha casarão, só tinha as casinhas dos escravos ficar, depois ele se aborreceu e vendeu aqui ao dono da pecuária. Tinha o pai de Eufrásio, o velho Joaquim Brandão e tinha o tio Petronio, tinha esses dois irmãos que vieram aqui para o Paty, o Petronio ficou com as terras acolá do Engenho de Baixo (...) então o velho já tinha fundado este casarão, veio lá da pecuária (...) é lugar daqueles sobrados antigos, casarões imensos, aí ele desmanchou, tirou as madeiras daquele sobrado, mas naquele tempo aqueles escravos tinha que trazer aquelas pedras, aquelas vigas medonhas, cavava os buracos trazia aquilo, fincava e agora ia metendo os tijolo, que quando chegava em certos meios, hoje bate lage né, mas naquele tempo as lage era de viga, de madeira por cima e assoalho, aí construiu outra casa por cima, e esses escravos trabalhava minha irmã, essas madeiras desse casarão vieram lá da pecuária, os marinheiros que andava na embarcação carregava aquelas peças, colocava em cima da embarcação, quando chegava ali no porto era dez, doze homens pra pegar um esteio daquele (...) eles também fizeram um açude, que naquele tempo cavava as terras e carregava no balaio, outros carregava no balde, os escravos que fizeram esse tanque. Aí fazia uma banca, aí fazia um muro, uma baixeadade de um lado para o outro, então na cabeceira do tanque eles trouxeram uma semente lá da pecuária, uma palmeira que chama paty, é um tipo de Palmeira, mas ela fica fina assim dessa grossura, cresce muito, bota aqueles cachos bonito, chama paty não é, plantou que ainda existe lá dentro do mato, aí ficou este nome da ilha do paty, este nome ficou (...). O velho me contava porque ele tinha muita consideração por mim. E aí construíram esse sobrado, que quando chegou aquela história que eu não to lembrando a data (...) que teve a libertação, o grito de Dom Joaquim que libertou os cativos (...) então o velho Joaquim me contava que chegou a alforria e então o velho, o avô dele, quer dizer, o

pai dele disse é! Tá tudo na liberdade, agora meus escravos vai ficar aí como libertos, mas ninguém vem incomodar eles e ficou a vida toda (...) ele não deixou escurraçar quem viesse de fora e quem vinha morar aí ele não deixava escurraçar esses escravos e assim foi construído aí (...) e esses escravo ficou morando aí, foi liberto e se acabou tudo aí, morreram tudo, todos esses escravos aí.⁴¹

Entretanto, na maioria dos depoimentos sobre a origem do lugar, a referência à existência de escravos não é mencionada ou é apenas sugerida:

Escravo aqui, que eu saiba não (...). A estrutura que dava uma imagem de conhecimento dessa situação é justamente as alvenarias, que era muito grande não era (...). Aquele sobrado foi dado ao pai de seu Joaquim (...) seu Joaquim eu não sei se ele já era nascido, mas só que o sobrado foi dado ao pai de Seu Joaquim, seu Joaquim construiu a família dele ali, mas Petronio, que era irmão de seu Joaquim, ficava lá em Engenho de Baixo, mas na minha infância eles tiveram uma briga pra dividir a herança, o pai dele deixou o engenho de Baixo e o Paty, se eu não me engano, aí depois das discussões lá ficou o Paty pra seu Joaquim e o engenho de baixo pra Petronio, entendeu, ficou pra eles dois⁴²

Olha, eu não sei falar essa história não, agora diz que aqui tinha uma igreja lá no Forno que era de escravo, que foi os escravos que fez, que aqui era coisa de escravo (...) mas eu acredito que aqui já coisou escravo naquela época⁴³

Olha, o terreno era dele [do pai de Seu Joaquim], ele mais meu avô que era os homens mais velhos aqui do Paty (...). Meu avô Domingos foi o homem mais velho aqui do Paty. Essa família dos Assunção era toda de meu avô Domingos, aqui no Paty não tem uma família que é daqui que é mais antiga que a nossa.⁴⁴

No primeiro depoimento, Seu Manuel Assis conta sobre a origem dos primeiros moradores do local. Em sua versão, a ilha teria pertencido a um primeiro dono, possuidor de escravos, que após alguma contrariedade vendera a mesma. As terras então passaram a ser de propriedade do pai de Joaquim Brandão, que também tinha posse de escravos – não se sabe se tratavam dos mesmos cativos – e quem, supostamente mandara construir um sobrado na ilha. Quando da abolição da escravidão, os escravos que ali viviam foram

⁴¹ Entrevista realizada no Paty em abril de 2010 com Sr. Manuel Assis, 72 anos, vigia

⁴² Entrevista realizada em Salvador em março de 2010 com Sr. Josivaldo de Almeida, 55 anos

⁴³ Entrevista realizada no Paty em janeiro de 2010 com D. Zuleide Assunção, 76 anos, aposentada e marisqueira

⁴⁴ Entrevista realizada no Paty em abril de 2010 com Seu Armínio Assunção, 73 anos, aposentado e pescador.

libertos e continuaram nas terras, juntamente com outros moradores que foram se instalando ali. A memória acerca de alguns acontecimentos que não foram vivenciados e sim transmitidos é permeada de lacunas, fazendo com que alguns personagens e eventos apareçam sem muitos nexos temporais. Assim, a existência de escravos é narrada desde a presença do primeiro dono, e posteriormente como propriedade do “velho”. Trataria-se da mesma geração de escravos? Eis um ponto que lhe falha a memória... Seu Manuel Assis não narra a existência de relações de parentesco diretas entre esses escravos que viveram na ilha e os ascendentes das famílias locais, embora tal fato apareça de modo implícito no depoimento. Também lembranças mais específicas em relação à transmissão da propriedade anterior ao pai de Joaquim Brandão não são recordadas ou quiçá sabidas.

A ilha, portanto, teria sido herdada por seu Joaquim, por ocasiões da divisão dos bens de seu pai. Além das terras do Paty, o pai dele fora proprietário das terras localizadas no Engenho de Baixo (ver figura III), onde atualmente existe um povoado de mesmo nome. Na partilha, motivada por brigas familiares, um dos filhos ficou com as terras de Engenho de Baixo e o outro, seu Joaquim, com as terras da ilha do Paty.

No segundo depoimento, o sobrado, ao contrário de ter sido construído a mando do pai de seu Joaquim, teria sido dado a ele, não se sabe se em herança ou outro tipo de doação.

No terceiro depoimento a existência de escravos estaria atrelada a outra construção histórica, igreja antiga localizada nas proximidades da ilha. Ali, a referência aos escravos não é feita diretamente ao local e é mencionada como uma suposição.

O casarão - ou sobrado - aparece enquanto componente material que faz parte da história de fundação da comunidade. Ali foi a moradia de Seu Joaquim, juntamente com sua esposa e filhos. Estes foram aos poucos saindo do sobrado para residirem em suas próprias casas, a maioria migrando para outros locais, obrigando o casal a se mudar de lá pelas condições precárias em que se encontrava o imóvel. Hoje restam apenas alguns escombros de paredes “pra contar história”. Durante muito tempo essa foi a única construção de tijolo que havia na ilha. Todas as demais casas eram de taipa. Era nela onde se realizavam os cultos religiosos católicos, os festejos de São Pedro, os bailes e outras comemorações, momentos que serviam para reunião e socialização das famílias.

Esse patrimônio histórico, constantemente referido e lembrado nos relatos e lembranças sobre o passado, constitui um daqueles “lugares da memória” que Pierre Nora apresenta ao tratar da questão da memória. Os “lugares da memória” englobariam lugares materiais, funcionais ou simbólicos. O primeiro deles – embora também presente nos demais – se refere aos objetos sobre os quais a memória se ancora para construir a imagem e as marcas do tempo vivido. Assim sendo “a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto.” (Nora, 1993, p. 09).

Encontramos na base da estrutura social da comunidade três famílias centralizadoras: os Brandão, que seriam os proprietários legais, detentores da autoridade pela posição que possuíam na estrutura social, reconhecidos pela figura de Seu Joaquim e Dona Lurdes. Ele, um mestiço nascido em 1893 e falecido em 1988; ela, sua esposa, de cor preta, também falecida, a geração conhecida pelos moradores atuais, os pais daqueles que atualmente ficaram como herdeiros das terras. A família Almeida, cujos alguns de seus membros exerceram e ainda exercem influência política, presidindo entidades locais, e a família Assunção, a mais numerosa e de antiga ascendência local. Na fala de Seu Armínio, Seu Domingos seria o ascendente conhecido mais antigo dessa parentela. Entre a primeira e a segunda o parentesco se deu através de casamentos entre membros de ambas famílias, assim como entre os segundos e os terceiros. Entre os terceiros e os primeiros há parentesco pela linha de ascendência por parte de Dona Lurdes. Além dessas, outras famílias se incorporaram ao grupo através de casamentos ou uniões estáveis, em geral oriundas de localidades próximas.

Como será visto em outro capítulo, as relações entre as famílias descendentes locais e os “de fora” são dinâmicas. A questão do tempo determina graus de pertencimento da família e do indivíduo dentro da comunidade, assim como as relações de aliança estabelecidas entre eles, ambos elementos caracterizadores de identidade nesta coletividade, identidades que se formam por referência a outros diferentes elementos, sejam eles a origem, a religião, o gênero, a tradição, o trabalho.

Algumas mudanças que se processaram na infra-estrutura da comunidade refletem também mudanças no *modus vivendi* desta população. Outras estão diretamente

relacionadas com alterações nas relações de trabalho da região e pela inserção de novos meios de comunicação.

Veremos como certos moradores descrevem algumas mudanças ocorridas na comunidade e como elas são percebidas por esses agentes por meio da memória coletiva e das trajetórias individuais. Abaixo transcrevemos trechos de falas que destacam diferentes acontecimentos na trajetória da comunidade que permitem-nos avaliá-las do ponto de vista de quem narra.

Quando eu vim pra cá era as casas tudo de taipa, você via uma ou outra que ta hoje como está, não tinha energia, era um fifó, depois colocaram um gerador mas ligava seis e desligava dez (...) aí depois foi evoluindo, foi comprando isso e foi comprando aquilo aí felizmente no mandato de Pascoal quando foi prefeito pela primeira vez conseguiu colocar energia e aí graças a Deus todo mundo com capricho, interesse foi progredindo que todo mundo hoje tem aí seus eletrodomésticos, suas casas boas, mas antes não era assim não. Isso daqui não era calçado era um mato com aquele caminho estreitinho, se chovia era só lama, tinha as pessoas que criava porco e era criado solto aí, mas agora graças a Deus pelo tempo que eu vim pra cá pra hoje aqui está muito civilizado, tá muito civilizado pra quando eu cheguei aqui.⁴⁵

Aqui o trabalho da gente era na roça, naquela época se fazia farinha e beiju pra vender, saia daqui e ia vender lá em Bom Jesus, quando chegava na época das festas daqui ia plantar roça, batata, aipim, quiabo, banana, fazer carvão, cortar lenha pra fazer carvão pra comprar uma roupinha, é! naquela época ninguém era empregado aqui não⁴⁶

Eu vivi foi igual minha mãe, na bacia de roupa e mariscando, dia almoçava duas horas, dia comia três horas, dia comia quatro horas, comia, mas hoje, eu não tinha um colchão, dormia na tábua pura, hoje eu tenho uma cama, tenho meu colchãozinho, então não vou comparar, pra mim hoje é melhor né, pra o que eu já fui hoje eu sou milionária(...)
O povo era tão fraco que o que criava era porco, eu mesmo tinha muito porco, e não podia passar nos caminhos que era só bosta de porco (...)⁴⁷

Seu Osmar mandou fazer o calçamento, começou a fazer essa estradinha de calçamento tudinho, que não tinha e foi melhorando né, mas não fez casa pra ninguém. Depois de Osmar veio esse Pascoal aí Pascoal já veio

⁴⁵ Entrevista realizada no Paty em abril de 2010 com Bartira, 49 anos, diretora da escola municipal.

⁴⁶ Entrevista realizada no Paty em abril de 2010 com Seu Armínio Assunção.

⁴⁷ Entrevista realizada no Paty em abril de 2010 com D. Emília de Jesus, 66 anos, pensionista e marisqueira.

melhorando, botou a luz, deu essa casa aqui pra Neca (...), no dia que deu a chave dessa casa aqui foi o dia da inauguração da luz, uma festa, ninguém tinha luz aqui. Todo mundo dormia cedo né que não tinha mais o que fazer no escuro (...).

Aí depois do Pascoal veio o Calmon (...) que muita gente aqui não tinha casa e agradeça a ele porque essas casinhas bonitinhas aí foi tudo ele que fez, as ruas, a pracinha ele melhorou, aquele bar da pracinha foi ele que fez pro menino entendeu, essas casas tudo aí que ta bonitinha foi ele e empregou o pessoal que essas menina aí gari agradeça a ele que elas trabalharam, e no posto, na escola, todo mundo que se empregou foi ele (...)⁴⁸

Antigamente era só navio né, pra sair daqui tinha que esperar o navio, saia daqui três, quatro horas da manha pra ali em Madre de Deus, o navio vinha de Santo Amaro, passava em SFC, Bom Jesus, Madre de Deus, depois descia pra Salvador. (...) A gente tinha que aproveitar a maré, era uma história viu, eram barcos menores, e navios de grande porte, as pessoas contam que era um sacrifício, eu lembro um pouco...⁴⁹

As falas destes sujeitos descrevem mudanças que foram ocorrendo ao longo do tempo, lembradas como diferenciações entre o passado e o presente e que trouxeram modificações significativas no espaço físico e social, refletidas na vida e cotidiano das pessoas do local. A maioria delas são mudanças pontuais, como a instalação da energia elétrica, ocorrida em 1996, que, sem dúvida, engendra novas situações, afetando principalmente as necessidades de consumo.⁵⁰ A substituição das casas de “sopapo”⁵¹ por casas de tijolos e blocos, o calçamento das ruelas, a construção da praça, obras realizadas pelo setor público, atendendo algumas demandas de infra-estrutura, gerando gradativamente o aumento do número de residências, mudanças elementares que foram transformando a paisagem da comunidade, “urbanizando” ou “desruralizando” o local. A criação de animais soltos, como porcos, também é relatada como prática do passado, que foi deixando de ser desenvolvida para dar lugar ao exercício de outras atividades.

No primeiro depoimento, feito pela diretora da escola, que atua há trinta anos na comunidade e nela reside durante a semana, a percepção é de um local que vem se tornando mais “civilizado”; para outros a mudança se percebe nas trajetórias individuais, que tende a

⁴⁸ Entrevista realizada no Paty em fevereiro de 2010 com Dona Marta, 78 anos, aposentada.

⁴⁹ Entrevista realizada no Paty em janeiro de 2010 com Sr Josivaldo de Almeida, 55 anos.

⁵⁰ Ver, em anexo, tabela dos bens de consumo das unidades residenciais.

⁵¹ Casa feita de barro, varas e estacas, geralmente coberta de folhas de palmeira.

ver o passado como tempo de maiores dificuldades, hoje ainda presentes, contudo reproduzidas em condições menos precárias. Nos relatos destes moradores mais antigos embora o passado seja lembrado como época de muitas dificuldades, em que as pessoas tinham somente o necessário para sobreviver, a solidariedade e convivência nas relações sociais do grupo eram tidas como mais intensas e duradouras.

O termo comunidade aparece nas falas de alguns moradores quando se referem ao lugar. Pude observar também a utilização do termo em reuniões de moradores na associação. A noção é utilizada também quando se pretende reforçar um pertencimento ao local, para comunicar a idéia de que ali todos se conhecem e que possuem entre si relações de parentesco e amizade.

A noção de comunidade, conforme Anthony Cohen (1985), se define não pelas fronteiras físicas, mas por meio de uma construção simbólica. Os símbolos de referencia são compartilhados pelo grupo muito embora os sentidos deles possam ser diferentes para cada sujeito. Cohen aponta para a dimensão subjetiva presente na noção de comunidade. Muito mais que a comunidade em si, é o sentimento baseado no imaginário de comunidade que fortalece os sentimentos de pertença. A comunidade existe através de um processo de construção simbólica da semelhança entre os seus membros em contraste com as diferenças concernentes a outros grupos. Assim, a comunidade torna-se uma referencia para as identidades individuais e coletivas. Em Ilha do Paty, as fronteiras simbólicas, mais que as fronteiras físicas existentes, reforçam a idéia de comunidade. “Não importa se as suas fronteiras estruturais permaneçam intactas ou não, a realidade da comunidade está situada na percepção de seus membros sobre a vitalidade da sua cultura. As pessoas constroem comunidade simbolicamente, fazendo dela uma fonte e depósito de significado e uma referência de sua identidade” (Cohen, 1985, 118).

A partir do panorama regional aqui apresentado inserimos a Ilha do Paty num contexto que possui suas especificidades históricas e conjunturais, procurando compreender os aspectos da organização interna da comunidade que se relacionam com as mudanças e transformações ocorridas nesta região nas últimas décadas, para então estabelecer as bases estruturais que regulam a vida e o cotidiano dos seus moradores, entre elas, o território e a propriedade.

CAPÍTULO 2 - “AQUI, QUEM NÃO TEM EMPREGO É PESCADOR: MUDANÇAS E DINÂMICAS NO MUNDO DO TRABALHO

As atividades produtivas em ilha do Paty constituem o foco principal deste capítulo. Elas são importantes em toda sociedade e parte fundamental para o entendimento da organização social do grupo doravante estudado. Os processos de mudanças na organização social e no mundo do trabalho vêm sendo investigados em diversos trabalhos realizados em pequenas comunidades, cada qual explorando especificidades de um contexto particular⁵². Em ilha do Paty, a análise destes processos tem revelado a dinâmica das ocupações exercidas pelos moradores e os problemas enfrentados no dia a dia, ao longo de algumas gerações. Optamos por focar as mudanças ocorridas a partir dos anos 50, quando a região do Recôncavo, em especial a área que abrange a ilha, foi afetada pela exploração do petróleo e pela implantação da refinaria Landulfo Alves, em 1951. No ano de 1957 foi instalado o terminal marítimo de Madre de Deus, que em função de sua proximidade com a ilha, também tem gerado impactos no meio ambiente e social de um modo geral.

No quadro abaixo, obtido por meio da aplicação do questionário quantitativo, elencamos as ocupações dos moradores do Paty correspondente ao período em que estivemos em campo. Com o questionário feito ao entrevistado obtivemos informações da principal ocupação ou trabalho de todos os membros da casa, em questão aberta na qual o próprio entrevistado denominava sua ocupação, conforme apresentamos no quadro abaixo:

⁵² Baiocchi, Mari de Nasaré (1983); Fry, Peter e Vogt, Carlos (1996); Cândido, Antônio (1982), Kottak, Conrad P. (1992).

Quadro I – Ocupação principal dos moradores

OCUPAÇÃO PRINCIPAL	FREQUÊNCIA
Agente Comunitário de Saúde	1
Aguadeiro (abastece água na escola)	1
Ajudante de Construção Civil	2
Aposentado(a)/Pensionista	18
Autônomo (pequeno comerciante)	1
Auxiliar administrativo	1
Auxiliar de disciplina	3
Auxiliar de serviços gerais	9
Auxiliar de vendas	1
Cantora	1
Cozinheira	1
Dona de casa	7
Estudante	49
Guarda municipal	1
Lavadeira	1
Marinheiro	1
Marisqueira	5
Merendeira	1
Monitora de pesca	1
Motorista	1
Operário (indústria petroquímica, Petrobras etc)	5
Outras ocupações/biscate	3
Pedreiro	1
Pescador	10
Professora municipal	4
Representante distrital ⁵³	1
Revendedora de cosméticos	1
Vendedor	2
Vigilante (contratado pela prefeitura)	3
Vigilante (contratado por firma)	1
Desempregado(a)	10
Não se aplica	9
Total	156

Fonte: Banco de dados da autora.

⁵³ Cargo indicado pela(o) prefeito(a). Sua função é representar o distrito junto ao órgão, informando sobre as principais demandas e necessidades da população do local.

Dentro deste quadro geral, destacamos que 15 moradores têm a pesca e a mariscagem como única ou principal atividade produtiva. Entretanto, dentre os entrevistados, aproximadamente 65% praticam a pesca e a mariscagem, englobando os que as exercem enquanto atividade complementar ou para consumo próprio. Destacamos ainda a proeminência dos empregos no serviço público municipal neste contexto, exercidos por um total de 25 moradores.

Os serviços domésticos, que aqui incluem as funções de auxiliar de serviços gerais, merendeira, cozinheira e lavadeira e os serviços na construção civil, foram apontados, em estudo feito pelo IBGE⁵⁴ em 2009, como aqueles em que predomina a população que se auto-identificou como pretos e pardos.

O quadro acima se refere às ocupações que os entrevistados consideraram a principal. Muitos deles exercem mais de uma atividade e, em função de determinadas demandas podem suspender uma atividade para exercer outra. Durante a entrevista temos o caso de um morador que é pescador e também exerce atividades de pedreiro. Por estar no momento atuando nesta última, declarou-a como sendo sua principal ocupação.

Para entender a dinâmica do mundo do trabalho em ilha do Paty, abordaremos as principais atividades produtivas realizadas na comunidade, que permitem a sobrevivência das famílias e que engendram seu cotidiano.

2.1. O trabalho na roça

Como foram expostas no capítulo anterior, as atividades voltadas para o cultivo da terra são exercidas apenas por cinco moradores, e os produtos obtidos são basicamente para subsistência. Os produtos mais plantados são aipim, cana, banana, manga e algumas verduras. Alguns deles são vendidos, em pequenas quantidades, aos próprios moradores do local. Estas roças em geral localizam-se mais afastadas dos núcleos habitacionais, ou são extensões do quintal da casa, quando situadas numa área mais afastada dos aglomerados de casas.

⁵⁴ Dados obtidos em março de 2009 da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) realizado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em seis regiões metropolitanas.

Os moradores que cultivam roça não fazem desta sua principal atividade. Em geral também são pescadores, exercem outros trabalhos ou são aposentados. Não há exploração intensiva da terra, sendo utilizada a mão de obra da própria família, quando necessário.

Também a criação de animais é praticamente inexistente. Não vemos galinhas nem outras criações nos quintais dos moradores. Somente um morador possui cerca de meia dúzia de cabeças de gado. Criar galinhas e porcos, que foi comum no passado, é lembrada como prática de outros tempos, que estava relacionada com modos de vida mais rústicos. Assim, as gerações atuais foram deixando de ter interesse e disponibilidade em continuá-la. O calçamento de algumas ruas e a construção de uma praça, que modificaram a infraestrutura local a partir do final dos anos 80, de alguma forma também contribuíram para tornar incompatível a criação desses animais nos arredores de muitas casas.

Foto 5 – Cercado para colocar gado⁵⁵.



Fonte: Arquivo da autora.

⁵⁵ Cercado feito pelo morador no quintal de casa para deixar o gado durante a noite

2.2. Trabalhadores da indústria – processos de transição

A cana de açúcar constituía o mais importante produto agrícola do município de São Francisco do Conde e de cidades e áreas adjacentes, com períodos de altas e baixas na sua produção e comercialização até meados do século XIX⁵⁶. As usinas, sucessoras dos antigos engenhos, que começam a expandir com intensidade no Recôncavo⁵⁷ nos últimos anos do século XIX, quando o açúcar já não tinha a mesma importância econômica do passado, ainda empregaram significativo número de trabalhadores deste município e de comunidades ao redor, principalmente até a década de 50, quando entraram em declínio, e a maioria delas já se encontrava em estado de falência.

Em conversas e entrevistas, alguns relatos de moradores mais velhos discorriam sobre trajetórias de trabalho em usinas e fazendas de cana-de-açúcar da região. Nas usinas existem dois tipos predominantes de trabalhadores: os operários do setor industrial e os trabalhadores rurais, do setor agrícola. Além dos trabalhadores fixos contratados, as usinas recrutavam trabalhadores temporários.⁵⁸ Em função do caráter sazonal da produção açucareira, nos períodos de safra muitos homens da região se empregavam nas fazendas e usinas, geralmente para desenvolverem atividades no campo, principalmente o corte e transporte da cana, além de outras tarefas que se intensificavam nesta época. Fora do período de safra, as atividades de campo consistiam na limpeza e preparo do terreno, a plantação de mudas, a construção de cercas, entre outras.

Esses trabalhadores temporários, nos períodos de safra, deslocavam-se para as fazendas, onde se alojavam durante o período em que exerciam as tarefas como trabalhadores rurais. Neste tipo de trabalho não havia vínculo empregatício com a usina, nem com a fazenda - quando ela fornecia a matéria prima⁵⁹ e os trabalhadores eram dispensados nos períodos de entre-safras, tipo de trabalho definido como “avulso” por

⁵⁶ Segundo Barickman “as exportações de açúcar da Bahia estagnaram a partir de meados da década de 1850 (...). Depois, no final da década de 1880, o comércio açucareiro quase entrou em colapso (...). Entre 1900-1910, as exportações ainda eram, em média, de apenas 8.600 toneladas por ano, ou cerca de 600 mil arrobas – menos de um quinto dos níveis máximos alcançados no início da década de 1850.” (Barickman, 2003, p.84).

⁵⁷ Especificamente trata-se dos territórios pertencentes aos municípios de São Francisco do Conde, Santo Amaro e São Sebastião do Passé, onde se concentrou a maioria das usinas açucareiras no Recôncavo.

⁵⁸ Também nos engenhos havia esta divisão do trabalho: os trabalhadores do campo e os trabalhadores que desempenhavam atividades de processamento e fabrico do açúcar.

⁵⁹ Ocorria de algumas usinas comprarem matéria-prima de outras fazendas, em função de algumas delas não possuírem grandes quantidades de áreas cultivadas ou disponíveis para plantação.

alguns deles. Geralmente ganhava-se pela atividade realizada, “pela empreita” (quantidade de cana cortada, de tarefas de terra limpa, etc). As usinas para onde os trabalhadores da ilha se deslocavam naquela época eram a Usina Maracangalha, em São Sebastião do Passé e a Usina Paramirim, em São Francisco do Conde. Além dessas, outras usinas recrutaram número significativo de trabalhadores de localidades próximas, a exemplo da Usina Dom João, em São Francisco do Conde, que esteve em funcionamento até 1969⁶⁰.

Com o declínio e a falta de investimentos na economia da cana-de-açúcar imensas áreas antes canaviais foram utilizadas para a pastagens de gado e algumas plantações de cacau. Com o fechamento da maioria das usinas, aquele tipo de trabalho temporário nas fazendas e usinas de cana-de-açúcar deixou de ser executado. Outra grande indústria a se instalar na região trouxe novas oportunidades de emprego para muitos destes trabalhadores, a Petrobrás. Nas mesmas terras que antes produziam a cana de açúcar, no território pertencente ao município de São Francisco do Conde os poços de petróleo descobertos começaram a ser explorados em 1947, sob comando do Conselho Nacional do Petróleo, que a partir de 1954 passou para a atual Petrobrás (Brito, 2004), uma grande alavancadora do processo de modernização da Bahia. Reproduzimos do texto de Costa Pinto o trecho abaixo, que faz referência a este processo de transição:

O petróleo surgiu nas terras mais ricas e de ocupação mais antiga do recôncavo, nasceu no ventre mole do massapé, no centro da zona do açúcar, exatamente nas margens do fundo do golfo onde é mais autêntica, mais densa e mais aparente a história e a tradição da terra e da gente da Bahia. Representa a etapa inicial de um novo processo e de um novo ciclo; não vem de nada que antes pré-existisse na região, como a usina, por exemplo, que apareceu como um avanço ou um aperfeiçoamento do engenho (...). (Pinto, 1997, p. 60).

Com o petróleo também vieram as conseqüências negativas para o meio ambiente, que refletiu impactos nos mangues e marés, afetados pelos dejetos químicos lançados ao mar e vazamentos⁶¹. Por meio das conversas e entrevistas que realizamos ao longo da

⁶⁰ AMORIM, Liane Alves de. *Memórias e trajetórias de trabalhadores da cana-de-açúcar na Bahia (1909-1969)*. 2008. 147 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

⁶¹ Sobre os impactos, ver também AZEVEDO, Thales de. O advento da Petrobrás no Recôncavo. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (org.). *Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1998.

pesquisa, a Petrobrás, não mais agente novo, mas velha conhecida dos moradores é percebida como promotora de benefícios e malefícios pela população: se por um lado traz o progresso e o desenvolvimento, por outro, causou impactos que são vivenciados diretamente pelos habitantes da região. Em relação ao processo de modernização, as instalações industriais, ainda hoje, parecem destoantes em relação à estrutura física e social dos distritos ao seu redor, povoados simples, com a maioria da população de classe baixa, que dispõe de oferta mínima de infra-estrutura.

No período inicial de sua instalação a Petrobrás recrutou grande número de trabalhadores da região para o exercício das atividades exigidas no início das perfurações e da extração do produto, que exigiam poucas qualificações profissionais e educacionais. Muitos trabalhadores locais foram utilizados para os trabalhos intensivos de abertura dos campos e nas obras de construção da supracitada refinaria e do terminal marítimo.

Em ilha do Paty entrevistamos três aposentados da Petrobrás. Outros que também trabalharam na empresa não residem mais ali e dois deles já haviam falecido. Foram estes homens aqueles que, localmente, obtiveram um melhor padrão de vida e de diferenciação sócio-econômica, com ascensão social da família e novos padrões de consumo se comparado com os demais moradores. É possível averiguar nos trechos abaixo de depoimentos de moradores - os dois primeiros aposentados da empresa, um deles também ex-trabalhador de usina de cana de açúcar - as mudanças ocorridas em seu modo de vida, que também se refletiam em mudanças pontuais na comunidade:

Eu devo ter deixado esse serviço de roça aos 15 anos por aí que eu fui trabalhar em Paramirim, naquele tempo tinha usina de cana de açúcar, que eu trabalhei demais transportando cana para a usina, depois de lá, eu trabalhei mais ou menos dois anos lá, quando eu saí de lá eu vim pra aqui e eu entrei na Petrobrás, entrei com 18 anos incompletos.

E o que mudou na vida do senhor depois disso?

Ah, mudou muito! Pra quem vivia de roça e mariscada ave-maria, foi como diz assim, mudou da água pro vinho. Aqui não tinha nada, era só roça e mariscada, não tinha nada, nada, nada. Era só o local com o povo e a única alternativa de sobrevivência era essa, o cultivo da roça, uns fazia farinha pra vender, aquele beiju, você sabe? (...) Aí a gente ia vender em Madre de Deus, era assim. Os pais da gente às vezes ia vender em Salvador lá na rampa do mercado e a vida era assim, difícil mesmo, a

gente que tivemos essa sorte de entrar numa empresa foi mudar da água pro vinho e hoje, graças a Deus, estamos bem, que foi uma coisa que veio pra ficar pro resto da vida, que hoje eu sou aposentado já tem 27 anos, tem garantia, assistência médica, tudo garantido.⁶²

Eu trabalhei no campo apanhando cana para a usina Maracangalha. Só no verão que eu ia trabalhar (...). Na Petrobrás eu entrei como trabalhador braçal, como é que é, cavando valeta, cortando pé de arvoredo, trabalhando de enxada, de foice, carro de mão, serviço pesado mesmo até quando eu fui trabalhar em caldeira, depois da caldeira eu trabalhei na parte da segurança. Era trabalho duro, mas a gente teve garantia de uma vida melhor (...). Eu morei 30 anos ou mais dentro de Salvador, depois eu retornei pra aqui de novo (...). Eu saí daqui pra poder educar os meus filhos, filho educado, tudo criado, ficar fazendo o que dentro de Salvador? (...) meus filhos graças a Deus tão tudo empregado (...). são dois que trabalham na refinaria, tem um que trabalha no pólo, tem um que é motorista e tem outro que é professor, mora na França.⁶³

O que mudou depois da Petrobrás foi as casas de construção né, porque eles por ter um poder aquisitivo melhor, então as primeiras casas de construção foram feitas por eles. Foi o meu irmão, que também é aposentado, tem uma casa aqui mas hoje mora em Madre de Deus (...) eram os que tinham uma condição. Então foram as primeiras pessoas que começaram a construir, o resto era tudo casa de taipa mesmo.⁶⁴

Para estes indivíduos, o emprego na Petrobrás se configurou como uma nova etapa em suas trajetórias de vida, que possibilitou a saída de suas famílias para a capital, com o intuito de obter melhores oportunidades, especialmente em relação aos estudos dos filhos. Conseqüência, direta ou não, alguns deles se separaram de suas conjugues/companheiras, constituindo novas famílias. É o exemplo de Seu Elísio, que, segundo ele, depois de os filhos criados, se separou da esposa e retornou a ilha, iniciando relacionamento com outra parceira.

Nos depoimentos fica evidente que a entrada na estatal significou ascensão e melhoria de vida em relação ao passado de trabalho. Significou, além do mais, a obtenção das garantias trabalhistas que muitos deles nunca tinham adquirido até então, pois como já dissemos anteriormente, apenas uma parcela pequena dos trabalhadores das usinas e

⁶² Entrevista realizada no Paty em abril de 2010 com Sr. Firmino de Almeida, 72 anos, aposentado pela Petrobrás.

⁶³ Entrevista realizada no Paty em janeiro de 2010 com Sr. Pedro de Almeida, 74 anos, aposentado pela Petrobras.

⁶⁴ Entrevista realizada no Paty em janeiro de 2010 com Sr. Josivaldo de Almeida, 55 anos.

fazendas estava amparada sob as leis trabalhistas, uma realidade ainda recente na conjuntura brasileira⁶⁵. Fica ainda evidente nas falas que mesmo na Petrobrás as condições de trabalho eram muito árduas e exigiam grandes esforços físicos.

Com a consolidação da indústria na região e, a partir dos anos 60, e exigências cada vez maiores para ingresso em cargos e funções da empresa, houve significativa diminuição da inserção de trabalhadores locais nesse setor. Os trabalhadores da ilha que hoje estão empregados na indústria petrolífera são contratados temporariamente por firmas terceirizadas pela Petrobrás, não gozando dos mesmos benefícios dos trabalhadores permanentes ingressados através de concurso público, nem percebem os mesmos salários que os últimos. Mesmo sob estas condições, é um trabalho desejado por muitos moradores com os quais mantivemos contatos, especialmente os homens jovens da comunidade. No entanto, atualmente, essas expectativas são aliadas pela falta de qualificação técnica e de inserção em redes de contatos que facilitem o acesso a determinados postos de trabalho. Atualmente cinco moradores do Paty, quatro homens e uma mulher, trabalham em firmas terceirizadas que prestam serviço para a empresa⁶⁶. Durante o tempo que estive em campo, dois jovens estudantes, uma moça e um rapaz, foram selecionados através de processos seletivos para participarem de estágio na Petrobrás ou em uma das empresas parceiras, por meio do Programa Jovem Aprendiz⁶⁷.

Principalmente para aqueles primeiros trabalhadores, hoje aposentados da estatal, o emprego assalariado nesta empresa gerava status social reconhecido tanto dentro da comunidade como fora dela. Após a consolidação da estatal na região e a importância que foi adquirindo no setor industrial baiano, ser petroleiro era sinônimo de satisfação e orgulho para esses trabalhadores e seus familiares, e assim pudemos observar em suas falas. Ainda hoje a referencia aos “aposentados da petro” se dá em situações que os colocam como privilegiados, em termos de condições financeiras e sociais, reforçando uma hierarquia

⁶⁵ Embora uma legislação social e trabalhista viesse sendo implementada desde início dos 1930, muitos direitos trabalhistas foram se consolidar uma década depois. No período provisório, a legislação trabalhista, previdenciária e sindical ganhou corpo, mas deixava de fora os trabalhadores rurais, autônomos e domésticos. Em 1º de maio de 1943 foi criada a CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas – reunindo e sistematizando a legislação elaborada no campo do direito do trabalho. Ver: GOMES, Ângela de Castro. Cidadania e direitos do trabalho, RJ: Jorge Zahar, 2002, p. 23-46.

⁶⁶ As funções exercidas nestas empresas são as de vigilante, ajudante industrial e monitora de pesca.

⁶⁷ O programa atende à chamada Lei do Aprendiz (número 10.097/2000). A lei obriga as médias e grandes empresas a contratar aprendizes no total representativo entre 5% e 15% do seu quadro efetivo de funcionários, em funções que exijam formação profissional.

quanto ao tipo de ocupação que se consolidou ao longo dos anos. Ressaltamos, entretanto, que na estrutura social atual da comunidade, os aposentados da estatal que residem na ilha apresentam condições materiais, em termos de moradia e bens de consumo, que não se distam daquelas encontradas em grande parte dos moradores do Paty. Também seus modos de vida e costumes na comunidade são similares ao conjunto da população local, destarte os benefícios proporcionados pelo emprego estável, a exemplo de poderem proporcionar aumento da escolaridade dos filhos e obter acesso à assistência médica e a formas mais diversificadas de lazer.

Como já foi mencionado, os moradores que estão empregados neste setor industrial, atualmente, são contratados por empresas terceirizadas pela estatal por período de tempo determinado, recebendo uma média dois salários mínimos. Eles se deslocam para os locais de trabalho, no distrito de Mataripe ou no município de Madre de Deus, e retornam diariamente. Com as estradas de acesso construídas na década de 50, e os meios de transporte existentes, a exemplo dos ônibus e Vans, os trabalhadores que moram na ilha e trabalham fora dela podem retornar ao fim do dia para suas casas, realizando a travessia de canoa até a comunidade.

Os modos de trabalho e os empregos aos quais nos referimos até o momento se caracterizam, sobretudo, como atividades em que predominam homens. Obviamente, mais recentemente, há maior presença feminina desempenhando diversas funções na Petrobrás, mas podemos dizer que ainda se trata de uma empresa predominantemente masculina e, especificamente, tratando do nosso local de pesquisa, as expectativas e a procura para esse tipo de emprego ainda se dão, basicamente, entre os homens.

2.3. Trabalho assalariado no serviço público municipal

No Paty as funções exercidas pelos moradores no serviço municipal são as de vigia, auxiliar de serviços gerais, merendeira, professora, auxiliar de disciplina e

atravessador⁶⁸. A maioria percebe um salário mínimo por mês. Destes empregos provêm a principal renda de muitas famílias locais, juntamente com as aposentadorias. Além disso, a prefeitura dispõe de um programa assistencial de renda para algumas famílias que não possuem emprego e renda fixa, além dos recursos oriundos do programa assistencial do governo federal, o Bolsa Família⁶⁹.

Dos 57 núcleos residenciais em ilha do Paty, 23 deles (aproximadamente 40%) possuem um ou mais membros trabalhando como empregados da prefeitura municipal. Trata-se de um tipo de trabalho, que embora assalariado, é bastante fluido neste contexto. As contratações e a permanência nestas atividades variam em função de mudanças políticas no município de São Francisco do Conde. É comum, portanto, que um trabalhador que adquiriu seu emprego durante o quadro da administração de um prefeito(a) perca seu emprego quando há troca do gestor municipal ou de seus representantes político-partidários. Embora a influência que chefes locais, no caso o proprietário das terras, exercia sob a comunidade no passado, e em termos sociais e políticos tenha diminuído, os tipos de relações existentes nos pleitos eleitorais de alguma forma continuam a ser reproduzidos. Seu Humberto, morador da comunidade, faz referência à relação que existia entre os moradores e o proprietário da terra: “(...) porque eles era o dono, então a gente tinha que respeitar né, se dissesse faça fazia né, hoje em dia tá tudo com mais liberdade, antigamente era tipo uma ditadura, um tipo de uma ditadura na época”. Também comenta a influência que exercia entre a população outro morador em questões políticas: “o pai de Josivaldo que mandava no pedaço, mas não tinha empregado da prefeitura, não tinha esses emprego, ele só mandava no pedaço, pedia os voto e tal (...) como ainda é hoje com o filho dele, só que hoje a cabeça do povo tá mudada (...)”⁷⁰. A troca de voto pelo recebimento de favores pessoais, especialmente, a promessa de um emprego, faz parte da mentalidade de muitos moradores, ainda que não desejemos com isso generalizar tal comportamento. Com a

⁶⁸ O atravessador é o responsável pelo transporte de alunos que estudam na cidade e funcionários da prefeitura que trabalham na localidade. O deslocamento é feito através de canoa motorizada.

⁶⁹ O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) define o Bolsa Família como “um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. A depender da renda familiar por pessoa (limitada a R\$ 140,00), do número e da idade dos filhos, o valor do benefício recebido pela família pode variar entre R\$ 22,00 a R\$ 200,00. A gestão do Bolsa Família é descentralizada e compartilhada por união, estados, Distrito Federal e municípios.” Disponível em <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em jan.2011.

⁷⁰ Entrevista realizada em Ilha do Paty com Seu Humberto Costa, 68 anos, em abril de 2010.

inserção do poder público municipal na comunidade, principalmente através da construção de pequenas obras de infra-estrutura e de programas assistenciais, a figura do intermediário entre a população local e os representantes políticos locais adquire menor visibilidade, embora ainda existente e importante no âmbito distrital. Não é incomum os distritos e povoados tentarem eleger pelo menos um vereador de sua comunidade para representá-los junto ao poder público municipal. Essas relações fazem parte de um processo histórico que não se restringem a este contexto. Victor Nunes Leal (1949) na obra “Coronelismo, enxada e voto” desvenda as estratégias e artimanhas que estavam implicadas no processo político representativo nos municípios brasileiros do interior. Tratando de um passado recente, de uma estrutura social e econômica predominante no Brasil rural, analisou o fenômeno do “coronelismo”, que caracterizou como “resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura social e econômica inadequada”, “um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder publico, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terra.” (LEAL, 1949, p.20). A progressiva diminuição do prestígio político dessas chefias locais não sublimou, contudo, em muitos contextos rurais, as relações de dependência da população aos proprietários de terra, fazendeiros e outras autoridades, que se perfazem sobre os demais elementos (econômicos, jurídicos, etc).

A partir de 1957 a prefeitura começa a receber diretamente os recursos advindos da extração de petróleo nos solos do município (Azevedo, 1998, p. 201), os royalties, que aumentou excepcionalmente o Produto Interno Bruto (PIB) deste município. Isso veio a gerar também maior oferta de empregos na sede e nos distritos locais, a conseqüente barganha pelos seus políticos e que, ainda hoje, vem sendo reproduzido, conforme foi possível observar durante o trabalho de campo e convivência na localidade. Pedrão considerou no estudo feito na década de 1990 que no Recôncavo:

Não somente há poucas oportunidades de trabalho, mas os acessos a elas estão inseridos em sutis mecanismos de inclusão e de exclusão, que passam pela articulação política no plano estadual e têm rebatimentos locais em alianças em nível dos municípios e das influências locais de políticos, mais que de partidos. A personalização dos relacionamentos faz com que as dimensões política e familiar sejam partes inseparáveis do funcionamento cotidiano da economia, em tudo que ela depende de investimentos novos. (Pedrão, 1998, p.226).

Em parte, estas relações se reproduzem até os dias atuais na região. Em São Francisco do Conde esse processo gera conflitos na medida em que muitos daqueles que não são beneficiados diretamente por um emprego municipal se sentem em desvantagem com relação àqueles que o possuem. Em ilha do Paty a perda do emprego tornar instável financeiramente o grupo familiar que tem como principal renda a oriunda dos serviços municipais, que precisa se readaptar às oportunidades oferecidas pelo meio social do qual faz parte, especialmente lançando mão das atividades de pesca e mariscagem; atividades das quais dificilmente o sujeito e a sua família conseguem adquirir os mesmos recursos que obtinha com o emprego municipal, o que gera muitas expectativas em relação à obtenção destes empregos assalariados na comunidade.

O dia a dia destes empregados é adaptado em função das especificidades e demandas dos nativos. As professoras trabalham um turno e uma delas trabalha no distrito vizinho. As funcionárias de serviços gerais em geral fazem a limpeza da escola, do posto de saúde e outras tarefas durante o dia revezando o trabalho com as atividades domésticas de suas casas, ou na maré quando vão esporadicamente.

2.4. Ocupações diversas

Em ilha do Paty quatro moradores possuem pequenas “vendas”. Em duas delas são vendidos uns poucos artigos de primeira necessidade - alimentos, produtos de limpeza e higiene pessoal, gás e principalmente bebidas. Estes “botecos”, principalmente dois deles localizados na pracinha da comunidade são pontos de encontro e lazer para muitos moradores. Durante a semana são freqüentados quase exclusivamente pelos homens – pescadores, aposentados – que ali ficam entre conversas e jogos de dominó e dama. Nos finais de semana é espaço também freqüentado pelas mulheres, que se agrupam geralmente entre membros da parentela (irmãs, mães, filhas, cunhadas, noras). O dinheiro obtido por meio deste pequeno negócio constitui parte da renda familiar para aqueles que exercem também outras atividades. Um deles é aposentado e possui uma pequena roça, outros dois

são pescadores, sendo a esposa de um deles auxiliar de serviços na escola da comunidade e apenas um proprietário obtém sua renda exclusivamente desta atividade.

É principalmente nos períodos de festa, especialmente as comemorações da festa de São Roque realizada em Setembro, que reúnem parentes residentes em outras localidades, amigos e visitantes de cidades e vilarejos próximos, que estas “vendas” adquirem os maiores lucros com o comércio de bebidas e comidas. Os festejos proporcionam ainda a demanda de outros tipos de serviços temporários que também geram renda para algumas famílias: apresentação de grupos musicais locais que recebem cachês da prefeitura para tocarem nos dias da festa, vendedores ambulantes e o aumento da demanda por pescados e mariscos. Dois destes estabelecimentos funcionam com ajuda do trabalho coletivo dos membros da casa por meio da divisão das tarefas, sendo o homem responsável pelo abastecimento dos produtos. Numa das “vendas”, a mais recente delas, durante os finais de semana são servidos pratos típicos da comunidade, como moquecas de siri, ostra e peixe, que são comprados e consumidos pelos moradores e por visitantes.

Foto 6 - Vendas localizadas na praça



Fonte: Arquivo fotográfico da autora

Destacamos ainda os trabalhadores que fazem “biscate”⁷¹, ou seja, trabalhos esporádicos ou empreitas, realizados na comunidade ou fora dela. Neles estão incluídos os serviços de pedreiro, serventes, pintores, carregadores de água⁷² entre outros.

A migração constitui forma alternativa para obtenção de renda e de empregos. Com base nos dados coletados através dos questionários e entrevistas, pudemos averiguar a grande quantidade de pessoas na localidade que já migraram ou se encontram fora da comunidade em função de trabalhos exercidos em outros municípios e na capital. Do total de entrevistados com os quais realizamos o questionário quantitativo, 40 por cento já haviam residido em outras localidades, grande parte para exercerem atividades profissionais. Dentre os cinquenta e sete entrevistados, quinze residiram algum período em

⁷¹ O termo “biscate” foi utilizado pelo próprio entrevistado para se referir à ocupação exercida.

⁷² Alguns moradores transportam água em canoas sob encomenda para pessoas da própria comunidade, recebendo pequeno pagamento pelo serviço.

Salvador, três em São Paulo, um no Rio de Janeiro e quatro em outras localidades da região do Recôncavo.

O tempo de permanência dos emigrantes varia de acordo cada experiência pessoal. Temos como exemplo nativas como Cláudia Assunção, 34 anos, que adolescente foi morar em Salvador exercendo a função de babá em casa de família, onde permaneceu por dezoito anos até retornar ao Paty há 7 anos para residir com a filha de 4 anos. Este é um trabalho relativamente freqüente entre as mulheres que migraram da comunidade. Atualmente algumas delas estão morando na capital exercendo alguma atividade produtiva. Sabemos de pelo menos três que ali trabalham como empregadas domésticas. Mesmo na trajetória de mulheres mais velhas da comunidade a experiência da migração está presente, a exemplo de D.Zuleide:

Olha meus pais criaram nessa vida, minha mãe foi sempre mariscando também, a vida de mariscar, e meu pai era agricultor, roceiro, tinha roça, fachiava também, negócio de mariscada (...) Eu sou filha daqui, nascida e criada, morei uns tempos fora mas sempre tô voltando pra minha terra (...). Eu morei uns tempos em Salvador, olha no tempo de moça trabalhei em Salvador, eu morei uns dois anos lá, negócio de casa de família, depois voltei pra vida na maré, sou mariscadeira velha! me aposentei mas não parei (...).⁷³

Estas migrações constituem fluxos de idas e vindas de moradores, e sua durabilidade envolve diversos fatores. Entre os homens é comum a permanência por tempo determinado quando são contratados por firmas para a realização de serviços durante um certo período, que normalmente varia de alguns meses até no máximo de um ano. Para aqueles que migram com intuito de aventurar um emprego ou para estudar, as casas de parentes são os locais para os quais eles se destinam. Nas narrativas de alguns desses sujeitos que migraram e retornaram para o Paty as motivações para o retorno frequentemente são a perda do emprego ou a oferta de outro trabalho na comunidade – normalmente contrato pela prefeitura municipal conseguido por meio de parentes. Casos de falta de adaptação à vida na capital ou outras grandes cidades também são justificativas conferidas por muitos deles.

⁷³ Entrevista realizada em ilha do Paty com D. Zuleide Assunção, 76 anos.

Algumas mulheres da comunidade têm demonstrado interesse em adquirir mais escolaridade no intuito de melhorar as condições de vida em que se encontram, ainda que poucas possibilidades lhes sejam vislumbradas. Algumas delas voltam a estudar, e se deslocam até o distrito de Caípe, localizado próximo à comunidade, para continuar os estudos em programas de aceleração do ensino, demonstrando, neste sentido, mais interesse que os homens. Entre elas, sejam as que trabalham como funcionárias municipais, ou como autônomas e marisqueiras, são as principais responsáveis pelas tarefas cotidianas do lar e pelo cuidado dos filhos, de modo que dividem o tempo entre estas diversas atividades no seu dia a dia. Com estas múltiplas funções as mulheres se auto-percebem como “mais trabalhadeiras” que os homens, e mesmo eles, em algumas conversas, também atribuíam essa característica às mulheres da comunidade.

2.5. A pesca e a mariscagem

A pesca e a mariscagem são praticadas na comunidade por grande parte dos moradores e com maior intensidade entre aqueles que não possuem emprego formal. Embora sejam atividades econômicas importantes na estrutura econômica e social da comunidade, atualmente são insuficientes para satisfação dos padrões de consumo necessários e desejados pela maior parte da população. Com os efeitos da degradação ambiental, dados os reflexos da urbanização e falta de saneamento básico de cidades e distritos localizados às margens das praias e manguezais, e pelos resíduos lançados pela indústria petrolífera, os pescadores locais sofrem com a diminuição da piscosidade e de mariscos.⁷⁴

Sobre a atividade pesqueira, as observações de Costa Pinto ilustram o modo como a mesma se processou nesta região, que em muito se assemelha à situação encontrada no

⁷⁴ O texto elaborado pela Coordenação Geral de Petróleo e Gás - IBAMA sobre as exigências do licenciamento ambiental para a realização das atividades marinhas de exploração de petróleo e gás, apresenta os principais impactos desta atividade sobre a pesca artesanal: o estabelecimento de áreas de interdição durante as pesquisas sísmicas e de perfuração, que impede o acesso de pescadores no raio de quilometragem sob influência das atividades; o tráfego de embarcações nas áreas de circulação dos pescadores que podem causar danos aos petrechos de pesca e os efeitos desta atividade sobre o meio ambiente e sobre a ictiofauna. In: *A interferência das atividades marítimas de exploração de petróleo e gás na pesca artesanal: exigências do licenciamento ambiental*. CGPEG/DILIC/IBAMA. Disponível em <http://www.anp.gov.br/brnd/round9/round9/guias_R9/sismica_R9/Bibliografia>

Paty. Descrevendo os tipos de pesca encontrados no Recôncavo, destaca aquele que é executado como atividade complementar:

Esse tipo de atividade pesqueira é largamente difundida no Recôncavo e embora pareça eventual e biscateira como atividade econômica tem, entretanto, função importante e definida não só no sustento dos que a ela se dedicam mas também no abastecimento de pescado aos consumidores, especialmente de certos tipos de peixes e mariscos. (Costa Pinto, 1997, p. 38, grifo nosso)

Nesse tipo de pescador, que faz da pesca uma ocupação complementar, e que, não raro, em certas épocas do ano, torna-se principal, e assim alternadamente – encontramos expressivo exemplo desta mão de obra biscateira, não qualificada, flutuante e abundante (...). (Idem, p. 39)

Na comunidade, a pesca é tanto uma atividade principal, para aqueles que se dedicam quase exclusivamente a elas como também complementar. O primeiro é o tipo mais escasso; do total de homens e mulheres do Paty, quinze se dedicam à pesca e mariscagem como fonte principal de renda.

Os pescadores e marisqueiras do Paty praticam suas atividades de modo autônomo e não estão vinculados a associações trabalhistas e sindicatos específicos. Nenhum deles está registrado na Colônia Z-5, situada no município de São Francisco do Conde, representante da categoria.

Antes de apresentar o modo como esta atividade é realizada pela população em seu cotidiano, gostaríamos de refletir a respeito do modo como ela pode ser pensada, com base em duas dimensões: a econômica e a simbólico-cultural.

Assim, a pesca e a mariscagem podem ser vistas como ocupações ou atividades realizadas com o intuito de adquirir renda, mas não é categorizada como emprego ou profissão pela população: “eu vivo de pesca, não tenho emprego”; “minha profissão é pedreiro, mas quando tô sem serviço eu sou pescador”. Nas entrevistas e conversas o uso do termo emprego, serviço e mesmo trabalho, é geralmente utilizada para se referir a profissões assalariadas, relativamente fixas, ou especializadas. Mesmo algumas mulheres e homens que tem a pesca e a mariscagem como atividades principais no momento

costumavam remeter a outros ramos de atividades quando falavam sobre suas trajetórias de trabalho.

O trabalho na maré relaciona desta forma, o ambiente natural e social no qual aspectos econômicos e culturais devem ser pensados de forma conjunta. O texto de Garcia-Parpet (2006) discute a noção de *homo economicus*, um postulado da economia do século XIX que pensava nela de modo autônomo e os indivíduos em sua função de produtores e consumidores. A autora, ao problematizar este conceito a partir da sociologia econômica de Bourdieu, assim como ele, concebe a noção como construto sócio-cultural amparado em parâmetros ocidentais, que tendem a serem concebidos de forma universal. Ainda que o texto tome como referência os estudos de Bourdieu sobre a Argélia no contexto do processo de independência desse país, seus apontamentos podem ser úteis para as nossas análises. De acordo com Garcia-Parpet (2006), o estudo da sociedade argelina permitiu a Bourdieu observar que para os camponeses tradicionais:

(...) o trabalho era um modo de cumprir suas obrigações com o grupo. A função econômica nunca estava isolada, mas dotada de uma pluralidade de funções. Os preceitos da moral e da honra denunciavam o espírito calculista. Se este último existia, estava a serviço da equidade e se opunha ao espírito de cálculo fundado na avaliação quantitativa do lucro. Com o desaparecimento da renda da terra, de uma economia na qual reinava a indivisão e com a universalização das relações mercantis, a satisfação das necessidades primárias somente podia ser assegurada por meio do trabalho entendido como atividade capaz de proporcionar uma remuneração em dinheiro. (Garcia-Parpet, 2006: 345)

Este exemplo serve para ilustrar o modo como a categoria trabalho pode ter diferentes acepções, ser vivenciada de diferentes modos ou ser reelaborada em função de mudanças históricas – nesse caso a partir da implantação do capitalismo com a colonização daquele país. Garcia-Parpet salienta, através de Bourdieu, o eurocentrismo ocidental presente na categoria universal de *homo economicus* introduzida nos estudos de economia, que desistoriciza os processos de adaptação dos sujeitos a uma nova ordem, em muitos contextos imposta de modo brutal, como o referido caso da Argélia evidenciado por Bourdieu. Neste caso, os agentes são confrontados com uma nova gama de valores (de cálculo, acumulação e projeto, por exemplo) e noções (de tempo, espaço etc) que não estavam internalizadas dentro do seu sistema cultural. Embora evidente que o contexto da nossa pesquisa não se trata de uma sociedade tradicional tal qual a referida por Bourdieu,

especialmente no contexto atual, o importante é considerar que outras dimensões, além da econômica, devem ser consideradas ao abordar a organização e os modos de trabalho em determinados contextos, especialmente não-urbanos, e embora a dimensão do trabalho possa regular e determinar vários aspectos da organização social de uma população, ela pode adquirir significados e compreensões distintas para diferentes agentes sociais.

Ainda tendo em vista as discussões de Bourdieu sobre o campo econômico, o autor propõe pensar a economia num sentido mais amplo, para além da relação entre demanda, oferta e lucro calculista, ou seja, das relações reguladas pelo mercado, ao considerar os processos históricos de conformação de uma sociedade/comunidade aos processos de mudanças, as adaptações, reações e os interesses dos agentes, que se relacionam com questões históricas, políticas e sociais.⁷⁵

Em ilha do Paty, a relação do homem e da mulher com o mar se dá desde muito cedo. Vemos crianças nos mangues observando suas mães coletando mariscos e também realizando a tarefa, aprendendo e vivenciando no dia a dia. Na atividade de mariscar, e também na pesca, existe a intenção de obter o alimento para consumo imediato ou posterior, para vendê-lo dentro da comunidade e mais raramente fora dela, e em algumas situações fazem parte de pequenos sistemas de trocas. Para além de tudo isso, ir para a maré tem outras funcionalidades. No questionário que aplicamos para obter informações sobre as características da população, em questão que interrogava sobre os tipos de diversão preferidos pelo entrevistado, não foi incomum ouvir de homens e mulheres respostas como: mariscar e/ou pescar; ir para a maré. A maré é, nesse sentido, também espaço do lúdico.

A pesca e a coleta de mariscos são realizadas em função dos ciclos da maré, intensificados ou diminuídos de acordo as estações do ano ou dos períodos de maior demanda dos produtos. O verão é a época de maior procura e venda destes víveres, mas é no inverno que muitos peixes e mariscos são encontrados em maiores quantidades. Assim explica um pescador, em relação às interferências das condições do meio ambiente na pescaria e mariscagem:

⁷⁵ Ver BOURDIEU, Pierre. O campo econômico. In: *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 119, set.1997, p. 48-66. Tradução de Suzana Cardoso e Cécile Raud-Mattedi. Disponível em <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1930/1697>>

Essa estação agora é boa, quando não ta chovendo muito e ventando é boa, que o marisco cresce rápido, o peixe cresce rápido e melhora muito. Olha aí mesmo o siri, é a melhor época pra pegar siri, é a época que mais pega, porém a época que mais procura é no verão né, peixe, marisco (...).⁷⁶

Quem vive de pesca ou mariscada depende muito da maré. Quando a maré ta dando, que a pessoa pode ir pescar um siri, ou o peixe mesmo, cada dia é diferente do outro porque cada dia é um horário diferente, varea. Por exemplo, quando a maré começa o movimento dela, uma maré é sete dias, uma semana, a gente vê o dia que melhor ta dando, se é nos primeiros dias, ou se naqueles primeiros não ta bom, quando a gente vai um dia e vê que não ta pegando aqueles peixe ou marisco a gente já deixa aquela atividade e vai pra outra e vai inventando coisa pra fazer, vai mudando, porque se não tiver tendo lucro daquilo não pode continuar, vai se desgastar e perder tempo. Aí se ta bom assim, sete dias de maré a gente pode pescar três dias, quatro, no máximo, aí depois pára, deixa a maré fazer aquele processo de novo, voltar o que a gente chama de “quebra”, “crescida”, até mudar, pra ver que volta novamente a dar alguns peixes, porque vai, vai, daqui a pouco aqueles peixe some um pouco, é um processo que não dá nem pra explicar. Como por exemplo essa mesmo, a maré hoje tá no ponto máximo, a gente chama de “cabeça d’água”, a maré ela atingiu o ponto máximo, ela ta toda grande aí. A partir de amanhã ela começa a “quebrar”, o que eu chamo de “quebrar”, que não é “vazar”, é diminuir de tamanho. A partir de amanhã quando ela vai enchendo ela vai dando um pouco abaixo do que ela tinha dado um dia antes, então ela vai diminuindo de tamanho, diminuindo, quando ela enche, ela já não alcança mais aquilo, aí quando ela já fez esse processo digamos durante uns três dias, que já ta menor e mais fraca, aí os pescadores começa novamente a pescar.⁷⁷

A rotina do pescador é influenciada pelos ciclos da natureza, e adaptada em função das suas necessidades e do seu grupo familiar. É comum encontrarmos pescadores na maré durante a noite, período que muitos vão “fachiar”. “Fachiar” é pescar na escuridão, pois com a luz de lanternas ou outros instrumentos para iluminar, os peixes se confundem com a luz, tornando mais fácil sua captura. A temporalidade do trabalho é regulada sobremaneira pelos aspectos específicos que influenciam o trabalho de pescar e mariscar. Como assinala Lucia Cunha (2000):

Os ritmos temporais presentes na pesca artesanal implicam entender a forma como os homens se inter-relacionam, entre si e, especificamente, com a natureza marinha, como um ecossistema próprio. Seus movimentos

⁷⁶ Entrevista realizada em Ilha do Paty com Leandro Conceição, 40 anos, pescador, em abril de 2010.

⁷⁷ Entrevista realizada em ilha do Paty com Leandro Conceição, 40 anos, pescador, em abril de 2010

internos apontam limites, nem sempre previsíveis à ação humana, e uma forma específica de apropriação de seus recursos, articulada, direta ou indiretamente, a distintas temporalidades sociais. (Cunha, 2000, p. 107)

Nesse processo, o pescador se confronta com o “tempo natural” e o “tempo mercantil”⁷⁸ (Cunha, 2000) em que as possibilidades e limitações são geradas a partir deles, adquirindo um conhecimento do meio marítimo necessário para esta atividade produtiva, que está em conexão com a realidade do grupo ao qual faz parte.

Nos discursos dos pescadores é feita uma distinção a partir do conhecimento adquirido através da prática; assim, pescadores com maiores conhecimentos dos aspectos da natureza, que influenciam numa pescaria bem sucedida, são considerados os pescadores mais hábeis. A identidade do ser pescador, neste contexto, é atribuída com base no histórico do sujeito e de sua relação com esta atividade. Assim, uma pessoa que tenha a pesca como principal atividade é um pescador, mas também aquele sujeito que não mais a prática ou a faz de modo esporádico, pode também ser considerado como tal se seu histórico de vida está relacionado com este modo de vida e sua prática no passado.

Durante o período de festas típicas desta localidade, principalmente em setembro com os festejos de São Roque, mas também no São João, Semana Santa e Natal, as atividades de pesca e mariscagem tendem a aumentar para atender às demandas da comunidade e dos visitantes que freqüentam a ilha nesses períodos. São nestes períodos que os jovens, atualmente, pouco afeitos ao trabalho no mangue e no mar vêm neles a oportunidade de adquirir algum dinheiro para comprar roupas e outros produtos a serem utilizados durante as festas e para o consumo de bebidas. Portanto, as atividades produtivas influenciam e são influenciadas pelas relações sociais locais. Os jovens do Paty não vislumbram a pesca e a mariscagem como fontes de renda. De fato parece que as mudanças

⁷⁸ Lucia Cunha, amparada pelas formulações de Thompson (1967), considera que o *tempo natural* “se expressa nas chamadas pequenas comunidades domésticas entre as quais a vida diária é regulada pelas tarefas do trabalho, pelo encadeamento das atividades sociais” enquanto que o *tempo mercantil* “aparece em sua expressão desenvolvida nas chamadas sociedades capitalistas industriais.” Complementa ainda que “no primeiro caso, as fronteiras entre o tempo de trabalho e o tempo de não-trabalho não se apresentam nitidamente demarcadas, constituindo, cada uma dessas dimensões da vida no prolongamento da outras; no segundo, dado o caráter das relações sociais que definem as sociedades complexas (...) a demarcação, a oposição e a dissociação entre tais dimensões parecem assumir maior precisão, pois o homem se encontra submetido a uma medida autônoma e externa do tempo, fora quase que totalmente do seu controle.” (CUNHA, 2000, p. 101, 102).

ocorridas na região em torno das relações de trabalho geraram neles expectativa de se inserirem no mercado de trabalho formal. As próprias noções de emprego e trabalho, entre os mesmos, estão vinculadas às idéias de formalidade, contrato, salário, empresa. O exercício de ofícios manuais também não é manifestado nos projetos de vida desses jovens, embora alguns exerçam esporadicamente atividades como ajudantes de pedreiro, pintor, encanador. Sansone identificou situação parecida ao pesquisar as diferenças geracionais entre adultos acima de 45 anos e jovens entre de 15 a 25 anos, de classe baixa, na cidade de Salvador e Rio de Janeiro, sobre a percepção da pobreza. Em relação ao trabalho, enquanto para a primeira geração, mais ativa, os ofícios e os empregos manuais eram motivos de orgulho, já que possibilitavam a obtenção da renda necessária para sustentar a família, entre os jovens, segundo ele, observa-se uma postura diferenciada. Os jovens “vivem numa inatividade de fato. Eles preferem esperar um trabalho que não se encontra - aquele correspondente ao próprio nível escolar ou às próprias expectativas - que aceitar os trabalhos (mal retribuídos) disponíveis para pessoas pouco ou não qualificadas.”⁷⁹

A pesca praticada no Paty é basicamente artesanal. Na definição de Diegues (1995) ela engloba a pesca de subsistência e a pesca comercial, pode ter caráter sazonal ou associada a outras atividades produtivas e em geral utiliza embarcações não motorizadas e baixa tecnologia; pode ser exercida de maneira individual, em pares ou em grupos e as relações de trabalho estão sob orientação da unidade familiar ou grupo de vizinhança; a maioria dos pescadores são donos dos meios de produção, enquanto o escoamento e comercialização podem estar sob condicionamento dos intermediários. (Diegues, 1995).

Dentre as técnicas mais utilizadas na comunidade estão a pesca de linha (pesca de anzol); a pesca de abalo, que é feita com uma rede disposta em um círculo, no qual os pescadores provocam batidas contínuas na superfície da água com o auxílio de remos direcionando os peixes para a rede onde são capturados; a camboa, que consiste na construção de uma armadilha para captura de peixes com rede e varas ou estacas que são implantadas na lama e com o vazamento das águas muitos peixes ficam presos. Na pesca de camboa algumas mulheres também participam. Outros tipos de técnicas são também utilizadas, porém em menor escala. Os peixes mais encontrados e pescados pelos

⁷⁹ SANSONE, Livio. Jovens e oportunidades: as mudanças na última década – variações por cor e classe. Ensaio preliminar.

moradores do Paty são a tainha, vermelho, coró, carapeba, pescada, robalo, baiacu, arraia. A mariscagem envolve a coleta de mariscos do mangue manualmente ou com o auxílio de algum instrumento, uma colher, por exemplo, de onde se retira principalmente sururu, rala-coco, chumbinho, peguari; as ostras são retiradas com a ajuda de facas ou facões. A mariscagem é feita em maior escala pelas mulheres, muito raramente os homens se dedicam a ela, assim como o trabalho que envolve processar esses mariscos para o consumo, que consiste em lavar, escaldar e catar o marisco. A frequência da mariscagem varia em função da disponibilidade e necessidade, e aquelas que possuem outros trabalhos tentam conciliá-la, como é possível observar no depoimento abaixo:

Eu coloco mais gaiola, mariscar assim só quando a maré ta boa, ou siri de forquilha. Mas mariscar como eu mariscava antigamente, todo quanto era tipo de marisco, hoje eu não marisco mais. Então quando a maré ta boa eu pego siri de forquilha, porque às vezes eu não tenho tempo né, quando dá eu vou, agora gaiola eu coloco direto porque largo lá e vai pegar no outro dia, aí eu boto direto, agora outros tipos de marisco eu já não marisco todo dia não, negócio de chumbinho, sururu, ostra, essas coisas eu não marisco mais.⁸⁰

A gaiola ou manzuá, como são chamadas, é um instrumento muito utilizado no Paty⁸¹. Cada pescador(a) deixa essa armadilha em pontos estratégicos, utilizando iscas que atraem os siris. Colocando a gaiola pela manhã pode-se retirá-la no final do dia, recolhendo os crustáceos que ficam presos nela, o que permite que a pessoa desenvolva outras tarefas durante aquele período. A pesca de siri é feita por homens e mulheres, mas o beneficiamento, “catar siri”, é uma atividade basicamente feminina. Depois de escaldado em caldeirões ou grandes panelas, os siris são colocados numa bacia. Nas calçadas ou dentro de casa elas quebram o crustáceo retirando a parte comestível, que depois é colocada em sacos plásticos, pesada e armazenada para venda ou consumo próprio. É bastante comum as mulheres sentarem-se nas calçadas de suas casas para “catar siri” durante a tarde, ou enquanto assistem televisão. Os siris podem ser manuseados com a ajuda de duas ou mais mulheres de uma mesma casa, vizinhos ou parentes, numa relação de troca, tarefa que pode depois ser retribuída. Também há a extração do siri de mangue, retirado com

⁸⁰ Entrevista realizada em ilha do Paty com Cláudia Assunção, 34 anos, em abril de 2010.

⁸¹ Armadilha confeccionada de bambu ou varas de madeira e rede utilizada para pescar peixes e siris.

forquilha, instrumento pontiagudo e arqueado que permite retirar o siri da lama. Este crustáceo geralmente não é catado, e sim consumido como “tira-gosto”.

Foto 7 – Gaiolas para captura de siri



Fonte: Arquivo fotográfico da autora

Foto 8 – Morador realizando reparos na rede de pesca.



Fonte: Arquivo fotográfico da autora

No trabalho da pesca e da mariscagem se constroem divisões sexuais do trabalho, sendo raro homens realizando a mariscagem de pequenos frutos do mar assim como de mulheres praticando a pesca. Algumas mulheres na comunidade, no entanto, realizam determinados tipos de pesca, a exemplo da pesca de calão. As tarefas relacionadas ao manuseio e preparo dos mariscos e peixes também são atividades majoritariamente femininas. A venda do produto é feita por ambos e o dinheiro, utilizado para a complementação da renda familiar. Em alguns casos, jovens pescam com finalidades de conseguir recursos para satisfazer uma ou outra necessidade de consumo imediato.

Em relação às características da pesca, os pescadores e marisqueiras dispõem apenas de canoas a remo para realizar essa atividade na comunidade, que é feita em mar fechado, ao longo de toda a fronteira do Paty, das ilhas e áreas ao redor. Nem todos os pescadores possuem canoa e por isso é comum o empréstimo de canoas para a realização da pescaria ou de deslocamento a familiares e parentes. A carona é outro meio que muitos moradores recorrem para realizarem a travessia, o que depende de relações de amizade com o dono da canoa, que geralmente é avisado com antecedência por parte de quem pede a carona.

Não encontramos nenhum morador trabalhando como pescadores assalariados; são essencialmente autônomos e basicamente não se observam estratificações de renda entre estes tipos de trabalhadores. A atividade é desenvolvida em Ilha do Paty em moldes relativamente simples, voltada basicamente para o abastecimento interno. A quantidade de peixes e mariscos que é possível cada família coletar é limitada pelo volume encontrado na área explorada e pelo número de braços disponíveis na unidade familiar. Por se tratar de produtos perecíveis e não haver locais para seu armazenamento, o pescado e os mariscos tem que ser rapidamente vendidos ou consumidos.

O Paty, assim como outras comunidades interioranas e rurais dessa região, vem recebendo impactos da implantação de indústrias e empreendimentos nas últimas décadas. Para tentar buscar formas de minimizar conflitos com estas populações, algumas empresas entram em contato com as comunidades diretamente afetadas por seus empreendimentos por meio da implantação de pequenos projetos sociais junto às mesmas. O que podemos observar em ilha do Paty, é que a população além de ficar à parte das decisões tomadas por estas empresas e por não estarem cientes dos impactos futuros que elas poderiam gerar, muitas dessas ações que tentam ser implementadas são sub-aproveitadas ou não se adaptam aos modos de vida das populações locais. Como exemplo desta situação se observam ações no âmbito do Projeto Manati, que consistiu na implantação de um novo campo de produção de gás natural na bacia de Camamu, localizada no litoral sul da Bahia. Em São Francisco do Conde foi instalada uma estação de tratamento de gás que é transportado pelo gasoduto de interligação da plataforma marítima de extração.⁸² Representantes do projeto estiveram em

⁸² Informações obtidos em sites de jornais locais e da empresa responsável pela construção do gasoduto em São Francisco do Conde. Ver: <<http://aplicacoesweb.gdksa.com>>;

reunião com os moradores - visto que a ilha está localizada em área de influência do empreendimento - para implementar uma ação de compensação dos impactos sócio-ambientais na localidade. Segundo as informações do relatório feito pela equipe que visitou o local, e dos moradores que estiveram presentes na reunião, foi apresentada uma proposta de capacitação e oferta de instrumentos para a criação de ostras, a partir do qual foram disponibilizados alguns materiais a serem utilizados para o criatório e uma oficina para instrução de utilização dos mesmos. Por se tratar de uma técnica nova que não faz parte daquelas utilizadas pelo grupo, até o momento da nossa estadia em campo a comunidade não havia iniciado tal prática nem tinha conhecimento suficiente de seu funcionamento de modo a gerar benefícios para a mesma, o que também ocorreu com outra intervenção de compensação proposta, em anos anteriores, para a criação de algas para geração de renda. A comunidade tem dificuldade em dar continuidade à implementação destas novas técnicas e atividades, e a falta de manejo adequado, acompanhamento e adaptação à realidade local acabam não gerando melhorias nas condições de renda dos moradores.

Em função do pequeno número da população local, a quantidade de pescadores e marisqueiras, em termos absolutos, é pequena para que ali se desenvolvam associações próprias que atendam aos seus interesses, o que seria mais viável se os trabalhadores locais se articulassem com aqueles das localidades circunvizinhas, o que não tem ocorrido até o momento.

As situações descritas até agora exibem um contexto dinâmico das estratégias de sobrevivência que a população lança mão para se adaptar à realidade local. Conforme o exposto neste capítulo, estas estratégias foram se transformando a partir da década de 50 quando esta população se confronta cada vez mais com novas situações e mudanças que ocorrem na região. Em relação aos modos de vida, estes não podem ser pensados como homogêneos nem mesmo quando tratamos de uma pequena população. Sabemos que nem todos que ali vivem exercem a pesca como ocupação ou prática cultural, mas todos vivem

<http://www3.atarde.com.br/especiais/manati/projetos_ambientais.html>. Além disso consultamos cópia do relatório realizado pelo projeto na comunidade e disponibilizado pela Associação de Moradores de Ilha do Paty, e participamos também de uma reunião de moradores em 29 de abril de 2010.

num ambiente de fronteira marítima e, portanto, seus modos de vida adaptam-se em função das especificidades desta realidade.

A relação prefeitura x comunidade estabelecida nas últimas décadas tem gerado mudanças nas práticas do trabalho. Algumas atividades relacionadas à lavoura e à criação de animais deixaram de ser desenvolvidas, enquanto outras foram surgindo em função das transformações na região. A pesca e a mariscagem persistem como as atividades mais tradicionais, como assim as atribuem os próprios nativos, diante de sua importância econômica, social, e também simbólica. A identidade de uma comunidade de pescadores é reivindicada quando a mesma necessita se representar junto a determinadas entidades nas quais o histórico tradicional do seu modo de vida se coloca fundamental para questões do grupo, identidade que também está presente na memória coletiva do passado e do presente da comunidade.

CAPÍTULO 3 – RELAÇÕES DE PARENTESCO E REDES DE SOCIABILIDADE

Apresentamos no presente capítulo as relações de parentesco que, na comunidade, são importantes meios de identificação do sujeito na estrutura social. Abordaremos ainda as formas de sociabilidade estabelecidas através das redes locais e extra-locais de relações entre amigos, parentes, compadres e vizinhos. Assim, atentaremos de um modo geral, para as sociabilidades que se articulam entre as pessoas e as instituições locais, em espaços e tempos marcadores da dinâmica local.

Em relação ao parentesco, nosso interesse foi o de observar a forma como no presente se articulam as relações familiares dentro do grupo, sejam aquelas baseadas no parentesco consanguíneo bem como as por afinidade. As pessoas costumam se identificar e identificar umas às outras com relação às famílias as quais pertencem aos graus de parentesco, estabelecendo ainda referências genealógicas com antepassados, tempo de moradia e de permanência no lugar. Entre os moradores a grande maioria é descendente de famílias de pescadores, marisqueiras e lavradores, compartilhando históricos de vida próximos uns dos outros.

Em ilha do Paty grande parte das unidades residenciais – que definimos como o conjunto dado pela casa e seus membros moradores - são formadas pela família nuclear ou monoparental, que correspondem a um total de 66 por cento, sendo as demais residências compostas do que poderíamos caracterizar como família extensa. No entanto, as relações entre familiares e parentes se estendem para além das casas propriamente ditas. É comum encontrarmos parentes próximos residindo lado a lado ou frente a frente, geralmente pais, filhos e irmãos. Quando a vizinhança é lado a lado, o quintal de ambas as casas se torna espaço comum e dá acessos às duas casas. A construção de casas próximas dos familiares é comum, especialmente de filhas e filhos residindo ao lado ou em frente à casa dos pais. Houve no início dos anos 90 a implantação de energia elétrica e a intervenção da prefeitura para a construção de habitações populares, padronizadas, compostas de quatro cômodos, erguidas muito próximas umas das outras. Com o passar do tempo os moradores foram

realizando reformas, construindo ou subdividindo cômodos, tentando melhor adaptá-las às necessidades de suas famílias.

Para as mães que residem com os filhos, principalmente quando eles são crianças, os auxílios dos parentes na criação e cuidado da prole são fundamentais, em especial para aquelas que são mães solteiras. Elas recorrem justamente à mãe e/ou irmãs quando precisam deixar os filhos para exercer alguma tarefa, trabalho ou lazer no qual a(s) criança(s) não pode(m) acompanhá-la(s). Este auxílio se dá sob determinados limites. Nem sempre há disposição para tal tarefa, principalmente quando solicitada às irmãs. Elas oferecem ajuda geralmente quando não estão a realizar atividades para si, e não é incomum negociarem trocas de favores pelo apoio prestado.

No período do meu trabalho de campo havia 14 residências com mulheres chefes de família sem companheiros. Esse arranjo familiar composto pela mãe e seus filhos foi um padrão domiciliar recorrente no estudo feito por Klaas Woortmann (1987) com famílias baianas de baixa renda no meio urbano⁸³, em que a instabilidade conjugal predominava em grande parte dos grupos domésticos, de modo que a família centrava-se na díade mãe e filhos. No Paty elas acabam exercendo tarefas do dia a dia que geralmente são executadas pelo homem quando este faz parte do núcleo residencial e são os chefes de família, como buscar água.

⁸³ O estudo foi realizado em um bairro popular da cidade de Salvador.

Foto 9 – Moradora carregando água



Fonte: Arquivo da autora

Ellen e Klaas Woortmann (2002) consideram, com base em uma revisão de estudos realizados desde os anos 60, que houve um aumento significativo de mulheres chefes de família no meio urbano, relacionado com o crescimento da presença feminina no mercado de trabalho e em mudanças nos papéis sexuais. Em relação a comunidades rurais e de pescadores, a existência desses arranjos é menos freqüente, mas vem aumentando, especialmente naqueles locais de intensa migração ou que passam por crises oriundas de fatores externos.

Klaas Woortmann (1987) assinala que o principal elemento definidor do parentesco é o sangue, e que os graus de distanciamento e aproximação entre seus membros são definidos através dele, conjugado a outros elementos, e o parentesco por afinidade

advindo das uniões conjugais. Além disso, a rede de parentesco envolve inclusões e exclusões de determinados membros da parentela com base em preferências pessoais e fatores circunstanciais. Em ilha do Paty, os moradores referem-se sempre a parentes distantes que não residem na comunidade, mas com os quais mantêm contato esporádico. Entretanto, nem todos os parentes são incluídos na rede de parentesco. Os irmãos, pais, avós e filhos são a referência base de família; em relação aos tios, sobrinhos e primos, o grau de proximidade e de afinidade influencia em maior proporção na inclusão destes na rede de parentesco imediatamente considerada pelo sujeito. Não obstante reconheçam que mesmo parentes com os quais não mantêm contato são ainda parentes, quanto maior o grau de aproximação e interação, maior a “consideração” da relação consanguínea e de afinidade.

O parentesco estabelece ainda direitos sobre locais de moradia. Abordando a questão do parentesco em contextos rurais, Ellen Woortmann (1995) assinala seu potencial organizatório relacionado à dimensão territorial. “O parentesco, como ideologia e como prática, fornece uma resposta associada ao princípio territorial”. (Woortmann, 1995, p. 57). Alimenta, com isso, a reprodução através das gerações do patrimônio coletivo e familiar.

O morador que tenha residido no Paty, migrado e que depois resolva retornar podia ter seu direito à antiga moradia garantido. Parentes próximos que estão fora também tinham a possibilidade de conseguir um terreno para construir uma casa, no entanto, mais recentemente, obter um terreno nessas condições tem gerado conflitos e aumentam os obstáculos colocados pelos herdeiros mais jovens da família reconhecida na comunidade como proprietária das terras. Um morador assim relata sobre a relação entre parentesco e moradia:

a gente aqui é o seguinte... qualquer morador, por exemplo, meus irmãos que moram em Salvador, que já morou aqui, tem direito de amanhã ou futuramente se quiser retornar pra aqui tem direito a vim, escolher uma área que tenha um terreno adequado e construir. Se um dia um deles vier falecer e os filhos quiserem ficar pode, porque ali fica para a família dele entendeu? (...) Se aquela área não tiver previamente marcada por alguém, ele vai lá, vai marcar e tal e vai fazer a casa, que ele tem direito. Geralmente é assim, por exemplo, o terreno que foi ocupado por uma família fica pra aquela família, pai morre, mãe morre, vai pro filho, se o filho desistir já tem sobrinho, irmão daquele que vem, sempre fica aqui.

Como aqui mesmo tem casa, tem uma casinha ali que tá em ruínas, ali ninguém pode destruir ela e construir outra no lugar, porque é daquela família, é dela e ninguém toma, se foi terreno que já foi usado antes não pode usar de jeito nenhum. É um respeito que tem entre a gente, que sabe que é daquela família e ninguém vai tomar, invadir.⁸⁴

Obedece-se a regras estabelecidas historicamente que são atualizadas em função de mudanças ocorridas na comunidade. Esse esquema apresentado por Leandro Conceição diz respeito a regras conscientes do grupo que, no entanto, nem sempre são conduzidas tais como descritas. Como exemplo, temos o caso da venda de uma casa, anteriormente ocupada por pessoas pertencentes à rede de parentesco local, por pessoas de fora da comunidade que se mudaram para a ilha; fato mencionado em algumas entrevistas, pelo qual se destitui a propriedade da família que seria a herdeira nos termos dos costumes locais. Os entrevistados comentavam o caso como a quebra de uma norma socialmente estabelecida pelo grupo, fenômeno que de certa forma, dentro do contexto, tratou de reafirmá-la. Estes conflitos em relação à posse de um terreno se tornaram mais comuns recentemente, a partir de uma mudança na percepção do valor da terra, de um valor de uso que adquire cada vez mais valor de troca, abrindo a possibilidade de venda de uma casa ou terreno quando da saída de um morador da comunidade. De todo modo o exemplo citado trata-se de caso raro, o mais comum é que haja a sucessão para algum familiar ou mesmo que fique vazia para um possível retorno do morador.

A associação de moradores foi criada em 1998, incentivada por Miranda, morador que saiu da comunidade, residiu em outras localidades e retornou para a ilha neste ano. A associação tem assumido algum papel na mediação destas relações e seus possíveis conflitos, o que antes era norteado apenas pelos “donos da terra”. Josivaldo Assunção foi o único a presidir a associação até hoje, que funciona numa pequena construção, onde são realizadas as reuniões com os moradores associados. Seu papel centralizador nem sempre é aceito enquanto mediador entre a comunidade e as esferas públicas e extra-locais. Tentou se candidatar a vereador na penúltima eleição municipal mas não obteve sucesso. Embora não haja consenso quanto às suas propostas, ele exerce liderança na localidade e tem possibilitado, através de sua articulação, maior visibilidade da comunidade, especialmente

⁸⁴ Entrevista realizada em Ilha do Paty com Leandro Conceição, 40 anos, pescador, em abril de 2010.

na esfera da cultura. A formação associações de moradores representativas é um processo que vem ocorrendo em diversas localidades e pequenas comunidades interioranas, articulando as comunidade politicamente e em termos identitários.

As famílias Brandão, Almeida e Assunção são identificadas como as mais antigas segundo os moradores, em virtude do tempo de existência no local. Seu Alcides afirma a representatividade da sua família no local: “Meu avô Leôncio Assunção foi o homem mais velho aqui do Paty. Essa família do Assunção era toda de meu avô Leôncio, aqui no Paty não tem uma família que é daqui que é mais antiga que a nossa.”⁸⁵. O estabelecimento da família Assunção corresponde a cinco gerações, que tem em Seu Leôncio o ancestral reconhecido mais antigo.

Alguns membros dessas famílias estabeleceram parentesco por meio de casamentos. Outras famílias vieram a se instalar posteriormente na comunidade, a exemplo dos Sá Teles, Ribeiro, Gomes, Moreira e Oliveira. Nos termos do próprio grupo, estas famílias são também consideradas “de dentro” pelo relativo tempo de estabelecimento na comunidade. A família Assunção é a mais numerosa e há uniões com as outras famílias, a exemplo das uniões com os Sá Teles, os Gomes, Almeida, Oliveira. Consideramos assim que os casamentos ocorridos entre membros destas famílias são casamentos endogâmicos. Famílias como a Araújo e os Cunha chegaram no Paty mais recentemente e até o momento não houve casamentos ou uniões entre seus membros e outras famílias do local, embora haja paqueras entre os rapazes da família Araújo e meninas da comunidade. No levantamento feito por meio dos questionários, das casas com a presença de ambos os cônjuges, pessoas viúvas e separadas, 55% delas casaram ou mantiveram união estável com indivíduos de fora da comunidade.

As uniões através do casamento ou da moradia comum ocorrem tanto entre os membros destas famílias, como entre os membros das outras famílias da comunidade que também são reconhecidas como pertencentes à comunidade, mas diferenciadas por serem oriundas de outros locais. Assim, famílias que estão instaladas na comunidade há cerca de 25, 30 anos, são consideradas como do lugar, entretanto, diferenciadas daquelas instaladas há muito mais tempo na ilha. As pessoas de fora que casadas com moradores são

⁸⁵ Entrevista realizada no Paty em abril de 2010 com Sr Armínio Assunção, 73 anos, aposentado.

incorporadas nas redes de parentesco locais. A escolha dos padrinhos também contribui para a aproximação desses novos membros, sendo assim, é comum que filhos sejam batizados por pessoas de dentro da comunidade. A escolha de padrinhos é uma das formas destes novos membros formarem laços com as parentelas locais quando são escolhidos entre pessoas da própria comunidade. Outras redes se estabelecem quando os padrinhos são escolhidos fora da localidade, o que é recorrente na comunidade. Esses compadres e comadres podem oferecer amparo em diversas situações para os afilhados que necessitem serem acolhidos fora do âmbito da família local. A ocorrência de tais situações pode ser identificada em casos como o de seu Armínio:

Meu filho mais velho foi para Salvador estudar na casa do padrinho, estudou, começou a trabalhar lá e daí ele arrumou um emprego em Aracajú e foi embora. A outra filha também o padrinho e a madrinha dela mora lá na Ribeira, aí ela foi estudar com eles e lá mesmo ficou, hoje em dia ela trabalha de auxiliar de escritório em Simões Filho e mora em Paripe com os filhos.⁸⁶

Trata-se de redes de solidariedade que são estabelecidas por meio do compadrio. É comum também, situações em que parentes consangüíneos ou afins são escolhidos como padrinhos e madrinhas. Entre compadres e comadres se presa pelas relações de respeito, confiança e solidariedade, assim como entre afilhados e padrinhos. De acordo com Woortmann (1995) o compadrio servia para estabelecer e reforçar laços, agindo “como uma forma de ampliar relações de solidariedade para além da rede de parentesco, vizinhança e amizade, ou como uma forma de reforçar os laços já estabelecidos por essas relações”. (Woortmann, 1995, p.63-64).

Em relação às redes de sociabilidade, as relações com os parentes são especialmente fortes, incluindo tanto parentes consangüíneos quanto parentes afins. As pessoas costumam passar a maior parte do tempo com familiares e parentes da comunidade nas horas de diversão bem como com as pessoas que costumam visitar com mais freqüência em localidades vizinhas.

⁸⁶ Entrevista realizada no Paty em abril de 2010 com Sr Armínio Assunção, 73 anos, aposentado.

Neste sentido, as redes de parentes sustentam redes de sociabilidade para além da própria comunidade. Aquelas pessoas que visitam ou freqüentam Salvador geralmente o fazem por meio dos parentes residentes na capital, no entanto, essas visitas não ocorram com muita freqüência. Do total de famílias entrevistadas, somente 8% afirmaram visitar Salvador, seja em situações de necessidade de serviços ou para diversão e lazer. Quando vem até a capital ficam em bairros como Liberdade, São Gonçalo, Mussurunga, Paripe, onde residem parentes e amigos. Este fluxo de deslocamento para a capital, embora não seja tão freqüente e nem generalizado à maioria da população, permite um trânsito de informações e de valores em que se confrontam duas realidades distintas: a vida agitada na cidade - que inclui principalmente o imaginário da violência, da qual muitos não querem fazer parte - discurso presente em especial nas falas daqueles que retornaram de grandes cidades, e o desejo de outros que gostariam de lá estar e que por falta de recursos financeiros e de condições que propiciem tal deslocamento, continuam vivendo na ilha. Alguns jovens com os quais conversei demonstram o desejo de sair da ilha, alguns deles inclusive já tiveram tal experiência, morando algum período em cidades da região ou em Salvador, e que por motivos diversos, como a perda do emprego ou por indisposições com familiares, retornaram ao Paty.

Salientamos que alguns membros de famílias, oriundos do Paty, que migraram para cidades como Madre de Deus, Candeias, Salvador, São Paulo, Rio de Janeiro, e não retornaram, conseguiram obter, relativamente se comparado aos que ficaram, maiores níveis de escolaridades, alguns deles adquirindo formação em nível superior, a exemplo dos filhos do Sr. Josivaldo de Almeida. Trata-se, na conjuntura local, de uma exceção à regra, já que a maioria dos ex-moradores que moram fora, atualmente, não consegue conciliar trabalho com uma formação acadêmica, especialmente em função da escassez de tempo e de restrições financeiras. Em relação ao exemplo do Sr. Josivaldo de Almeida, podemos considerá-lo um homem articulado dentro da localidade, é o presidente da associação de moradores, morou e trabalhou muitos anos em Salvador como autônomo, conseguindo proporcionar aos filhos condições para que os mesmos, depois de adultos, alcançassem melhores níveis educacionais.

Esta relação cidade grande-interior, no âmbito das vidas das pessoas que circulam entre estas duas realidades, mas que vivem seu cotidiano na comunidade proporciona o

contato com idéias, valores e modos de vida diferenciados. Em função das relações de parentesco, do estabelecimento num território delimitado e de elementos relacionados a trajetórias familiares parecidas, na comunidade há um sentimento de pertença ao lugar que sobressai nas falas e no discurso daqueles que saíram e retornaram e dos que sempre residiram na ilha.

Eu tava morando em Salvador, certo, eu e meus irmãos nos criamos aqui, meus pais criaram todos os filhos aqui e depois mudamos pra lá. Eu vivi em Salvador uns quinze anos, quinze, dezessete anos aí depois que eles faleceram eu voltei pra cá. Meus irmãos todos moram lá.

E por que o senhor retornou?

Pela violência da grande capital, tanto é que pelo desemprego não, que eu sempre arrumava meus emprego por lá, eu trabalhava no comércio: mercado, escritório, construção civil, trabalhei em várias coisas lá, aí eu resolvi abandonar a grande cidade e vir aqui pra calma, quem é criado aqui é difícil adaptar.⁸⁷

Ah, eu resolvi voltar porque é aqui no caso que eu me sinto melhor não é? Aqui eu fico mais à vontade, em outro lugar eu fico que nem peixe fora d'água.⁸⁸

Fica evidenciado nestas e em outras falas que prevalece um sentimento de pertença associado a um modo de vida compartilhado, vivenciado pelos sujeitos de acordo suas trajetórias e expectativas individuais.

3.1. Festividades e religiosidade

As festas populares locais também reforçam os laços de solidariedade do grupo, sendo eventos que aglutinam parentes e amigos de outras localidades. A principal festa popular da comunidade é o festejo católico em comemoração a São Roque, no qual acontece a festa religiosa e a profana, celebradas no mês de setembro, momento de intensa socialização na comunidade. Com base na pesquisa de campo, constatamos que 66,7% por

⁸⁷ Entrevista realizada em Ilha do Paty com Leandro Conceição, 40 anos, pescador, em abril de 2010.

⁸⁸ Entrevista realizada no Paty em janeiro de 2010 com Sr. Pedro de Almeida, 74 anos, aposentado pela Petrobras.

cento da população se auto definiu como praticantes da religião católica, 22,8% evangélicos e 10,5% como não pertencentes a nenhuma religião. Todos os anos alguns moradores são escolhidos, entre aqueles que geralmente freqüentam regularmente a igreja, para organizar a festa, sendo um deles escolhido como o(a) representante. São feitas as novenas⁸⁹ nas noites que antecedem a missa principal. Na penúltima noite da novena, que antecede as principais comemorações ao santo católico, sempre um sábado, ocorre a apresentação de bandas musicais, que são patrocinadas pela prefeitura, assim como a montagem da infraestrutura para a festa. Esta festa atrai muitas pessoas das redondezas, além de parentes e amigos de moradores que residem em outras localidades e Salvador, que são recebidos e acomodados nas casas dos parentes e amigos. Durante a noite grupos musicais se apresentam no palco instalado na praça, tocando ritmos como pagode, samba, seresta, entre outros. Dois deles são formados por moradores da comunidade, são os grupos *Pegada do samba* e *Kelly e grupo um sonho a mais*, ambos muito apreciados pelos moradores. Com o envolvimento da prefeitura através do auxílio financeiro para ornamentação e contratação de atrações musicais a comunidade deixa aos poucos de se mobilizar internamente para angariar recursos e realizar os festejos. Ainda assim, os unem um sentimento de pertença que, principalmente nestas comemorações, tende a se reafirmar. Por outro lado, são também ocasiões que potencializam desavenças e discussões, às vezes desencadeadas por brincadeiras, piadas, por excesso de bebidas alcoólicas ou pelo encontro entre pessoas com desavenças, muito comumente entre parentes.

A igreja foi construída em 1949 pelos moradores da comunidade, e antes dela, as missas eram realizadas no antigo casarão que pertencia à família Brandão. Segundo os moradores, a igreja foi construída em homenagem a São Roque devido a uma promessa coletiva feita pela comunidade quando da ocorrência de uma epidemia na localidade, que algumas das pessoas caracterizam como sarampo, outros de bexiga ou varíola, ou se referem a ambas como se fosse a mesma doença.

Aqui é São Roque porque aqui, eu era menina não lembrava, mas minha mãe e o pessoal antigo tudo fala que teve uma epidemia de sarampo,

⁸⁹ Celebrações de missas católicas que ocorrem durante um período de nove dias antes dos festejos em homenagem ao santo padroeiro.

assim, antigamente bexiga que chama varíola né, então o pessoal tudo ficou acamado. Meu pai mesmo largou o couro todo dessa doença, então aí fez promessa, ia a pé lá pro Engenho de Baixo pra missa, depois botou aqui num sobrado grande que tem lá em cima, que hoje já tá destruído até o pessoal reunir e construir a igreja e aí estamos aí, todo setembro é a procissão e a missa.⁹⁰

No catolicismo, São Roque é o santo protetor das pestes e está relacionado às enfermidades. Foi a este santo que, no passado, segundo os relatos de alguns entrevistados mais velhos, seus familiares e parentes haviam depositado orações e esperança de cura para as pessoas atingidas pela moléstia. No período da festa manifestações culturais populares são realizadas, a exemplos dos sambas de roda existentes no local que vem adquirindo novos formatos, como será apresentado no capítulo posterior.

Foto 10 – Igreja de São Roque



Fonte: Arquivo da autora

⁹⁰ Entrevista realizada no Paty em janeiro de 2010 com D. Zuleide Assunção, 76 anos, aposentada e marisqueira

Foto 11 – Procissão de São Roque



Fonte: Arquivo da autora

Em outras comemorações como Semana Santa, São João e Natal é comum os moradores festejarem coletivamente com a preparação de comidas, feitas e compartilhadas entre as famílias. No Natal é comum a preparação do presépio na casa da sede da comunidade, quando é realizada a tradição da queima das palhas do presépio, presente em outras comunidades rurais desta região e que está relacionada aos festejos dos Santos Reis. Estudos de folcloristas como Câmara Cascudo, atentaram para a prática da queima das palhas dos presépios em comunidades rurais e interioranas, relacionando-a a práticas do catolicismo popular de origem portuguesa (Cascudo, 1984) que, no Brasil, especialmente na Bahia, se mescla com formas culturais de influencia africana. A queima do presépio

envolve desde a montagem de um presépio na sede da comunidade, até a queima das palhinhas após o Natal. O presépio é ornado com folhas de pitangueira, que depois são queimadas na praça pública, num ritual festivo-religioso, ao som de cânticos religiosos, seguido de sambas de roda. Esta prática é feita entre os membros do próprio lugar, praticamente sem presença de pessoas de fora.

Enquanto algumas manifestações culturais são praticadas até hoje, outras foram deixadas no passado ou reinventadas, adaptando-se aos novos processos de produção, vivência e circulação da cultura.

Nos depoimentos e conversas informais com as pessoas do local, quando questionamos a respeito da existência ou prática de religiões como o candomblé, as narrativas discorrem sobre sua existência no passado:

Aqui tinha candomblé, terreiro nunca teve não, vinha um pessoal de fora, que era de Conceição aí, era Santa Rosa, tinha as filhas de santo daqui, ela armava o caramanchão, aí o pessoal freqüentava, eu mesmo ia, agora não tinha santo, não rodava, mas gostava de ir, cantar, dançar, o caruru, vê os caboclos dá passos, hoje é que eu vejo aí a igreja de crente, muitos que dançavam no candomblé hoje jogou tudo por água abaixo e ta na crente.⁹¹

A comunidade tinha uma certa ligação com isso, eu ainda vivi isso, até os meus vinte anos as pessoas ainda freqüentava.⁹²

Foi acabando porque o pessoal que participava foi entrando na igreja de crente, aí pronto. Aqui não tinha igreja de crente, só tinha católica, aí ia pra coisa, só que depois abandonou e entrou na igreja de crente, hoje o povo não quer nem ouvir falar, até o caruru de São Cosme que se dava aqui ninguém dá mais.⁹³

Aos poucos a comunidade foi deixando de praticar os rituais ligados ao Candomblé, enquanto outras práticas religiosas foram aderidas pelos moradores, a exemplo da igreja Assembléia de Deus, presente na ilha há cerca de 20 anos. Os moradores que praticam a religião evangélica e que antes participavam de tradições culturais e religiosas, como a festa de Reis, São Roque, Queima do Presépio, o samba de roda, entre outros,

⁹¹ Entrevista realizada no Paty em janeiro de 2010 com D. Zuleide Assunção, 76 anos, aposentada e marisqueira

⁹² Entrevista realizada em Salvador em março de 2010 com Sr. Josivaldo de Almeida, 55 anos

⁹³ Entrevista realizada no Paty em janeiro de 2010 com D. Mariana Assunção, 56 anos, marisqueira.

deixaram de fazer parte destas manifestações culturais, atuando agora apenas como expectadores.

CAPÍTULO IV: DAS COMÉDIAS ÀS PAPANUTAS: TRADIÇÃO E REINVENÇÃO

Neste capítulo buscamos entender como se delineia um novo processo em que as tradições são inseridas em redes extra-locais, muitas delas se reinventando para adaptar a um contexto de circulação, industrialização e estetização das “culturas populares”. Fazemos isso através da apreciação de uma tradição bastante referenciada na Ilha do Paty quando se ouvem relatos sobre sua cultura, história e tradições, visto que as mudanças na comunidade se fazem ver também nos modos de fazer das tradições.

Em ilha do Paty há um grupo cultural⁹⁴ chamado *Papanutas*, formado por cerca de 35 pessoas oriundas da comunidade, a maioria delas residentes na localidade atualmente. As *Papanutas*, caracterizadas como um grupo de samba de roda, é a continuidade de parte de uma tradição popular local que os moradores chamam de *comédias*.

As *comédias* eram realizadas anualmente na ilha, pelos moradores, mas que nos últimos anos estavam deixando de existir. Podemos caracterizar as *comédias* como um teatro popular, compostas por trechos temáticos, cantados e gestualizados pelos moradores de forma cômica, representando cenas de eventos cotidianos, personagens estereotipados etc. Pesquisando estudos de folcloristas e historiadores encontramos referências a manifestações que lembram, em muitos aspectos, estas *comédias* descritas pelos moradores, que são denominadas de *dramas*, inseridas no campo de estudo da cultura popular. Nos relatos dos participantes não há informação do período de surgimento dessas *comédias*, o que se conta é que foram inspiradas em manifestações oriundas de outras localidades⁹⁵, e que incorporadas pelos moradores da ilha, nelas congregaram modificações e novas criações, passando então a fazer parte da cultura local.

As antigas *comédias* compõem uma série de atos feitos com a encenação de personagens. Possui um caráter cômico, faz referência a eventos cotidianos mas também a personagens estereotipados. As encenações podiam ser dançadas, cantadas, interpretadas e

⁹⁴ No município, grupos culturais são caracterizados como associações formadas em torno de tradições populares, tais como grupos de ternos de reis, de samba de roda, samba-chula, capoeira entre outros.

⁹⁵ De acordo os relatos de alguns interlocutores, os criadores teriam se inspirado em manifestações praticadas em outros locais, embora não saibam precisar datas e locais.

manifestadas através de apresentações de fragmentos do cotidiano, manejados pelo olhar de seus emissários. Estas apresentações foram assim comentadas por alguns participantes:

A comédia, não sei porque esse nome, mas... comédia porque era engraçado e tal, uma comédia mesmo, era uma coisa... na verdade dentro dessa comédia tem diversos atos, *paperutas*, mulatinha dengosa, *mexe mexe*, *carrueira*, *Dom Jorge*, *banhista*, *as flores*, *doze meses*, uma série de apresentações. Os *doze meses* são com doze crianças que apresentam as flores também normalmente, cada um com os versos cantados e aí apresenta sua rosa e tal, muito interessante.⁹⁶

Era assim, o povo ria, tinha umas peças que a gente se acabava de rir como o *engraxate*, *Dom Jorge*, aquela que Tereza apresentava com a enxada, *a tapuia*...a gente desde mocinha mesmo [...], a gente que era menina, não era *paperutas*, era *as flores*, os *doze meses*, outros e os adultos é que era sempre as *paperutas* pra outras peças: *carrueira*, *quitadeiras* e aí vem e eu sempre nela, então agora comecei sair nas *paperutas*.⁹⁷

No início era as comédias que a gente fazia todo ano aqui. Começava...ô, mas é tanta coisa, é muita apresentação. Tem as meninas, a turma de meninas que apresentava os *doze meses*, os *doze meses* era uma coisa muito bonita, tem *as flores*, tem *o abre alas*, tem o *grupo de samba*, tem as *carrueiras*, tem muitos... *engraxate*, *banhistas*... e no meio tinha as *paperutas*, que a gente apresentava, tinha as *quitandas*, *a feira* [...] a gente começava sete da noite e só terminava de manhã. Cada hora uma apresentação [...] as *paperutas* saía acompanhando, não saía com isso aí, agora que formou o grupo que colocou isso aí [se referindo a gamela], era com a panela, cada uma com a panela de comida na cabeça e apresentando[...] quando terminava a apresentação ali todo mundo comia, era ensopado de peixe, moqueca de siri, de ostra, tinha efó...⁹⁸

Através das entrevistas os moradores lembraram algumas partes da *comédia*. Há, portanto, um registro na memória destes moradores acerca deste tipo de divertimento popular que, juntamente com elementos tradicionais e de criatividade, foram lembrados e guardados nas memórias dos mais antigos e transmitidos parcialmente para as gerações mais jovens que hoje participam do grupo.

Uma das encenações da *comédia* é centrada na apresentação da comida, na qual se faz a exaltação dos pratos “típicos”:

⁹⁶ Entrevista realizada em ilha do Paty com Sr. Josivaldo de Almeida, 55 anos.

⁹⁷ Entrevista realizada em ilha do Paty com D. Zuleide Assunção, 76 anos

⁹⁸ Entrevista realizada em ilha do Paty com D. Mariana Assunção, 56 anos.

Eu sou a manimolência, que me chamam de Iaiá
Eu sou a dona da cozinha, como eu não há igual
E somos nós paparutas boas, e somos nós paparutas boas
E na cozinha da manimolência, somos pequenas e provocantes
Na maior reminiscência

Meu caruru tá bem gostoso, a razão não sei o que há
Tem azeite e camarão, a pedido de Iaiá
(repete para os outros pratos)

Esta parte da *comédia* foi retomada pela comunidade com a formação do grupo *Paparutas*, como também era chamado este trecho. A comida é o foco central da apresentação das *Paparutas* e o momento da preparação dos alimentos é uma ação coletiva que mobiliza os participantes num ato festivo. Cada mulher prepara a comida que vai apresentar e dança com as gamelas cheias em cima da cabeça, momento em que cada uma delas se dirige ao centro da roda exaltando a comida preparada aos olhos da “dona da cozinha”, personagem que fica no centro da roda. O “banquete” é preparado para ser degustado pelos participantes e expectadores depois da apresentação, quando então as comidas são servidas, configurando momento de grande interação. O historiador Mikhail Bakhtin (1993), autor que aborda a natureza da cultura popular cômica na Idade Média e no Renascimento, investigando as obras de Rabelais e a história do riso; aborda a importância deste elemento, e afirma que a comilança, o banquete, “é uma peça necessária a todo regozijo popular”. Afirma também o caráter coletivo dessa partilha dos alimentos relacionado às festas populares, já que “esse comer coletivo, coroamento de um trabalho coletivo, não é um ato biológico e animal, mas um acontecimento social”. (Bakhtin, 1993).

Estas formas culturais originam-se em dados contextos e circulam, numa espécie de trânsito cultural, acrescentando-se elementos locais. Assim parece ter se passado com as *comedias* do Paty, levadas para a ilha não se sabe bem ao certo por quem nem quando.

Nesse sentido, a noção de tradição inventada, popularizada nos estudos acadêmicos em especial a partir do trabalho de Eric Hobsbawn (1984), lança luz à compreensão desse processo. Ele destaca em especial o caráter inventivo da tradição, que, no entanto, nos contextos onde são vivenciadas, adquire caráter essencializado. Como este próprio autor assinala, essas tradições geralmente estão assentadas em elementos de um passado remoto, e que os indivíduos e as comunidades re-significam e incorporam elementos novos, passando a ser atualizadas e repetidas, assim como podemos observar que se procedeu com esta teatralização popular. Atualmente os moradores buscam realizar, em moldes diferenciados, parte desta *comédia* que foi deixada no passado.

Antes de falarmos mais especificamente das *Paparutas*, grupo que surge como parte das *comédias*, apresentamos algumas considerações em relação à temática da “cultura popular” e da “cultura negra” que situa a discussão em torno destes processos de continuidades e mudanças em relação às tradições populares.

Durante muito tempo prevaleceu nos estudos realizados por folcloristas, literários, historiadores e também por alguns cientistas sociais, o interesse em estudar as origens das tradições e manifestações culturais do povo. De acordo com Michel de Certeau (1993), a questão da origem se colocou como elemento central em diferentes sistemas de explicação da cultura popular realizada por estudiosos da literatura popular no século XVIII: “Seja qual for o seu tratamento científico, essa fascinação do objeto perdido toma posse dos métodos na vertigem da sua contradição interna” (p. 68). Para ele, o problema estaria assentado nos métodos utilizados pelo conhecimento científico e nos resultados que eles permitem mostrar, pois, a busca de uma origem autêntica, perdida oculta as inconsistências de sua verificação. O que emerge no cerne desta questão são as transformações intensas que configuram um novo modelo de sociedade em contraposição aos padrões tradicionais, sendo atribuída às “classes populares” a reprodução destes padrões no que tange às práticas culturais. Emergem daí manifestações salutares no sentido da manutenção e defesa de tradições historicamente estabelecidas por estas classes. O principal problema destas

abordagens, ao procurar subdividir as produções realizadas por grupos diferenciados socialmente e caracterizá-las como cultura popular, foi o de tomar este objeto de estudo independente dos sujeitos e do contexto social em que foram produzidos. Como afirma o historiador Thompson (2001), ao criticar a postura dos folcloristas quanto aos materiais por eles coletados, estes “(...) raramente procuravam saber da sua função ou uso corrente. Antes, os costumes eram vistos como ‘reliquias’ de uma antiguidade remota e perdida, como ruínas desmornadas de fortificações e povoados antigos” (p. 231).

O conceito de culturas híbridas, introduzida por Néstor Canclini (2006), aponta a forma dinâmica das manifestações culturais presentes em comunidades e grupos sociais, em que não cabem mais rótulos que as classifiquem em categorias estanques. Canclini refuta algumas características atribuídas intrinsecamente à cultura dos grupos populares, dentre as mais contundentes, aquelas que a aprisionava numa suposta tradição essencializada, de caráter estritamente local, exclusiva de grupos étnicos, mais concentrada no estudo dos objetos do que em suas condições sociais de produção.

O antropólogo Jocélio dos Santos assinala que houve, em especial a partir dos anos 30, maior intensificação da ação do Estado no campo da cultura, pensada em seu sentido mais restrito. Após os anos 60, estas ações propunham como objetivos principais “o incentivo à criatividade, a difusão das criações e manifestações culturais e a preservação do patrimônio” que se constituíam como aliadas ao projeto de desenvolvimento econômico regional que se estabelecia na época. (Santos, 2005, p.78).

Nos anos 30 foi criada uma instituição pública brasileira especializada na manutenção e preservação dos bens culturais, o IPHAN⁹⁹. Ela integra em sua concepção de patrimônio uma categoria mais ampla, baseada na Convenção da Unesco para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, de 2003, no intuito de englobar diversas formas culturais, para além do patrimônio de “pedra e cal”:

Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e em alguns casos os indivíduos reconhecem

⁹⁹ Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional

como parte integrante de seu patrimônio cultural [...]. (Iphan, 2006, p.15)¹⁰⁰.

Deste modo, as iniciativas para a criação de políticas culturais no Brasil pautaram-se nas discussões acerca do reconhecimento da “herança cultural” dos povos que constituíam a nação brasileira. No estado da Bahia, destacou-se a adoção de algumas demandas da população afro-brasileira, associadas, sobremaneira, à promoção de um turismo cultural voltado ao desenvolvimento do Estado.

Em Salvador, muito do imaginário acerca da cultura popular esteve pautado na construção do que chamamos difusamente de “cultura negra”, práticas culturais influenciadas pela herança cultural trazida pela população africana e reproduzidas pelos seus descendentes até os dias atuais.

Para o antropólogo Livio Sansone (2002), a imagem da África tem sido constantemente recriada no continente americano. Ele assinala que,

a partir dos anos 1930 ela [Bahia] também teve posição de fulcro na formação da moderna antropologia afro-americana. Inspirados pela busca de “africanismos” no Novo Mundo, vários antropólogos e sociólogos consideraram o Brasil, e em especial o litoral do Estado da Bahia e o Recôncavo, como uma das áreas nas quais a cultura negra manteve os traços africanos num grau maior do que em qualquer outro lugar. (Sansone, 2002, p. 253, grifo nosso).

O autor considera o papel da Bahia na formação e na construção de imaginários acerca da “cultura popular” e da “cultura negra baiana”, neste último caso, especialmente no que diz respeito à acentuação dos elementos africanos e na criação e difusão de uma imagem da África na Bahia, que também foi central no discurso de intelectuais e acadêmicos no último século e ainda no presente.

Mais recentemente, os estudos antropológicos, menos concentrados em discutir as origens ou essencialismos dessas práticas culturais, têm direcionado a discussão para a questão dos fluxos e trocas de idéias, experiências e símbolos, numa escala que conecta o local, o regional e o transnacional. Assim, muitos estudos têm analisado a experiência

¹⁰⁰ UNESCO. Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. 2003. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540POR.pdf>>.

histórica dos negros a partir da colonização num contexto global¹⁰¹, ao mesmo tempo em que identifica formas de identidades na modernidade calcadas em diferenças culturais.

Na Bahia, atualmente, especialmente em Salvador, existe a promoção de um tipo de turismo voltado para elementos étnicos, que está sendo aderido por algumas agências de turismo da capital, que oferecem aos turistas roteiros aos locais da cidade onde seria possível entrar em contato direto com a cultura “afro-baiana”, incluindo visitas ao bairro da Liberdade, às imagens dos Orixás no Dique do Tororó, terreiros “tradicionais”, algumas cidades do Recôncavo e comunidades tradicionais, a exemplo dos remanescentes de quilombola. A especificidade deste tipo de turismo é a busca pelo exótico, em que os próprios sujeitos encarnam uma identidade cultural específica, se tornando o “objeto” de procura dos turistas. Também neste processo o Estado tem exercido papel dominante.¹⁰²

4.1. A formação das *Paparutas* e sua configuração atual

Como mencionamos acima, a partir de um dos trechos desta comédia foi formado o grupo cultural que existe na comunidade atualmente, as *Paparutas*. Desde 2003, depois que foi cadastrado na secretaria de cultura e turismo do município, o grupo passou a ser convidado, como já acontecia com outros grupos da região, a participar de eventos e festejos dentro e fora do município. O grupo é formado por 38 participantes conforme informações abaixo, de diferentes faixas etárias, inclusive com a participação de crianças em algumas apresentações, todos moradores ou ex-moradores da ilha.

¹⁰¹ Sobre a temática dos sistemas de comunicação, trocas e fluxos globais na modernidade que permitem a concepção de um “Atlântico negro” ver, entre outros, Paul Gilroy, 2001.

¹⁰² O artigo de Rodrigo de Azeredo Grünwald discute as principais definições de turismo étnico e suas abordagens. Ver Grünwald, R. A. Turismo e etnicidade. In: *Horizontes antropológicos*: Porto Alegre, v.9, n. 20, out/20

Foto 12 - Grupo *As Paparutas* – Mulheres dançando na roda



Fonte: arquivo da autora.

Foto 13 - Grupo *As Paparutas* – Mulheres dançando na roda e a “dona da cozinha” no centro



Fonte: arquivo da autora.

O espetáculo do grupo é um estilo de desafio a uma personagem central na dança, denominada “a dona da cozinha”, que apresenta e exalta as comidas utilizadas na apresentação, através da música, do bailado e da coreografia que utiliza a pantomima de gestos. O grupo pode ser caracterizado como um tipo de samba de roda que começa mais lentamente e no final se torna um grande “sambão” no qual todos cantam e dançam. A dança, especialmente o samba, é bastante apreciado e se faz presente nas diversas formas de diversões feitas na comunidade. Quanto aos instrumentos utilizados nas apresentações podemos perceber a introdução no grupo atual de tipos mais modernos, a exemplo do baixo, que foi acrescentado e apreciado pelos participantes que acham a apresentação mais animada quando o instrumento é tocado.

Assim como os instrumentos, roupas e indumentárias, antes improvisadas com tecidos baratos e até mesmo lençóis para figurar e representar os trechos da comédia, atualmente são padronizadas. A prefeitura Municipal doa os tecidos para confecção das roupas, mas cabe aos participantes escolherem os tipos e estampas bem como os modelos. Sobre este aspecto é interessante observar que as estampas podem ser variadas enquanto os modelos são sempre os mesmos: para as mulheres blusas, saias longas e muito rodadas, torço na cabeça, utilizado também para apoiar as comidas e colares; para os homens blusas confeccionadas de malha com o nome do grupo.

Alguns aspectos da teatralidade se mantiveram conservados e seguem como premissas do grupo, já que, por exemplo, a participação dos homens limita-se somente ao toque dos instrumentos e às vezes ao canto, cabendo às mulheres o desempenho da maior parte da apresentação: elas preparam os alimentos, cantam, tocam, dançam, e é a elas que se confere o maior destaque e visibilidade no grupo; embora fora do “palco” sejam homens os responsáveis pela coordenação.

Durante a existência das antigas *comédias*, as apresentações aconteciam exclusivamente na comunidade; na formação atual, elas podem acontecer tanto dentro da ilha, quanto em outros lugares, desde que haja disponibilidade e interesse dos membros. Acontecem eventualmente visitas de grupos de excursão ao recôncavo, em geral um “turismo popular” de pessoas da própria região e da capital Salvador, que vão até a ilha a passeio e para assistir a apresentação do grupo. Nesse processo a parceria com a prefeitura parece ser significativa, já que como explanado anteriormente, esta oferece eventualmente apoio financeiro para compra de roupas e outros recursos, além de estabelecer contatos com agências de turismo, mídia e outras formas de divulgação.

O grupo também recebe incentivos da Casa do Samba¹⁰³, através de projetos de valorização do samba de roda, que auxilia os grupos com a doação de instrumentos, a capacitação dos sambadores, sambadeiras e organizadores dos grupos associados, entre outros. Além disso, as apresentações atualmente podem ser agendadas de acordo com um calendário festivo e turístico do município. Pudemos observar por meio das entrevistas que os participantes gostam de ressaltar o fato de o grupo, hoje, já ter se apresentado em

¹⁰³ A Casa do Samba, localizada na cidade de Santo Amaro, no Recôncavo, funciona como sede regional da Associação de Sambadeiras e Sambadores do Estado da Bahia e como museu do samba de roda.

diversas localidades e eventos, demonstrando satisfação em conhecer novos lugares, aquisição de novas experiências e o reconhecimento dos outros.

Abaixo, transcrevo um trecho do diário de campo descrevendo uma excursão feita na comunidade em 8 de novembro de 2009:

No boteco o som do samba de roda animava os transeuntes e alguns dos moradores que tomavam sua cerveja. Já era por volta de 10h, quando começou a chegar o primeiro grupo de turistas. Fui lá dar uma olhada; os visitantes estavam sendo recepcionados por três participantes das Paparutas, vestidas com a indumentária do grupo. Os visitantes chegaram em três ônibus, somando cerca de 120 pessoas. As pessoas eram atravessadas aos poucos, em dois barcos, um deles de propriedade da comunidade e outro emprestado de uma comunidade vizinha. Os turistas eram de uma faixa etária acima de 50 anos, mais de 80% eram mulheres e em sua maioria de cor “parda” e “preta”. Os visitantes soteropolitanos realizavam o passeio através de uma agência de turismo, chamada Cooktour; estavam todos vestidos com camisetas ilustradas com imagens da ilha. Fiquei ali observando esse movimento por um tempo; percebi que algumas pessoas já conheciam a ilha de passeios anteriores. Retornei à praça, onde as pessoas começavam a se acomodar nos dois barzinhos e nas mesas e cadeiras espalhadas ao centro, bastante animadas. Estava sendo montada também uma barraca de acarajé, de uma ex-moradora da ilha, que reside atualmente em Salvador e que fora chamada para montar sua barraca no evento; havia ainda uma pequena barraca de pastel de uma moradora local. Interagindo entre si, os visitantes aparentemente estavam bem à vontade. Até este momento, não observei maiores interações entre estes e os moradores da ilha. Conversei rapidamente com uma senhora do grupo de turistas, perguntando de onde eram e como havia tomado conhecimento da ilha. Ela me disse que já estivera duas vezes na ilha, sempre no passeio organizado por essa agência. Perguntei do que ela gostava na Ilha e ela me respondeu que ali era um lugar muito bonito, mas que as pessoas não estavam acostumadas a dar valor. Comentou como os moradores mantinham viva sua tradição, especialmente o samba de roda.

Boa parte desses visitantes fazia parte de um grupo de dança chamado “Recordar é viver”, com sede na Liberdade, do qual participam senhoras acima de 60 anos. Grande parte das visitantes residia nesse bairro e em bairros adjacentes. Algumas formavam um grupo de professoras de uma escola do bairro.

Nesse momento, as participantes do grupo já tinham preparado a maior parte das comidas – que exalava um cheiro delicioso por toda a praça - e se arrumavam para a apresentação cultural. Sentei-me na varanda da casa de D. Maria, onde duas jovens, uma delas sua filha, ajeitavam a

indumentária e se maquiavam para a apresentação. Logo as dançarinas das Paparutas se reuniram em frente à sede da associação, enquanto o som era montado. (...). Uma das jovens participantes do grupo, Luciane, (nascida na ilha, mas recentemente residindo em Simões Filho) preparava uma pequena banca com produtos do grupo para serem vendidos, entre eles postais com fotos das Paparutas, fitinhas, camisetas e DVDs do grupo (...)

Preparadas para a apresentação, as dançarinas se posicionavam com suas gamelas de madeira com uma comida sobre a cabeça. Antes da apresentação Josivaldo agradeceu a presença dos visitantes e anunciou o esperado momento da apresentação cultural. As pessoas se posicionavam para ver, algumas tiravam fotos e dançavam ao som do samba de roda tocado pelo grupo. A apresentação se inicia com as dançarinas enfileiradas com seus tachos na cabeça, formando depois uma roda. As comidas preparadas fazem parte da apresentação: feijão fradinho, vatapá, arroz, moqueca de ostra, ensopado de peixe, moqueca de siri catado, moqueca de befum, salada, peixe frito (tainha) e farofa. Alguns turistas se posicionaram ao redor da roda formada pelo grupo. Alguns poucos moradores também se aproximavam da roda, enquanto outros continuavam mais afastados bebendo, batendo papo. A apresentação segue de acordo a música, (que apresenta uma seqüência de comidas), na qual cada dançarina vai ao centro da roda e exalta sua comida ao som e passo do samba de roda. Logo após, elas guardam as gamelas e continuam o samba, animando os visitantes que dançavam na roda de samba, e é quando outros moradores também começam a dançar. (...). Logo depois o seresteiro trazido pelo próprio grupo de visitantes, filho da organizadora do passeio, começou a tocar seus teclados. Dirigi-me até a casa de Selma, almocei junto com eles e ficamos ali conversando um pouco. Comentaram sobre a festa de São Roque, padroeiro da ilha, que é comemorada na última semana de setembro e das promessas da prefeita na ocasião da festa em levar água encanada para a comunidade (promessa reforçada todo ano pelos prefeitos). Também se queixaram da forma como a festa estava sendo realizada atualmente, que eles se referiam com o nome de baile (festa profana). Josivaldo e Selma preferiam que os grupos musicais se apresentassem dentro do salão (casa que fica na praça estruturada para a realização de eventos) como ocorria antigamente e não na praça, como vem acontecendo nos últimos anos, queixas que parecem apontar, em relação a este aspecto, conflitos intergeracionais. No entanto, como eles próprios me informaram, embora a comunidade se reúna todo ano para decidir como a festa deverá ser realizada se impõe sobremaneira a estrutura e recursos que a prefeitura disponibiliza para a realização destas festividades no município (...). Josivaldo apresentou-me a Paulo, o responsável pela agência de turismo, e eu o perguntei como surgiu o interesse em levar turistas para visitar a ilha. Ele me contou ser este o quinto ano que realizava esse passeio (em 2004, 2005, 2006, 2007, 2009). Em passeios anteriores, normalmente passavam

por Cachoeira e pela Ilha de Cajaíba, mas dessa vez resolveram ir direto para o Paty. O interesse surgiu em virtude de uma solicitação da prefeitura de São Francisco do Conde, que no ano de 2004, no qual estava em andamento um projeto de revitalização dos grupos culturais locais, ele foi convidado a visitar o município, momento em que a prefeitura tinha como objetivo estabelecer contatos com sua agência. Ele, que já fazia alguns passeios naquela região, foi convidado a conhecer as ilhas de Cajaíba e o Paty, e foi a partir disso que Paulo começou a levar grupos de visitantes para esta comunidade. Após está situação o agendamento das visitas e os acordos financeiros entre a agência e a comunidade são encabeçados por Josivaldo, que discute e repassa as informações e decisões em reuniões comunitárias com os moradores, que se preparam para receber o grupo de visitantes. Além da de Paulo, existem outras agências que também realizam esses passeios esporadicamente no Paty. Por volta das cinco horas as pessoas se organizaram para fazer a travessia e voltar para Salvador. (Diário de campo, 8 de novembro de 2009).

Destacamos que houve, neste contexto, um processo de intensificação da mercantilização da “cultura popular” e da intervenção de instituições públicas, o que vem ocorrendo a partir da implantação de políticas culturais em níveis local, estadual e nacional. As manifestações e grupos culturais de São Francisco do Conde aderem, até certo ponto, a modelos padronizados de organização e passam a associar-se a entidades da sociedade civil e/ou organizações estatais, consequência de um novo modelo de relações entre os criadores/produtores, consumidores e outros agentes envolvidos neste processo.

Em janeiro de 2010 houve a visita do chefe de gabinete da Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo do Ministério do Turismo, Valdir Neves. Tratava-se de uma visita extra-oficial. Valdir estava na região a passeio e fora convidado a conhecer a Ilha do Paty. Para receber a ele e outros acompanhantes, juntamente com pessoas ligadas à prefeitura de São Francisco do Conde, a comunidade preparou uma apresentação com as *Paparutas*, aproveitando a ocasião para solicitar do chefe de gabinete algumas demandas da comunidade e, tendo em vista a possibilidade de intervir junto ao poder público para melhorias de infra-estrutura e serviços na comunidade, os moradores leram o conteúdo da seguinte ata feita na reunião da associação de moradores:

Percebendo que a nossa Ilha do Paty tem grande vocação turística por suas belezas naturais e este grupo cultural, As Paparutas, que canta e encanta com seu sambailado, apresentando as delícias típicas regionais.

Vimos muito respeitosamente, solicitar de Vossa Excelência, em caráter de urgência, a implantação do serviço de abastecimento de água em nossa comunidade. E, tempestivamente, solicitamos também:

- A construção de dois píeres, um do lado da Ilha do Paty e outro do lado do Engenho de Santo Estevão;

- Revitalização do casarão para fins de visitação;

Construção de uma praça no porto da ilha

É importante ressaltar que temos consciência de que esta não é uma atribuição deste Ministério, contudo, acreditamos que será de grande relevância o encaminhamento por Vossa Excelência para o Ministério responsável ou para quem de direito, quer seja no âmbito municipal, estadual ou federal.

Atenciosamente

[assinatra o presidente da Associação de Moradores]

Através das *Paparutas* a comunidade adquire maior visibilidade. O grupo inclusive pode ser estrategicamente articulado, dentro dos anseios locais, como instrumento de busca por direitos e melhores condições sociais, sem perder o sentido lúdico e cultural sob o qual está assentado.

Existe um modo novo de vivenciar estas tradições populares, novos formatos e significados que estão imbricados com as formas que adquirem a relação entre o local e o supra-local, a mídia e a industrialização da cultura, gerando com isso novas expectativas em torno da “cultura”. Esses processos estão, a nosso ver, imbricados num contexto de mudanças sociais, econômicas e culturais que, no entanto, não se transforma radicalmente a ponto de perder as referências culturais assentadas em práticas de gerações passadas.

A memória de alguns moradores retrata de modo vivaz fenômenos de um passado recente ou das práticas culturais exercidas pela comunidade no passado. Quando questionados sobre a existência de alguma relação entre o samba das *Paparutas* e manifestações culturais oriundas de negros escravos ou ex-escravos da região no passado, os moradores relatam desconhecer ou afirmam não haver tal relação. Uma participante do

grupo das *Paparutas*, em uma conversa, comentou que certa ocasião um pesquisador que visitou a comunidade havia mencionado que a dança deles poderia ser um “ritual da comida”, praticado por negros desde a época da escravidão, quando ela então complementou: “ele disse isso, mas a gente mesmo não sabia que era isso”.

As narrativas dão ênfase a uma criação própria, que não teria relação direta com uma herança cultural africana, nem portuguesa, ou religiosa.

Se hoje no Paty existe um novo modo de vivenciar essas expressões culturais, diferente daquelas de seus antepassados, elas se dão em conexão com as mudanças ocasionadas na organização social da comunidade e nos moldes contemporâneos de realizar estas manifestações culturais populares. Continua a predominar um sentido identitário, embora adquirindo significados diferenciados para quem as vivencie.

Exemplo disso foi possível apreender por meio das narrativas dos participantes entrevistados mais velhos, que ainda fazem parte do grupo *Paparutas* e que participaram das antigas *comédias*. Para estas pessoas, o grupo parece significar uma continuidade com as práticas culturais e diversões de um tempo passado – relação entre a memória do passado e o presente. Para os que participavam da *comédia* e hoje não se interessam em fazer parte deste “novo” grupo, as *Paparutas* parecem significar outra tradição, inspirada naquela, entretanto, muito diferente do que fora antes. Para alguns ex-participantes com quem conversamos e que passaram a frequentar a religião evangélica, o grupo é visto como parte da cultura da comunidade, mas não é mais parte da sua cultura, ou seja, não estaria mais compatível com o modo de viver e ver o mundo adotado a partir da adesão à nova religião. Outros significados apreendem os que assistem as apresentações como expectadores de fora ou pesquisadores, como nosso caso. Coexistem, além do mais, os interesses coletivos e individuais que cada morador e/ou participante tem com relação a esse tipo de participação cultural, não somente relacionado ao âmbito local, mas na projeção que, de alguma forma, se dá para além dos limites da comunidade.

Torna-se também importante para os moradores do Paty, ao reconhecerem suas manifestações culturais, serem elas legitimadas em nível supralocal. Pierre Bourdier atentou para esta questão quando abordou os problemas da classificação identitária e do estabelecimento das fronteiras culturalmente construídas, visto que a luta pela identidade prescinde sobremaneira do reconhecimento do outro, e da possibilidade real de os sujeitos

afirmarem oficialmente as diferenças. (Bourdieu, 2007). Ainda que no contexto supracitado as identidades coletivas não sejam reivindicadas oficialmente em termos étnicos - a exemplo do que se passa com as comunidades quilombolas atualmente - estes sujeitos estabelecem um sentimento comunitário e identitário, que se configura através do reconhecimento de uma herança cultural compartilhada; dos modos de trabalho e economia historicamente praticados; das dificuldades enfrentadas num ambiente de pobreza; da pertença a um espaço socialmente compartilhado, além destas formas de manifestações culturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ilha do Paty foi abordada aqui a partir de um contexto histórico marcado por mudanças, numa sociedade em que os processos econômicos e as relações sociais que se estabeleceram desde a colonização engendraram desigualdades sócio-raciais que se reproduziram mesmo após uma transição da economia e das relações de trabalho. A Petrobrás, sem dúvida, marcou positivamente a trajetória de muitos trabalhadores rurais e pescadores negros na região, mas não alterou significativamente as condições de reprodução das desigualdades. Gerou, ademais, uma série de expectativas no âmbito da população que luta para se estabilizar no mercado de trabalho. Além disso, a rica prefeitura, dispondo da maior renda *per capita* das cidades brasileiras, desencadeou uma dependência do serviço público municipal, fornecendo empregos de um salário mínimo sem garantias de estabilidade, conseguidos, na maioria das vezes, através das redes políticas de indicações pessoais, o que vem ocasionando um sistema de dependência, interesses e expectativas para a população local, que sofre as conseqüências da exagerada concentração de renda e mal distribuição dos recursos públicos, ressaltamos, extraordinários em relação à médias das demais cidades do estado e da região nordeste.

Na comunidade do Paty essas expectativas fazem com que os jovens e adultos anseie um emprego municipal ou desempenhar atividades no ramo industrial que se desenvolve nesta área do Recôncavo. Trata-se de uma nova mentalidade em torno do trabalho, que em muitos aspectos choca com aquelas das gerações anteriores, quando a pesca e trabalho na roça eram as fontes para o sustento da família. Os pescadores, lavradores e marisqueiras que hoje estão com mais de 60 anos, mesmo relatando as dificuldades e limitações que tinham no passado, se orgulhavam de suas atividades. Os tempos eram outros. Vemos hoje que os desejos de consumo se ampliaram significativamente, especialmente entre os jovens, ansiosos por acompanhar as modernidades tecnológicas e deparando-se com uma realidade de poucas oportunidades de trabalho e de inserção no mercado de trabalho que satisfaçam suas necessidades.

Encontramos em ilha do Paty uma comunidade marcada pelos fluxos através das redes supralocais. Grande parte da população adulta já migrou em algum momento da vida para outras cidades, principalmente para Salvador. Uma das principais motivações, sem dúvida, é a busca por oportunidade de trabalho. Somente para um pequeno grupo de pais de família, a vinda para a capital foi direcionada para a educação dos filhos. Estes já contavam com relativa estabilidade financeira, basicamente aqueles empregados da Petrobrás, hoje aposentados.

As relações com as cidades próximas surgem como necessidade da comunidade, que não dispendo de produtos para o consumo dos moradores, precisam recorrer às localidades vizinhas, especialmente as cidades de Candeias e Madre de Deus. Mesmo em momentos mais recuados da história da comunidade, fomos surpreendidos com a relação que a ilha já possuía com a capital, para onde as pessoas se deslocavam para vender mariscos, peixes e farinha, desconstruindo, desde o primeiro momento, a imagem de um local isolado, como pode soar a quem visita a localidade e se depara com as fronteiras naturais, que de um modo ou de outro, dificultam o deslocamento e acesso ao local.

Podemos dizer que o parentesco se apresenta, dentro deste universo, como a base sustentação das relações sociais. Os parentes são solicitados nas mais diversas situações cotidianas. É base de apoio em situações de migração. É geralmente nas casas de parentes que os moradores se instalam em outras cidades e capitais, a primeira rede a ser acionada, seguida dos padrinhos e madrinhas que também podem oferecer apoio aos seus afilhados, inclusive nestas situações de acolhimento em outras cidades. A migração muitas vezes é temporária, objetivando aproveitar uma oportunidade de trabalho ou de estudo. Muitos depois retornam para se estabelecerem novamente na comunidade, contando com o sistema de uso da terra que lhe garanta a possibilidade de um “sítio” ou terreno para construção de sua casa. Esse sistema de posse, atualmente, vem se modificando, no sentido que a terra adquire cada vez maior valor de troca. Nesse sentido, a comunidade convive com sistemas tradicionais de posse conjuntamente com novas formas de negociação das terras. Pessoas de fora que atualmente queiram morar na ilha, não descendentes das famílias estabelecidas, geralmente adquirem terrenos ou casas através da compra, mediada pelos membros da família Brandão.

O sentimento de pertença à comunidade se atualiza em diversas ocasiões, especialmente nos eventos culturais. A festa católica de São Roque é a mais popular na ilha, ocasião de reencontro de familiares, parentes e amigos. Algumas manifestações culturais do local continuam a existir enquanto outras foram deixadas no passado, revividas apenas nas lembranças. Mais recentemente, a formação do grupo cultural *Paparutas*, que é a retomada de uma tradição dos antepassados, chamadas *comédias*, nos apresenta o modo como estas práticas são re-significadas e atualizadas pelos moradores a partir da influência e adaptação da interferência do Estado, neste caso particularmente aos âmbitos das secretarias municipais e estaduais de cultura.

Esperamos ter contribuído, com este estudo, para a compreensão da realidade sócio-cultural da comunidade do Paty. Nos confrontamos, mais recentemente, com populações negras interioranas que vem sofrendo as conseqüências das pressões de empreendedores, grandes indústrias e projetos turísticos, interferências exteriores que obrigam as comunidades se reestruturarem frente aos processos de mudanças.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente acupadas..* Manaus, PGSCA-UFAM, 2008.

AMORIM, Liane Alves de. *Memórias e trajetórias de trabalhadores da cana-de-açúcar na Bahia (1909-1969)*. 2008. 147 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

AZEVEDO, Thales de. O advento da Petrobrás no Recôncavo. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (org.). *Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1998.

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. Tradução de Yara Frateschi. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1993.

BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. “Até a véspera”, o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo baiano (1850-1881)”, In: *Afro-Ásia*, n.º 21-22. Bahia: 1998-1999.

Bourdieu, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo : Perspectiva, 1974

_____. A Identidade e a Representação. Elementos para uma Reflexão Crítica sobre a Idéia de região. In: *Poder Simbólico*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. O campo econômico. In: *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n° 119, set.1997, p. 48-66

BRAGA, Célia Maria Leal. *Relações de trabalho no meio rural: um estudo de mudança*. 1970. 164 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1970.

BRITO, Cristóvão de C. T. *A Petrobrás e a gestão do território no Recôncavo Baiano*. Salvador: EDUFBA, 2004.

CANCLINI, Néstor Garcia. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

CERTEAU, MICHEL DE. A beleza do morto. In: *A cultura no plural*. Tradução Enid Abreu Dobránsky. Campinas, SP: papyrus, 1995.

COSTA PINTO, Luiz de Aguiar. *Recôncavo: laboratório de uma experiência humana*. Salvador: Editora Costa Pinto, 1997.

COHEN, Anthony P. *The symbolic construction of community*. London: Tavistock, 1985.

CUNHA, Sílvio Humberto dos Passos C. *Um relato fiel da Bahia: sociedade, racismo, economia na transição para o trabalho livre no Recôncavo açucareiro (1871-1902)*. Dez. 2004. 272 f. Tese de Doutorado (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2004.

CUNHA, Lúcia Helena. Tempo natural e tempo mercantil na pesca artesanal. In: *A Imagem das Águas*. São Paulo: Hucitec/Nupaub, 2000.

DIEGUES, Antônio Carlos S. *Povos e mares: leituras em Sócio Antropologia Marítima*. São Paulo: NUPAUB, 1995.

FIRTH, Raymond. Organização social e estrutura social. In: CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octavio (orgs.). *Homem e sociedade: leituras básicas de sociologia geral*. São Paulo: Editora Nacional, 1973.

GARCIA-PARPET, Marie-France. A gênese social do homo-economicus: a Argélia e a sociologia da economia em Pierre-Bourdieu. *Mana* 12(2): 2006, p. 333-357.

GODOI, Emília Pietrafesa de. O sistema do lugar: história, território e memória no sertão. In: _____; Niemeyer, Ana Maria (orgs.). *Além dos territórios: para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1998.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. O projeto UNESCO na Bahia. In: *Colóquio Internacional O Projeto Unesco no Brasil: uma volta crítica ao campo 50 anos depois*, 2004, Centro de Estudos Afro-Orientais, comunicação, Salvador. Disponível em <<http://www.ceao.ufba.br/unesco/01Paper-ASG1.htm>>. Acesso em dez. 2010.

GUSMÃO, Neusa M. Mendes. *Terra de pretos, terra de mulheres: terra, mulher e raça num bairro rural negro*. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 1995.

HALL, Stuart; SOVIK. *Da Diáspora : identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília: Unesco, 2003.

HOBBSAWM, Eric J.; RANGER, Terence (org). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HUTCHINSON, Harry W. Race relations in a rural community of the Bahian Recôncavo. In: WAGLEY, Charles. *Races and class in rural Brasil*. New York: UNESCO; Columbia University Press, 1952.

IBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, V. XXI, Rio de Janeiro, 1958.

IPHAN. Dossiê de registro do Samba de Roda do Recôncavo Baiano. Salvador, 2007. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=723>>. Acesso em agosto de 2010.

JACKSON, Luis Carlos. A tradição esquecida: estudo sobre a sociologia de Antônio Candido. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 16, n. 47, Out/2001.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. Rio de Janeiro: Forense, 1949.

MARX, Karl. *Para a crítica da economia política: salário, preço e lucro; o rendimento e suas fontes: a economia vulgar*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção Os economistas – V série).

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História*, n. 10, dez/1993.

PAOLIELLO, Renata Medeiros. Estratégias possessórias e constituição de espaços sociais no mundo rural brasileiro: o contexto da Baixada do Ribeira. In: *Além dos territórios: para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1998.

PEDRÃO, Fernando Cardoso. Novos rumos, novos personagens. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (org). *Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1998.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, p. 3-15, 1989.

QUEIROZ, Maria Isaura P. de. *O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos*. Petrópolis: Vozes, 1973.

SANSONE, Livio. *Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil*. Salvador: Edufba, Pallas, 2003.

_____. Da África ao afro: usos e abusos da África entre os intelectuais e na cultura popular brasileira durante o século XX. *Afro-Ásia*, 27, 2002, p. 249-269.

SANTOS, Jocélio Teles. *O poder da cultura e a cultura no poder: a disputa simbólica da herança cultural negra no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2005.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

THOMPSON, E.P. Folclore, Antropologia e História Social. In: _____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

VAN VELSEN, J. A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. São Paulo: Global, 1987.

VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento*. São Paulo: Difel, 1979.

VINCENT, Joan. A sociedade agrária como fluxo organizado: processos de desenvolvimento passados e presentes. In: FELDMAN-BIANCO, Bela. *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. São Paulo: Global, 1987.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: XX Encontro Anual da ANPOCS, 1996. *Anais eletrônicos...*, Caxambu-MG, Out. 1996.

WOORTMANN, Ellen. Teorias do campesinato e do parentesco. In: _____. *Herdeiros, parentes e compadres: colonos no sul e sitiantes do nordeste*. São Paulo: Hucitec, 1995.

WOORTMANN, Klaas. *A família das mulheres*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987.

_____; WOORTMANN, Ellen. Monoparentalidade e chefia feminina: conceitos, contextos e circunstâncias. In: *Pré-Evento Mulheres chefes de família: crescimento, diversidade e políticas, comunicação*, 2002, CNPD, FNUAP e ABEP, Ouro

Preto. Disponível em < <http://www.abep.nepo.unicamp.br/XIIIencontro/woortmann.pdf> >.
Acesso em nov.2010.

ANEXOS

Anexo A

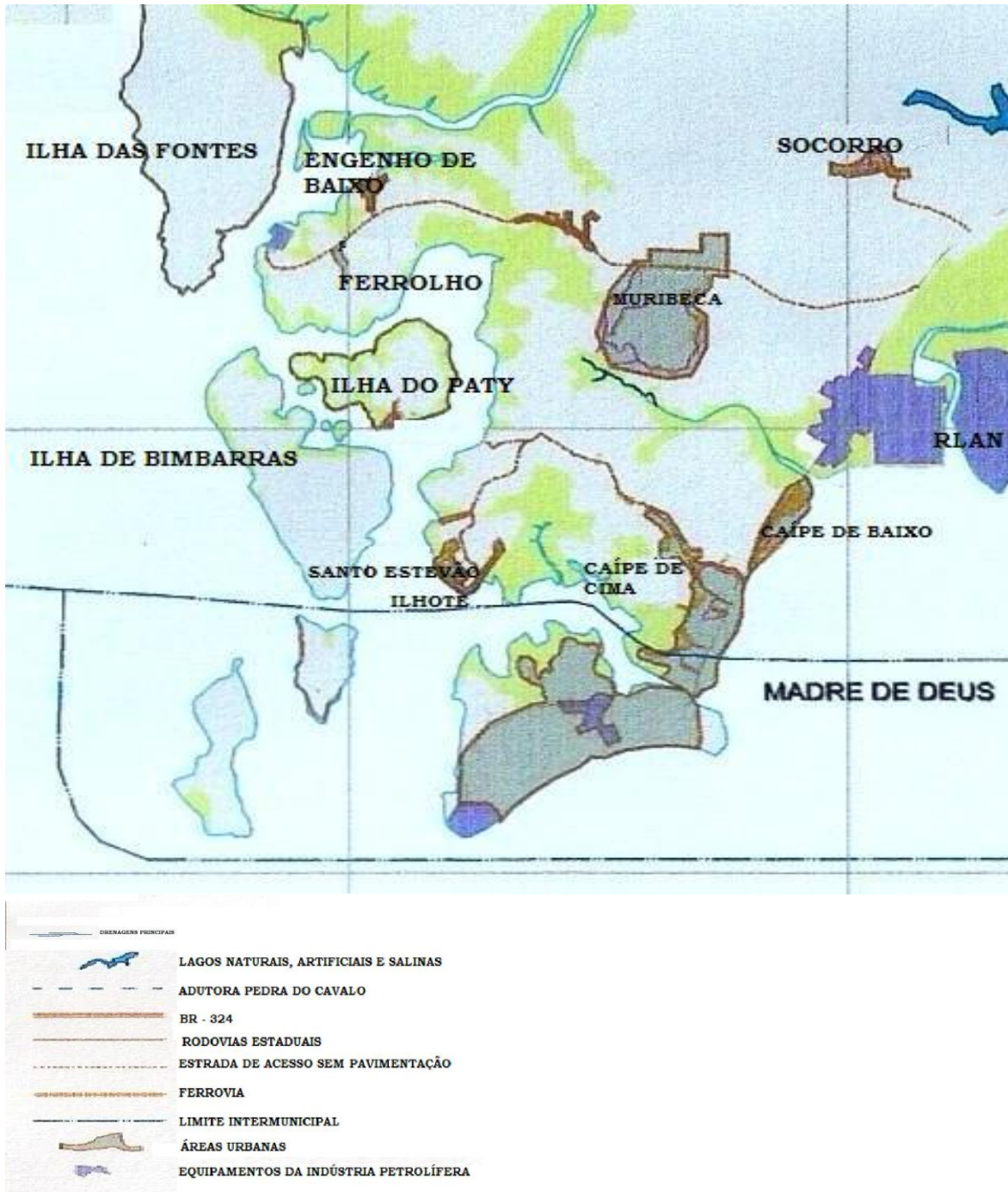
Quadro II – Relação de entrevistados¹⁰⁴

Nome	Idade	Ocupação
Josivaldo de Almeida	55	Conselheiro Municipal de Saúde e presidente da Associação de Moradores
Zuleide Assunção	76	Aposentada e Marisqueira
Armínio Assunção	73	Aposentado e Pescador
Pedro de Almeida	74	Aposentado e Pescador
Bartira	49	Diretora da Escola Municipal
Firmino de Almeida	72	Aposentado
Almerinda Almeida	95	Aposentada
Emília de Jesus	66	Pensionista e Marisqueira
Manuel Assis	72	Vigia
Marta	78	Aposentada
Mariana Assunção	56	Marisqueira
Leandro Conceição	40	Pescador
Claúdia Assunção	34	Monitora de pesca e marisqueira

¹⁰⁴ As entrevistas qualitativas foram semi-estruturadas. Os nomes descritos são fictícios

Anexo C

Figura V - Recorte do Mapa de localização de Ilha do Paty na Bahia de Todos os Santos¹⁰⁶



¹⁰⁶ Ibidem.

Anexo D

Tabela II – Quantidade de bens de consumo para o total de residências pesquisadas

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	PORCENTAGEM (%)
Televisão	54	94,7
DVD	43	75,4
Máq. de lavar/tanquinho	21	36,8
Geladeira	54	94,7
Câmera digital	7	12,3
Celular	51	89,5
Computador	6	10,5
Aparelho de som	45	78,9
Canoa	26	45,6
Motocicleta	0	0
Barco	2	3,5
Carro	0	0

Fonte: Banco de dados da autora